

**MARIA AUGUSTA FREITAS COSTA**

**REDE TURÍSTICA E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL: UMA  
ANÁLISE DA ILHA DE MOSQUEIRO, BELÉM/PA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará como requisito à obtenção do título de Mestre.

**BELÉM**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**2007**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Dissertação de Mestrado intitulada: “Rede turística e organização espacial: uma análise da Ilha de Mosqueiro, Belém/PA”, de autoria de Maria Augusta Freitas Costa submetida à aprovação de banca examinadora constituída pelos seguintes professores:**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Goretti da Costa Tavares – PP GEO/UFPA - ORIENTADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janete M. Gentil Coimbra de Oliveira – PP GEO/UFPA**

---

**Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra – NEAF/UFPA**

**BELÉM/PA  
2007**

O turismo, as férias e as viagens são fenômenos sociais mais significativos do que a maioria dos comentadores tem levado em consideração [...] Com efeito, desde que os cientistas sociais sentem muita dificuldade em explicar tópicos de maior peso, como o trabalho ou a política, poder-se-ia pensar que eles teriam maiores dificuldades em dar conta de fenômenos mais banais, tais como tirar férias [...] (URRY, 1996, p.16)

## DEDICATÓRIA

Ou isto ou aquilo

Ou se tem chuva e não se tem sol,  
ou se tem sol e não se tem chuva!

Ou se calça a luva e não se põe o anel,  
ou se põe o anel e não se calça a luva!

Quem sobe nos ares não fica no chão,  
quem fica no chão não sobe nos ares.

É uma grande pena que não se possa  
Estar ao mesmo tempo nos dois lugares!

Ou guardo o dinheiro e não compro o doce,  
ou compro o doce e gasto o dinheiro.

Ou isto ou aquilo: Ou isso ou aquilo....  
e vivo escolhendo o dia inteiro!

Não sei se brinco, não sei se estudo,  
Se saio correndo ou fico tranqüilo.

Mas não consegui entender ainda  
qual é melhor: se isto ou aquilo.

(Cecília Meireles)

As minhas duas já não tão pequenas Ana's:  
minhas desculpas pelos momentos de ausência e  
minha gratidão pelos momentos de alegria e ajuda.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, essa força misteriosa que nos ilumina;

A meu querido Will, por sua existência em minha vida e tudo o que ela representa para esse trabalho;

A meus pais, com todo amor, por possibilitarem a segurança e a tranquilidade necessárias à realização de uma pesquisa acadêmica como a aqui apresentada;

As minhas irmãs, em especial, a minha doce Alice, por todo amor e incentivo dispensados;

A Cláudia, pela inestimável dedicação e amor com que trata as minhas duas pequenas Ana's;

A minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Goretti da Costa Tavares, por toda paciência com essa orientanda (ainda) atrevida e teimosa, por todos os conselhos, tanto profissionais quanto pessoais, pela confiança dedicada, enfim, por ser a pessoa que é;

A todos os professores que contribuíram a esse trabalho, em especial, à Prof.<sup>a</sup> Leila Dias e ao Prof. Eduardo Brandão por nossas proveitosas conversas e à Prof.<sup>a</sup> Janete de Oliveira e ao Prof. Gutemberg Guerra pelas indicações e correções durante as etapas de defesa do trabalho;

Aos meus colegas de turma, em especial aos alunos do grupo de turismo: Álvaro Negrão, Hugo Serra, Jorge Alex e Willame Ribeiro, pelos debates realizados em sala de aula que tanto contribuíram a elaboração do trabalho;

Aos meus alunos e colegas professores do curso de Turismo do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia, por proporcionarem um olhar trans-disciplinar às minhas discussões;

A todos os entrevistados, pelo tempo dispensado às respostas do roteiro de entrevista, sem as quais seria impossível a realização desse trabalho.

## RESUMO

A Ilha do Mosqueiro, distrito administrativo do município de Belém localizado ao norte da sede deste, consiste num destacado espaço turístico, cuja tradicional importância regional ligada ao turismo de praia é acrescentada a emergência de práticas turísticas delineadas a partir da exuberância natural tipicamente amazônica, como o turismo de natureza e o ecoturismo; e pelo aumento da importância de fluxos nacionais e internacionais. Tomando por área de estudo, mais precisamente, a faixa de orla da Ilha do Mosqueiro que se estende do extremo oeste ao extremo norte dessa localidade, objetivou-se analisar e compreender a configuração da rede turística da Ilha de Mosqueiro, seus condicionantes sociais e políticos, níveis de solidariedade transescalar e mobilidade sócio-espacial, e como isso pode contribuir ao entendimento da organização espacial do turismo no momento contemporâneo. Os procedimentos metodológicos utilizados com vista ao alcance do objetivo exposto acima consistiram em levantamentos bibliográficos, levantamentos documentais, trabalho de campo de caráter exploratório a partir da técnica de observação dirigida; entrevistas semi-estruturadas com representante das Secretarias Municipais de Belém, da Secretaria Estadual de Turismo, da Agência Distrital de Mosqueiro, da Polícia Militar paraense e de Associações locais; entrevistas estruturadas com turistas, agentes e operadores turísticos, proprietários de restaurantes, bares e outros comerciantes locais. A rede turística, que pode ser definida a partir da configuração das redes de suporte, tem seu estabelecimento a partir da articulação entre áreas emissoras e receptoras de fluxos turísticos, nas quais se configuram núdulos privilegiados conectados por meios de alimentação, meios de hospedagem, meios de entretenimento, empresas, atrativos e demanda turísticos nas mais variadas escalas geográficas (COSTA, RIBEIRO e TAVARES, 2004; COSTA e TAVARES, 2005). Em Mosqueiro a estruturação espacial das redes técnicas deu suporte a configuração espacial da rede turística, a qual abarca três níveis de solidariedade: local, nacional e internacional; que delineiam as escalas das ações abarcadas pela prática turística desenvolvida nessa localidade. O resultado dessa dinâmica da rede turística pode ser percebido através do estabelecimento de uma organização espacial estruturada a partir de três nodosidades: orlas das praias do Murubira, Chapéu Virado e Farol; orla da praia do Paraíso e orla de várzea das trilhas ecológicas; as quais, respectivamente, estão relacionadas a eventos turísticos de sol e praia, de turismo na natureza e de turismo ecológico de excursão, os quais são efetuados por movimentos de segunda residência, de hotelaria e de excursionismo.

Palavras-chave: turismo, redes, organização do espaço, Ilha do Mosqueiro

## LISTA DE FOTOS

Foto 01: Aspecto paisagístico da orla da praia do Farol.....	29
Foto 02: Aspecto paisagístico da orla da praia do Marahu.....	36
Foto 03: O preparo da maniva.....	42
Foto 04: Trilha Olhos D'água.....	53
Foto 05: Orla da Praia do Paraíso.....	53
Foto 06: Orla da Praia do Murubira.....	53
Foto 07: Fachada do Mercado Municipal na Vila de Mosqueiro.....	60
Foto 08: Aspecto da Sub-estação da Rede Celpa.....	63
Foto 09: Perspectiva da orla do Chapéu Virado à noite.....	64
Foto10: Perspectiva aérea da ponte sobre o Furo das Marinhas.....	78
Foto 11: Visualização do Pórtico de entrada em Mosqueiro.....	80
Foto 12: Embarcação nas proximidades de Caruaru.....	85
Foto 13: Perspectiva do trapiche da Vila com o navio Presidente Vargas ancorado.....	87
Foto 14: Torre de transmissão da rede de telefonia.....	90
Foto 15: Mostra da produção de bio-jóias em Mosqueiro.....	114
Foto 16: Perspectiva frontal das instalações na área do HFP.....	116
Foto 17: Vista área de parte da orla da praia do Murubira.....	121
Foto 18: Visão parcial do restaurante do Nonato.....	124
Foto 19: Casarão com faixa de aluguel de quartos no muro.....	127
Foto 20: Fachada do Praia-Bar onde funciona um PIT.....	133
Foto 21: Visão de um chalé sendo reformado no Farol.....	134
Foto 22: Visão da parte central da praça do Farol.....	137
Foto 23: Perspectiva da avenida Beira-rio.....	149
Foto 24: Perspectiva da orla do Murubira.....	149
Foto 25: Perspectiva da área de entrada do HFP.....	149

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>I ATIVIDADE TURÍSTICA: A NATUREZA DO FENÔMENO E A SUA EMERGÊNCIA NA ILHA DE MOSQUEIRO</b> .....	17
1.1 A Ilha de Mosqueiro.....	19
1.2 A viagem turística e as praias de Mosqueiro .....	23
1.3 O veraneio e o turismo de segunda residência.....	31
1.4 O turismo alternativo .....	37
1.5 Sobre o olhar e o espaço turístico.....	44
<b>II A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL EM REDE: INSTRUMENTO PARA PENSAR A ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO EM MOSQUEIRO</b> .....	55
2.1 As redes técnicas e a consolidação do turismo .....	55
2.1.1 A rede de abastecimento d'água e de energia elétrica .....	61
2.1.2 A rede de esgotamento sanitário .....	65
2.2 A relevância dos objetos técnicos à compreensão da estruturação do espaço.....	69
2.3 A técnica como expressão da sociedade.....	74
2.4 A rede de circulação e comunicação e os fluxos turísticos .....	77
2.4.1 A rede de circulação rodoviária e fluvial .....	78
2.4.2 Rede de comunicação e fluxos turísticos em Mosqueiro.....	89
2.5 As redes técnicas para o turismo e a configuração da rede turística .....	92
<b>III SELETIVIDADE, CONEXIDADE E EXPANSÃO DOS FLUXOS DA REDE TURÍSTICA DA ILHA DE MOSQUEIRO</b> .....	101
3.1 Os fluxos e a dimensão transescalar da rede turística .....	112
3.2 Fixos e fluxos da rede turística .....	121
3.2.1 Os meios de alimentação e de hospedagem .....	124
3.2.2 Informação turística, atrativos turísticos e meios de entretenimento .....	130
3.3 As redes como sistemas de ações da sociedade e as ações sócio-políticas da rede turística.....	138
3.4 As ações do Estado sobre os nós da rede turística e o espaço público de Mosqueiro.....	148
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	160
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	170



## INTRODUÇÃO

[...] o objetivo do conhecimento não é descobrir o segredo do mundo ou a equação-chave, mas dialogar com o mundo. Portanto primeira mensagem: “Trabalhe com a incerteza”. O trabalho com a incerteza perturba muitos espíritos, mas exalta outros; incita a pensar aventurosamente e a controlar o pensamento. Incita a criticar o saber estabelecido, que se impõe como certo [...] (MORIN, 2005, p. 205)

A incerteza proposta por Morin na citação transcrita acima reflete o “estado de espírito” com que esse trabalho foi elaborado, o que representa um acúmulo de cinco anos de pesquisa, envolvendo três anos de iniciação científica durante os quais concebeu-se a idéia de rede turística e, dois anos de pesquisa no mestrado durante os quais operacionalizou-se tal conceito. Daí falar-se em incertezas neste trabalho, ou seja, a construção da pesquisa não partiu de outros trabalhos sobre a rede turística, apenas de alguns argumentos elaborados no trabalho final da graduação e do desafio de “criticar o saber estabelecido”, principalmente na geografia, sobre o turismo ser uma atividade econômica destruidora dos locais onde se instala.

De acordo com Rodrigues (1992), desde 1905 com os estudos de J. Stradner, a geografia vem se atendo à análise da dinâmica espacial do turismo, mas é entre as décadas de 1960 e 1970 que essas análises se desenvolvem com maior acentuação, dado o desenvolvimento do fenômeno turístico, ligado à prosperidade econômica que marcou o período do pós-guerra nos países centrais do capitalismo. Para Derruau (1982) o turismo definitivamente deixa de ser desprezível para a geografia, no momento em que ganhou uma amplitude que ultrapassava muitas vezes o rendimento dos maiores ramos tradicionais da economia e quando “observou-se que ele tinha transformado mais os Alpes do que a indústria o tinha feito” (1982, p. 87). A partir de então, se

detecta a existência de trabalhos onde o turismo aparecia como a mais ativa forma moderna da transumância.

Essa perspectiva de análise se aproxima da concepção de turismo inscrita por Urry (1996) e Knafou (1999), ou seja, uma prática social posta sobre e para a mobilidade sócio-espacial convertida na atualidade em fundamental. Contudo, como demonstra Knafou, os estudos do turismo, sejam realizados por geógrafos ou por outros cientistas sociais, em geral, têm tratado essa prática social apenas e fundamentalmente por seus atributos econômicos. Na visão desse autor, isso levou a constatações como a de que o turismo seria o devorador do próprio turismo, já que esse seria responsável por inúmeras modificações no ambiente no qual se instala. Mas como demonstra Knafou, há percepções diferenciadas sobre os locais turísticos, assim, mesmo locais extremamente urbanizados podem não perder sua função turística ou até mesmo vê-la ser fortalecida.

Para Urry, isso deriva dos olhares dos turistas que determinam quais são e quais não são os espaços a serem usados na viagem para lazer, bem como os objetos que organizaram esse espaço para atender a suas práticas. De acordo com Santos (1999), um objeto se define pelo uso de uma coisa que é toda materialidade objetivada como recurso através das intenções sociais, sendo sua análise na geografia definida como sistema, isso quer dizer que um objeto só tem importância para essa ciência quando entendido em relação a outros objetos, e mais, em relação ao sistema de ações que os regem. Juntos, sistemas de objetos e sistemas de ações determinam a organização espacial de uma área. Nesse sentido, pode-se dizer que a organização espacial de uma dada área é proveniente de uma dada prática social, contudo essa prática social também é substrato da base material dessa organização.

Isso fica evidente quando se observa a organização espacial da Ilha de Mosqueiro, então, caracterizada como destinada ao atendimento das demandas das práticas turísticas, a qual seus

sistemas configurados em redes de distribuição de água tratada, rede de telefonia, rede de transporte, rede bancária, etc. estão atrelados (CARDOSO, 2000; COSTA, 2005). Localizada no norte do Município de Belém, a Ilha de Mosqueiro com 17.000 ha é a maior das trinta e cinco (35) ilhas que formam o arquipélago e distrito administrativo belenense (desde 1901) de Mosqueiro (PMB, 2002) e, recebe a influência dos fluxos das marés que incidem a oeste pelo Rio Pará e pela Baía do Guajará, ao sul pela Baía de Santo Antônio, ao norte pela Baía do Sol e a leste pelo Furo das Marinhas (MEIRA FILHO, 1978).

Esses corpos d'água tiveram no início do século XX sua funcionalidade voltada ao uso turístico quando a partir de então as praias fluviais encontradas em uma faixa que vai da “Ponta Bitar” (sudoeste da ilha) até a “Ponta da Fazenda” (norte da ilha) passaram a ser ocupadas a princípio pelos estrangeiros que vieram trabalhar na urbanização da cidade de Belém durante o período áureo da borracha e depois pelos próprios belenenses (IDEM). Desde então, essa ilha vem sofrendo intervenções que hoje definem eventos turísticos de sol e praia; eventos turísticos na natureza e eventos turísticos ecológicos, tudo isso organizado a partir da instalação das redes técnicas, como as mencionadas anteriormente, que, segundo Dias (1995), correspondem ao conjunto conectado em que um sistema de fluxos e fixos (pontos e retas) organiza o espaço de forma seletiva.

Para Moreira (1998, p.3), as redes constituem a “[...] nova forma como a geografia arruma a organização da vida social dos homens [...]”, ou seja, elas vão além das estruturas técnicas, as quais perpassam desde as sociedades pré-fabris, até o momento atual da arquitetura das conexões que dão suporte à noção de *rede global*. Dias (2005) reforça a assertiva desse autor ao mostrar que as redes são responsáveis pela intensa mobilidade territorial de populações e coisas e, paralelamente, preenchendo as relações sócio-culturais e político-econômicas que se desenrolam nesse processo com a densidade crescentemente elevada das suas relações técnicas e de troca.

Se as redes são essa nova forma geográfica de organização social dada a mobilidade territorial contemporânea e se, como afirmam Bauman (1998) e Haesbaert (2004), a importância atribuída ao turismo em nossa sociedade centra-se justamente em sua arquitetura fluida e móvel, é possível falar em “redes turísticas”. Isso porque, se o turismo é uma prática social assentada em arranjos técnicos, a rede também é, pois, como ressalta Santos (1999), é a sociedade quem dita seu princípio dinâmico, num movimento contínuo e transescalar que arregimenta três níveis contraditórios de solidariedade: o mundial, o nacional e o local.

A rede turística é compreendida por Costa e Tavares (2005) a partir da conexão entre áreas emissoras e receptoras dos fluxos turísticos, nas quais se assentam núcleos privilegiados, articulados através dos meios de alimentação, meios de hospedagem, meios de entretenimento, empresas, atrativos e demanda turísticos nas mais variadas escalas geográficas, às quais as redes técnicas dão suporte. Nesse sentido, a problemática deste trabalho se inscreve por meio dos seguintes questionamentos: Qual a relação entre as práticas turísticas e a implementação das redes técnicas na Ilha de Mosqueiro? Até que ponto a implementação dessas redes técnicas foi capaz de colaborar para a estruturação de uma rede turística em Mosqueiro? Qual a configuração espacial da rede turística de Mosqueiro e quais seus agentes e condicionantes sócio-políticos? De que maneira a estruturação da rede turística de Mosqueiro permite entender a prática turística em sua relação transescalar e como isso pode contribuir ao debate contemporâneo sobre o turismo?

Acredita-se que a investigação dessa problemática contribuirá ao entendimento da organização dos espaços turísticos de forma transescalar, proposta que engendrará subsídios à construção de mecanismos de análise dentro da geografia do turismo, uma área de estudo que no Brasil ainda é pouco legitimada e cujos estudos quase sempre se restringem à análise de impactos ambientais e a reducionismos economicistas. Ora, à medida que se entende a organização

espacial do turismo em sua transescalaridade, fato possível por meio das redes, pode-se pensar os estudos do turismo pela geografia como um substrato da mobilidade do meio técnico-científico-informacional (KNAFOU, 1999; SANTOS, 1999), isso porque como assesta Rodrigues (1996), em maior ou menor grau (ou escala geográfica) os grupos sociais viajam e se apropriam de forma diferenciada dos fluxos e das inter-conexões globais realizadas a partir da prática turística.

De acordo com Massey (2000), essas formas diferenciadas de apropriação do turismo proporcionam, no momento atual, um sentido global de lugar, e não, necessariamente, um processo de degradação dos lugares, como também concorda Knafou (1999). Ora, partindo de Tuan (1980) e de Gomes (2002), pode-se pensar que a transescalaridade inerente à rede turística seja um fator contribuinte a usos mais diversificados e melhor estruturados dos espaços turísticos, pois, como ressaltam esses autores, o turista observa méritos e defeitos do local visitado que seus moradores não conseguem perceber e, ao mesmo tempo, insere novas questões e conflitos a esse local os quais são necessários à construção de um espaço verdadeiramente social, ou seja, aquele da coexistência e da convivência com a diferença.

Dessa forma, acreditando-se que os resultados dessa pesquisa contribuirão ao debate do planejamento urbano e turístico, essencialmente na cidade de Belém, assim, tendo como recorte espacial a faixa de orla da ilha que se estende do extremo oeste ao extremo norte dessa localidade e da área de interação entre a água e a areia até os imobiliários encontrados na avenida Beira-rio procurou-se: identificar e analisar a relação entre as práticas turísticas e a implementação das redes técnicas na Ilha de Mosqueiro, e entender em que medida a implementação dessas redes técnicas foi capaz de colaborar para a estruturação de uma rede turística em Mosqueiro; compreender e analisar como se configura a rede turística da Ilha de Mosqueiro, seus

condicionantes sociais e políticos, níveis de solidariedade transescalar e mobilidade sócio-espacial.

Na visão de Souza (1997), a análise da organização de espaços turísticos é extremamente relevante ante a complexidade inerente à natureza da prática social que os engendram. Complexidade expressa pelo encontro entre grupos sociais diversos com costumes, representações, níveis de vida etc, em muitos casos, totalmente diferentes, o que torna necessária a identificação de seus interesses, manifestos ou latentes, de seus objetivos e estratégias. Segundo Morin (2005), esses objetos e estratégias se estabelecem em uma organização também complexa de configurações cêntricas, policêntricas e acêntricas, em outras palavras, configurações com um centro de comando, com muitos centros de comando e sem nenhum centro de comando, ao mesmo tempo.

A identificação das ações dos grupos sociais em interação no espaço turístico da Ilha de Mosqueiro permite entender a configuração de sua rede turística e, sua permeabilidade nesse espaço e o exercício de poder dos vários centros e do único centro que a controla, isto quer dizer, o grau de influência e persuasão de seus vários agentes para que um ou outro objeto seja implementado nesse ou naquele espaço, bem como, as interações que, decorrentes da espontaneidade ou do “acaso”, se desenhem.

Para tanto, utilizou-se a rede também como metodologia de abordagem, seguindo as instruções de Dias (2005) e Benakouche (2005), para quem a rede é um importante recurso metodológico por permitir a investigação dos atores envolvidos na trajetória das técnicas e dos processos que a constitui. Assim, as autoras indicam como procedimentos metodológicos “seguir os atores” e “bola de neve”, os quais proporcionam o pronunciamento dos atores seja por meio verbal (incluindo a indicação de outras pessoas consideradas relevantes para falar sobre o

assunto) ou escrito (através de projetos, mapas, legislações etc, elementos direcionadores do levantamento documental). Como diz Benakouche (2005):

Pode-se mesmo adotar procedimentos distintos de “seguir os atores”, que é a expressão que resume a metodologia adotada [...] a qual consiste, como já foi dito anteriormente, em “dar a palavra” a todos os atores da rede em estudo, entendendo por atores não apenas indivíduos, mas também projetos, legislações [...] Nesse processo, não há a preocupação de preestabelecer um esquema teórico destinado a dar sentido aos vários discursos; o sentido é dado pelos próprios atores [...] “Seguindo os atores” o pesquisador identifica as redes, evitando impor aos mesmos as suas próprias categorias. (p.95)

Para atender à proposta de Dias e Benakouche utilizou-se como recurso metodológico ao trabalho de campo, a técnica de entrevista que, para Chizzotii (1991), corresponde a um meio de coleta de informação acerca de um dado tema científico, através da qual se buscam os fatos relatados pelos atores envolvidos com o tema em questão, deixa-os se pronunciar, mesmo que por meio de documentos. Nesse sentido, esse trabalho assenta-se na metodologia da pesquisa qualitativa que, como ressalta Minayo (1992; 1994): “[...] compreende a análise de processos e fenômenos sociais como determinações e transformações dadas pelos sujeitos [... e] Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade [...]” (p. 25). A idéia de complexidade corresponde na visão de Morin (2005) a: “[...] uma noção lógica, que une uma e multiplica-o em *unitas multiplex do complexus*, complementar e antagonista na unidade dialógica, ou, como querem alguns, na dialética. Atingir a complexidade significa atingir a binocularidade mental [...]” (p. 215).

Partindo-se dessas visões teóricas e tendo a entrevista individual e a análise documental como princípios de técnicas metodológicas, realizou-se:

- revisão teórico-conceitual dos referenciais abordados no trabalho, a partir de levantamento bibliográfico;

- análise dos seguintes documentos: Plano Diretor Urbano de Belém; Plano de Desenvolvimento Local Sustentável da Ilha Mosqueiro; Plano de Revitalização da Trilha Olhos D'água, Mosqueiro; Estudo Preliminar para Municipalização do Turismo nas Regiões das Ilhas; Anuário Estatístico do Município de Belém 1999/2002; Relatório Técnico de Pesquisa da Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém (Todos da Prefeitura Municipal de Belém) e; Programa Nacional de Municipalização do Turismo; Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal; Plano de Gestão Integrada do Projeto Orla do Município de Belém e; Programa Nacional de Municipalização do Turismo (Todos do Governo Federal);
- trabalho de campo de caráter exploratório a partir da técnica da observação dirigida;
- entrevistas semi-estruturadas com: 6 representantes das Secretarias Municipais de Belém; da Secretária Estadual de Turismo; da Agência Distrital de Mosqueiro; da Polícia Militar Paraense e; 7 de Associações locais;
- entrevistas estruturadas com: 23 turistas; 5 agentes e operadores turísticos; 21 proprietários de restaurantes e outros comerciantes locais (amostragem aleatória) e;
- Sistematização dos dados e elaboração do trabalho final.

Os resultados obtidos a partir da realização desse percurso metodológico encontram-se sistematizados nos três capítulos que compõem esse trabalho. Sendo o primeiro capítulo intitulado: “Atividade turística: a natureza do fenômeno e a sua emergência na Ilha de Mosqueiro”, onde se debate a construção histórica do espaço turístico de Mosqueiro a partir de um diálogo com as teorias sobre a construção histórica do turismo. O segundo capítulo intitulado: “A organização espacial em rede: instrumento para pensar a estruturação do turismo em Mosqueiro”, onde se discute os fatores sócios-políticos de estruturação das redes técnicas e sua



relação com a rede turística de Mosqueiro, fazendo referência às principais bases teóricas de redes, de técnicas e de redes turísticas. O terceiro capítulo intitulado: “Seletividade, conexidade e expansão dos fluxos da rede turística na Ilha de Mosqueiro”, onde se disserta sobre a configuração espacial da rede turística da Ilha de Mosqueiro, os níveis de solidariedade transescalar abarcados por ela e sobre seus agentes de turistificação; além de debater as bases teóricas sobre redes turísticas, transescalaridade e espaço público.

## **CAPÍTULO I: ATIVIDADE TURÍSTICA: A NATUREZA DO FENÔMENO E A SUA EMERGÊNCIA NA ILHA DE MOSQUEIRO**

[...] De fato, os turistas que valem o que comem são os mestres supremos da arte de misturar os sólidos e desprender o fixo. Antes e acima de tudo, eles realizam a façanha de não pertencer ao lugar que podem estar visitando: é deles o milagre de estar dentro e fora do lugar ao mesmo tempo. [...] O nome do jogo é mobilidade: a pessoa deve poder mudar quando as necessidades impelem, ou os sonhos o sollicitam. (BAUMAN, 1998, p. 114)

O turismo na assertiva de Bauman corresponde a uma prática social em que a fluidez pós-moderna se configura em ação heróica, conforme exposto na citação acima. Sem aprofundar a discussão sobre ser o turista uma figura pós-moderna, Haesbaert (2004) também afirma que suas práticas são uma das características mais marcantes da mobilidade pós-moderna. Acredita-se que a importância atribuída ao turismo no momento contemporâneo centra-se justamente em sua arquitetura fluida e móvel, sua flexibilidade a qual, na perspectiva de Knafou (1999), evoca “[...] ao mesmo tempo uma atividade humana e social, hoje convertida em fundamental, e todo aparelho econômico – igualmente muito importante [...]” (p. 63).

Entretanto, em geral, nas análises sobre o turismo enfatiza-se muito mais a sua dimensão econômica ou “todo seu aparelho”, como ressalta Knafou, em detrimento dos estudos sobre a complexidade embutida na atividade turística pela mobilidade das atividades humanas, ou seja, práticas sociais que envolvem viagem, fuga da rotina do lar, prazeres e acúmulo de sensações (DE LA TORRE, 1994; BAUMAN, 1998; KNAFOU, 1999), as quais dão sentido aos arranjos espaciais (facilidades, atrações, transporte e hospedagem) fornecidos e utilizados para auxiliar a

*movimentação, o deslocamento, a circulação* do turista, ou seja, sua mobilidade. Isso porque, como relata Cruz (2002), a atividade turística não prescinde de infra-estrutura turística (que poderia ser entendida como hotéis, agências, operadoras, bares, atrativos...) e de infra-estrutura suporte (que seriam os equipamentos urbanos).

É claro que o processo é dialético e, como ressalta Santos (1994, 1999), o espaço geográfico é reflexo, meio e condição do/ao exercício das práticas sociais, dessa forma, as práticas turísticas condicionam e são condicionadas pela organização espacial que, também e cada vez mais é fluída, móvel. A mobilidade de coisas e pessoas proporcionada pelo turismo e acelerada por sua organização espacial propensa à circulação incidiu, segundo Rodrigues (1997) e Fenell (2002), sobre o volume de transações financeiras e sobre a produtividade econômica de forma tão dinâmica que transformou a atividade turística no segmento de maior crescimento em termos mundiais.

A ênfase no fator econômico ligado às práticas turísticas deriva, ainda, da ampliação do tempo livre (diário, semanal e anual) e da fixação salarial do trabalhador, substrato das concepções políticas do “estado do bem-estar social” que foram implementadas na primeira metade do século XX. De acordo com Urry (1996), contribuiu, também, para essa ênfase a inserção feminina no mercado de trabalho que, conjugada a sua “independência” através da revolução sexual, colocou em circulação uma nova parcela social, fato indutor de aumento dos fluxos turísticos. Nesse ínterim, emergem instituições proponentes à organização e ao controle desses fluxos como as agências de turismo e a Organização Mundial do Turismo – OMT, essa organização atrela o turismo às questões político-administrativas, ao direito internacional (principalmente às leis de migração) e aos dados estatísticos de produtividade econômica.

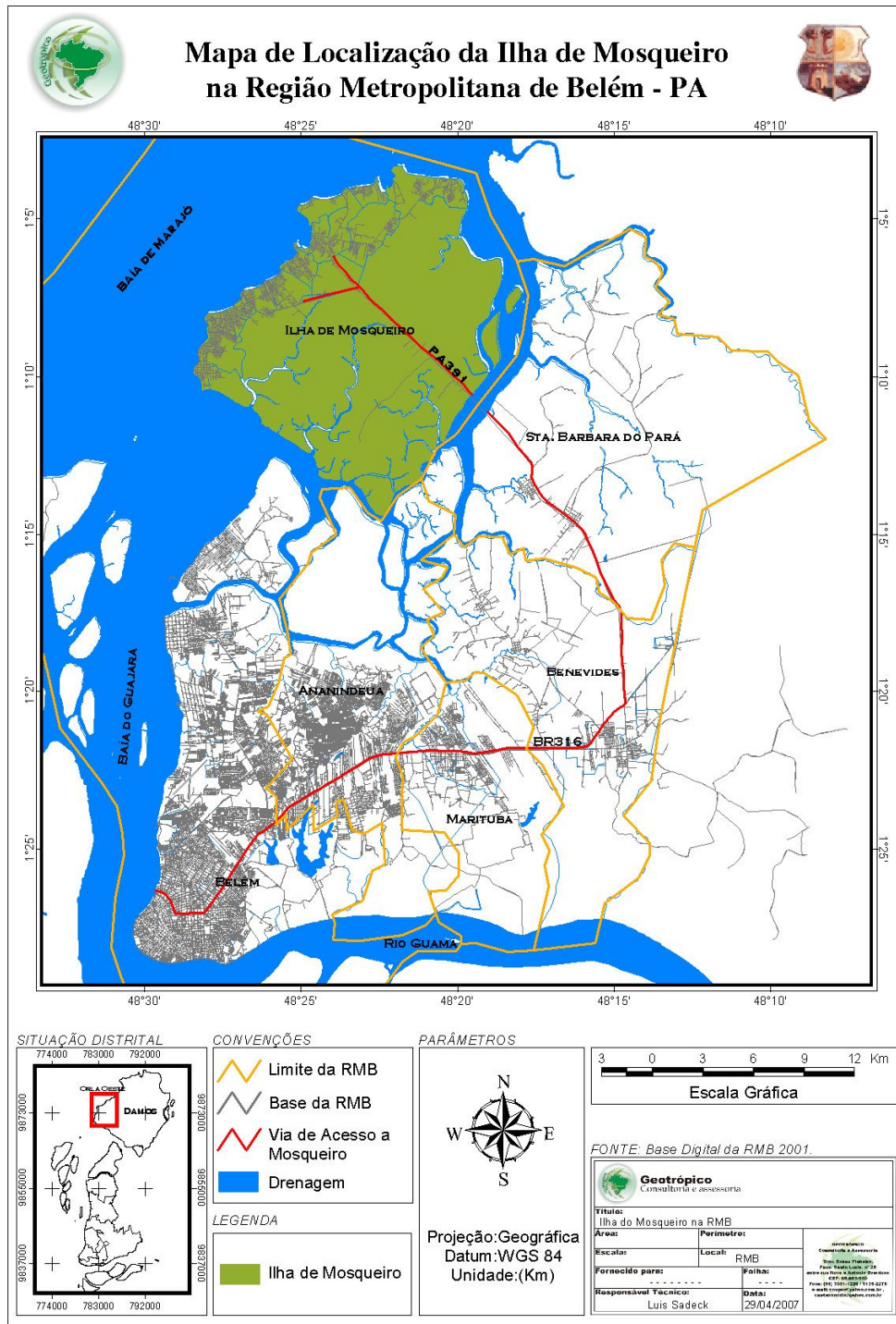
O viés economicista legado à prática social do turismo levou Rodrigues (1996) a vislumbrar um detrimento das formas anteriores da prática de viagem (na qual o pitoresco e a curiosidade eram os fatores que impulsionavam a mobilidade) propiciado pela fabricação da “necessidade imperiosa de viajar” (p. 42). Nesse sentido, retomando a citação de Bauman (1998) apresentada na introdução desse capítulo, os turistas “valem o que comem” sendo apresentados como: “a salvação da lavoura [...] o cidadão que tem um barco pára aqui compra uma cervejinha, uma tapiquinha [...]” (Trabalho de campo, Mosqueiro, jan. de 2005). O consumo de alimentos é a principal marca do discurso sobre o “verdadeiro turista” que frequenta ou deveria frequentar a Ilha de Mosqueiro, no norte do Município de Belém, fato recorrente na fala dos agentes locais, a exemplo da fala transcrita anteriormente.

### **1.1 A Ilha de Mosqueiro**

A Ilha de Mosqueiro, distrito administrativo do município de Belém desde 1901, distancia-se da sede desse município 32 km por via fluvial, única forma de comunicação com a sede até meados da década de 1960, e aproximadamente 77km por via terrestre/fluvial até meados da década de 1970, quando foi construída a ponte Sebastião de Oliveira (1.457,73 m de comprimento) sobre o Furo das Marinhas. A construção dessa ponte definiu a integração da ilha ao continente sendo os 77 km delimitadores do percurso do centro de Belém à Ilha de Mosqueiro circunscritos nos territórios municipais de Ananindeua, Marituba, Benevides – via BR - 316 e PA - 391, e Santa Bárbara – via PA - 391, (ver mapa na próxima página).

Já no caso dos 32 km por via fluvial, realizada pelo navio Antônio Lemos (implementado na atual gestão municipal), circunscreve-se somente no território belenense, sendo seu percurso definido do centro de Belém ao centro da Ilha nos horários de 6:00 e 18:00h. A reabertura do transporte fluvial para a ilha era uma das principais reivindicações dos agentes do espaço turístico

de Mosqueiro, inclusive os turistas e essencialmente o turista estrangeiro que “vem ver a natureza local” (Empresário Local, dez. 2006), mas a implementação desse transporte tem sido muito criticada pelos agentes turísticos, dado os horários em que são realizadas as viagens.



A questão do horário de funcionamento do barco, segundo os entrevistados, é que ele não viabiliza o uso turístico desse objeto: “Qual o turista que vai a Mosqueiro às 18:00h, quando o barco sai daqui?” (Trabalho de campo, Mosqueiro, dez. 2006). A discussão da acessibilidade à Ilha de Mosqueiro permite pensar a idéia de “viagem turística” a essa localidade, a qual tem sua projeção sobre o deslocamento espacial para “[...] esse lugar ímpar, bucólico [...]” (Morador do bairro do Farol, trabalho de campo, Mosqueiro, jan. 2005); “[...] a praia descansar é uma beleza [...] para quem quer curtir é bom” (Mosqueiro oferece... O Liberal, nov. 2000, p.7). Isso porque, os relatos transcritos apontam para uma prática cujo deslocamento, seja fluvial ou terrestre, define-se pela intenção de lazer, fuga do trabalho e da rotina cotidiana, busca do prazer através do “bucólico” e da “beleza” das praias dessa ilha.

Na perspectiva de Tuan (1980) a ilha e a praia exercem atração à imaginação humana cuja avaliação da natureza no século XX originou um movimento crescente “[...] quer de um dia, de um fim de semana ou de uma temporada [...]” em direção às praias e às ilhas que diante da vida moderna no continente adquiriu significado de “[...] lugar para onde escapar das pressões do cotidiano [...]” (p. 137). Nesse viés, é possível pensar que os fluxos turísticos direcionados à “bucólica” e “bela” Mosqueiro são substratos da re-significação das idéias sobre ilhas e praias, pois sendo ilha com praias, essa localidade apresenta dois vetores de atração da imaginação humana, o que a fez ser lugar de escape do cotidiano como relata Meira Filho (1978): “[...] para o grande dermatologista, Mosqueiro era a liberdade, a fuga da luta cidadina, do inferno dos hospitais [...]” (p.388).

A idéia de um balneário “encantado” reside, entre outros, no fato de Mosqueiro possuir praias estuarinas com ondas, algo não comum em praias de rios e estuários. A evidência desse fenômeno nessas praias é decorrente da influência dos fluxos de marés que incidem sobre

Mosqueiro ao Norte pela Baía do Sol; ao Leste pelo Furo das Marinhas; a Oeste pela Baía do Guajará; a Sudoeste pela Baía de Santo Antônio e; ao Sul pelo Furo das Marinhas e Furo do Maguari. Esses fluxos influenciam no volume e movimento hídrico das praias e das planícies de várzea dos rios e igarapés que drenam e/ou, segundo técnicos da Prefeitura Municipal de Belém-PMB (2005), definindo o distrito administrativo de Mosqueiro como um arquipélago composto por 35 ilhas das quais 17 já foram cadastradas, conforme apresentado no quadro 01, e sendo a maior dessas ilhas a de Mosqueiro.

<b>Ilhas</b>	<b>Perímetro (m)</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>
AMORES	190,80	1.101,68
SD7	214,07	2.664,87
SD6	236,78	2.243,22
SD5	236,81	2.418,96
SD4	264,84	2.890,99
MARACUJÁ	424,87	6.777,14
SD3	502,83	13.018,36
POMBAS	560,29	14.765,68
MARUIM I	586,75	19.588,13
SD1	895,11	24.729,48
MARUIM II	1.024,17	27.828,68
SD2	1.063,68	19.978,54
CONCEIÇÃO	2.930,87	332.731,58
PAPAGAIO	3.880,29	825.228,94
CUNUARI	8.539,43	2.474.670,37
SÃO PEDRO	7.972,95	4.110.313,10
MOSQUEIRO	75.534,22	211.792.340,50

QUADRO 01: Distribuição por perímetro e área das principais ilhas do Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS), Belém/PA.

Fonte: Elaborado a partir de dados da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), 2000.

## 1.2 A viagem turística e as praias de Mosqueiro

Segundo Urry (1996), já no século XVI era possível visualizar aspectos, relativamente, relacionados à atividade turística, que derivavam primordialmente das redes de hospedarias construídas nos séculos XIII e XIV e das excursões organizadas a partir do século XV para atender viajantes peregrinos. Entretanto, como ressalta o autor, viagens turísticas como as realizadas a Mosqueiro se constituem particularidade da sociedade industrial moderna que emerge com as transformações ocorridas nos séculos XVIII (estruturação do *Grand Tour* e desenvolvimento da infra-estrutura turística) e XIX (quando já havia estudos e produção literária sobre o turismo), o que é enfatizado por Corbin (1989):

A partir dos anos 1820, encerra-se o tempo dos percursos solitários, aventureiros, e daqueles efetuados em pequenos grupos. [...] Desaparece o viajante, aquele que descobre, inventa, inaugura, que num mesmo movimento de escrita traça e relata seu caminho. Prolifera o turista da primeira geração, aquele que [...] pronuncia a massificação das práticas [...] Essa turistificação precoce da viagem caledoniana cuja estética se esboça claramente a partir de 1804 [...] Em 1812, a excursão é organizada em data regular [...] (p. 146)

A turistificação da viagem de que trata a citação acima se caracteriza, segundo Marcellino (2000), pela busca de melhores instrumentos ligados ao lazer cuja peculiaridade inscreve-se em três elementos fundamentais: segurança, conforto e *status* que a viagem empresta ao indivíduo. A inserção de tais elementos como essenciais à viagem dentro dos movimentos turísticos não eliminam a busca pelo desconhecido, o inusitado, a aventura (RODRIGUES, 1996; KNAFOU,



1999), o que induz autores como De La Torre (1994) a entender a viagem turística como um fenômeno complexo onde estão embutidas múltiplas variáveis e instâncias sociais e não somente um reflexo da expropriação do tempo livre do trabalhador na sociedade pós-revolução industrial.

Outra característica da viagem turística na visão de De La Torre diz respeito ao caráter do viajante que se desloca espacialmente de maneira voluntária e temporária (sozinho ou em grupo) por motivos variados tais como: recreação, descanso, cultura ou saúde, os quais não envolvem atividade lucrativa, nem remunerada na localidade receptora. Nesse sentido, o homem-do-após-trabalho ou o homem-de-lazer da sociedade do tempo liberado de que trata Friedmann (1968), cada vez mais é o homem que viaja por/para o lazer na sociedade do turismo, isso porque, como assesta Rodrigues (1996), diante da fluidez contemporânea “[...] resguardadas as devidas proporções todos viajam [...]” (p.41).

De acordo com Friedmann (1968), De La Torre (1994), Marcellino (2000), Martins (2004) pode-se aferir ser a viagem o principal diferenciador entre turismo e lazer, assim, as atividades turísticas pressupõem lazer mas o inverso não é válido. Pois, enquanto no primeiro (o turismo) predomina a fuga da vivência cotidiana, no segundo (o lazer) predomina essa vivência. Segundo Martins a efetivação do lazer ocorre por uma compartimentação em vários períodos do tempo cotidiano onde se destaca o tempo de trabalho e o de não-trabalho. Ora, é a idéia da fuga do cotidiano, da rotina que, na concepção de Corbin (1989), possibilita a transformação das praias em espaços receptores dos que viajavam na Europa entre 1750 e 1840.

De acordo com esse autor até a primeira metade do século XVII o espaço da praia era visto por representações de repugnância e de medo que se circunscriviam “[...] no quadro de uma *epistême* clássica que mistura [...] a tradição judaico-cristã, a filosofia helenística e a literatura latina” (p. 64). No entanto, a partir do século XVIII essa “*epistême* clássica” transforma-se em um “desejo coletivo das praias”, fazendo emergir a idéia do uso desses espaços muito próxima à

idéia do turismo e da viagem contemporâneos: fuga do estresse da vida urbana. Nesse sentido, a idéia de viagem turística vincula-se à mudança de percepção sobre a praia incidindo sobre o uso desses espaços que passam a ser os destinos ideais de viagem. Na visão de Tuan (1980), a centralidade das praias nos destinos turísticos explica-se pela:

[...] atração que exercem as orlas marinhas sobre os seres humanos. Para começar, sua forma tem dupla atração: por um lado, as reentrâncias das praias e dos vales sugerem segurança; por outro lado, o horizonte aberto do mar sugere aventura. Além disso, o corpo humano, que normalmente desfruta apenas do ar e da terra, entra em contato com a água e a areia [...] A praia também é banhada pelo brilho direto e refletido da luz do sol, porém a areia cede à pressão, penetrando entre os dedos do pé e a água recebe e ampara o corpo. (p. 131)

Essa atração pode ser uma explicação para a configuração do modelo prioritário das viagens turísticas: “Sol e Praia”, cujos fluxos se intensificaram na década de 1950, tendo como os mais importantes espaços as praias de Punta del Leste (Argentina) e as praias da costa dos Estados Unidos (LEONY, 1997). Esse modelo acaba por engendrar a concentração de um número cada vez maior de pessoas e empreendimentos nas orlas praianas a partir da organização de pacotes de viagens e excursões, de hotéis, de guias, etc o que proporcionou a massificação das práticas turísticas.

Nesse sentido, todos que procuram descanso, entretenimento e lazer como fuga da rotina do lar e do trabalho dirigem seus objetivos ao litoral. No caso da cidade de Belém esse ímpeto terá nas praias estuarinas da Ilha de Mosqueiro seu primeiro e principal espaço de atração, período em que, como relata Amanajás (1976, p. 7): “Trocava-se a roupa atrás das moitas de

mato nas praias, e os homens banhavam-se para um lado e as mulheres para o outro. As praias visitadas, possuindo ainda poucas casas, eram as de Areião, Bispo, Grande e Chapéu-Virado este considerado o bairro chic [...]”. Essas características do uso das praias mosqueirenses mencionadas pelo autor, irão contrastar com as características do uso que se faz dessas praias no período atual e principalmente com o adensamento de suas edificações.

O uso das praias mosqueirenses para fins turísticos deriva da visão de viagem e de lazer dos europeus que vieram a Belém para trabalhar na *Pará Electric Railways Company* ainda no século XIX. Como afirma Corbin (1989) “o desejo coletivo pelas praias” já havia modificado o comportamento e as viagens no continente europeu. Dessa forma, o hábito de fazer uso dos espaços praianos fora reproduzido na Ilha de Mosqueiro como nos revela Meira Filho (1978):

O Mosqueiro tornar-se-ia, durante longo período, abrigo de raras personalidades estrangeiras que procuravam, ali, respirar melhor e deleitar-se com as belezas do lugar. Poucos nacionais, paraenses, mesmo, deixariam Belém em busca das praias da Ilha. (...) Somente no fim do século passado e no começo do atual, levados pela preferência dos técnicos ingleses, franceses e alemães que, pelos hábitos europeus, escolhiam o Mosqueiro para seus “week-end”, a nossa gente seguiria seus passos, conquistando e descobrindo suas maravilhas. ( p. 44)

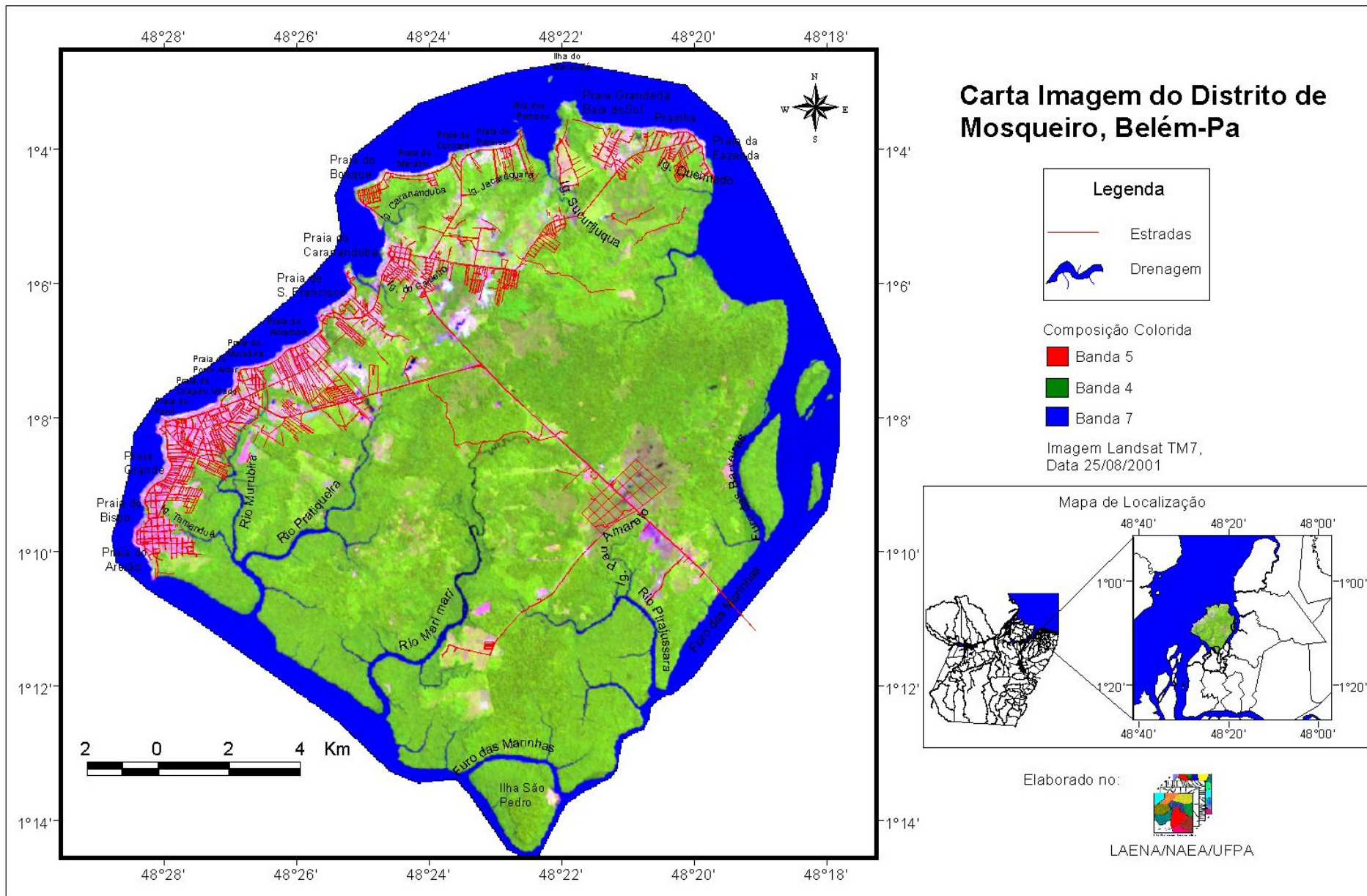
Apesar do uso turístico das praias de Mosqueiro iniciar-se no século XIX, a apropriação definitiva desse espaço para a atividade turística só se dará no início do século seguinte quando a população belenense passa a freqüentar a localidade. Nesse mesmo período, Mosqueiro deixa de ser Vila de Benfica (Lei nº 324 de 6 de julho de 1895) tornando-se distrito administrativo de Belém, e passa a ter sua orla destinada à produção pesqueira reduzida (AMANAJÁS, 1976; CARDOSO, 2000). De acordo com Meira Filho (1978), a atividade pesqueira propiciara a construção do nome da ilha: Mosqueiro, que derivara da prática do “Moqueio” (tratamento indígena de conservação do peixe através do calor brando do fumeiro).

Contudo, conforme demonstrou Costa (2005) seguindo as indicações de Brandão (1999), pode-se pensar a denominação da ilha como substrato da interação dessa prática com a realidade ibérica, pois a expressão Mosqueiro aparece como denominação de várias localidades portuguesas e, ao norte da Espanha a uma enseada composta por várias praias como as dezoito praias existentes na Ilha de Mosqueiro brasileira. Sucedendo-se nessas praias, segundo Meira Filho (IDEM.), a “conquista” do balneário:

A evolução da conquista do Mosqueiro como balneário deu-se de forma interessante. Conforme o avanço da população de Belém em busca de novas praias pelo litoral da Ilha, todo ele servido das águas da Baía de Marajó, descobertas novas surgiam. Interesses comerciais e imobiliários contribuíram para esse fato. Inicialmente, da Vila, onde reinavam a praia do “Areião”, do “Bispo” e “Grande”, chegar-se-ia a prainha do “Farol” e a esta praia se alongando no correr do Chapéu-Virado, cuja encosta com ela se confunde. Desta última, a sempre mais requestada pelo habitante de Belém, o povo alcançaria o “Porto-Arthur”, depois “Murubira” e em seguida o “Ariramba”. Esta seria a primeira fase da penetração litorânea. Só mais tarde interessados no isolamento total encontrariam às praias do “Marahu”, do “Paraíso” e do “Caruara” após a linda região intermediária que representa a praia de “São Francisco”. Esse seguimento viria a ser a Segunda fase da evolução do Mosqueiro de oeste para leste, pelo litoral. Recentemente, muita gente se destina a lugares mais distantes em relação à Vila. Procuram a Baía do Sol, com seus recantos admiráveis, ainda virgens, que constituem as praias da “Conceição” (praia grande), do Paissandú e, na povoação propriamente dita, a do “Bacuri” e a da “Fazenda”. (p. 50)

Assim, a organização espacial do turismo em Mosqueiro centrou-se ao longo das praias cuja penetração foi marcada por dois sentidos de circulação dos fluxos turísticos que se destinavam às praias mosqueirenses: Oeste-Leste com a entrada pelo Trapiche da Vila com a circulação fluvial e o Leste-Oeste com entrada pela rodovia Meira Filho no Carananduba com a circulação rodoviária. No primeiro sentido o espaço turístico foi sendo construído ao longo das Praias do Areião, do Bispo e Grande, se irradiando para a Praia do Chapéu-Virado até a Praia do Ariramba; no segundo sentido o espaço turístico foi sendo construído ao longo das Praias do Carananduba, de São Francisco, do Ariramba e do Murubira, mais tarde se estendendo às Praias

do Marahu, do Paraíso, da Baía do Sol e da Fazendinha, essas últimas hoje se constituem área de expansão turística em Mosqueiro tendo como principal objeto de atração o Hotel Fazenda Paraíso -HFP (ver carta imagem na próxima página).



## Carta Imagem do Distrito de Mosqueiro, Belém-Pa

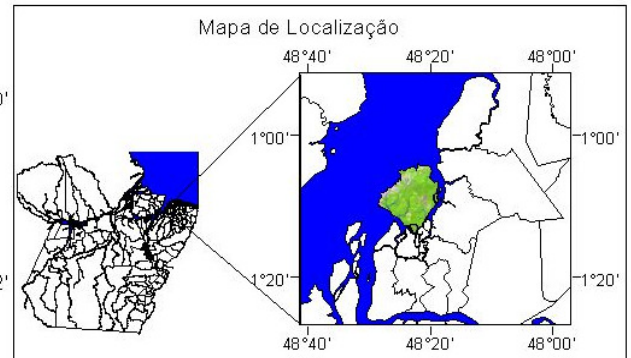
**Legenda**

- Estradas
- Drenagem

Composição Colorida

- Banda 5
- Banda 4
- Banda 7

Imagem Landsat TM7,  
Data 25/08/2001



Elaborado no:

LAENA/NAEA/UFGA

A concentração dos fluxos turísticos em dada porção espacial de Mosqueiro proporcionou também a concentração de edificações ao longo das Praias do Bispo, Grande, Farol e Chapéu Virado visto que são essas praias as primeiras a serem ocupadas para a destinação do turismo em Mosqueiro. Tal concentração torna-se mais evidenciada na foto da orla da Praia do Farol exposta abaixo, através da qual se observa uma área densamente construída com rua pavimentada, calçamento, casas de segunda residência e comerciais destinadas fundamentalmente à alimentação, como os bares e os restaurantes estabelecidos em barracas de padrão igual a que aparece ao fundo na foto abaixo.



Foto 01: Aspecto paisagístico da orla da praia do Farol.  
Foto: Costa, 2004.

Santos e Silveira (2002) assestam que a centralidade espacial de uma dada área é promovida pela concentração de objetos geográficos, os quais são substratos da objetivação promovida pelo homem das coisas ou das matérias enquanto recurso (SANTOS, 1999). Nesse

viés, a densidade dos objetos geográficos em uma dada área implica numa configuração espacial que além de áreas concentradas, tem áreas com machas e pontos residuais de objetos geográficos contemporâneos ao momento da globalização. Dessa forma, pode-se dizer que as orlas das praias de Mosqueiro que foram ocupadas no direcionamento Oeste-Leste, formam a área de concentração turística da ilha, enquanto que as Praias do eixo Leste-Oeste formam áreas de “manchas turísticas” como as Praias do Marahu e Paraíso e áreas onde as edificações ligadas ao turismo são apenas pontuais conforme apresenta a carta imagem exposta anteriormente.

Por meio dessa carta imagem, pode-se constatar a configuração da malha rodoviária que organiza o principal espaço de circulação da ilha (ver novamente carta imagem anterior), esse se estende por um eixo longitudinal traçado da “Ponta do Bitar” na Vila (extremo oeste da ilha) até a “Ponta da Fazenda” na Baía do Sol (nordeste da ilha), onde foram instalados equipamentos propícios ao atendimento dos turistas que se dirigiam desde os primeiros movimentos turísticos à Orla Oeste da ilha, fator preponderante na delimitação da concentração de tais equipamentos nessa área. Esses movimentos têm, desde o início do século passado, seus fluxos aumentados fundamentalmente durante as férias escolares, com declara Meira Filho (1978):

As famílias residentes em Belém, excetuando-se aquelas que possuem raízes no interior do Estado, à época da liberação escolar nos regimes das férias semestrais e anuais, não tinham outro caminho a seguir...em casas próprias, alugadas, hotel ou hospedaria similar, a gente boa de Belém se transferia para o balneário, numa luta enorme para se dar às crianças belemitas um pouco de liberdade, ar puro, folguedo e outras distrações indispensáveis a quem vivia no centro comunitário do Estado. (p.76).



Na declaração de Meira Filho, transcrita acima, se verifica a orientação do movimento turístico em Mosqueiro, a qual se dá pelo uso do balneário através de casas próprias ou alugadas, de hotéis ou hospedarias, durante o período de férias escolares e com finalidade de lazer. Para Cardoso (2000) esses movimentos são mais densos no mês de julho, no “verão” paraense, que coincide com as férias escolares, mas são perceptíveis também nos finais de semanas e feriados, fatores que para ela evidenciam o veraneio em Mosqueiro e permitem pensar a funcionalidade dessa localidade para a cidade de Belém.

### **1.3 O veraneio e o turismo de segunda residência em Mosqueiro**

O veraneio e a segunda residência aparecem como elos constituintes do turismo enquanto prática social voltada ao descanso e lazer e, conjuntamente, à mudança da visão social sobre a praia e a viagem irão contribuir para a consolidação dos fluxos e atividades turísticas ainda no início do século XIX. Nesse sentido, como aprecia Corbin (1989), o volume de viajantes turistas se amplia em conformidade com a expansão das segundas residências e com maior intensidade na temporada de verão desde o século XVI até o século XIX:

[...] César, Pompeu, Antônio e vários outros possuem, como Cícero, uma *villa* nos arredores de Pozzuoli. Eles vêm durante a temporada, de preferência na primavera, a fim de encontrar aí o frescor e tomar banhos sulfurosos. A navegação de recreio, os esportes náuticos, os banquetes ao ar livre [...]

[...] Até a metade do século XIX, a areia ou o rochedo da praia possibilitarão a reconstituição do círculo primordial, familiar ou de amigos [...] Millin não teme afirmar que o marselhês trabalha a semana só para ir à sua quinta no domingo. “Mais de 50 mil almas saem nesse dia da cidade” e se dispersam em 5 mil

quintas, um certo número das quais, construídas no floco da *vista*, dispõe de um terreno que dá para o mar. (pp. 268; 269; 270)

Dessa forma, entende-se a prática social do veraneio e da segunda residência como basilares ao desenvolvimento das práticas turísticas, estando a primeira vinculada à especificidade do período em que os fluxos turísticos ocorrem com maior expressão; e a segunda ao uso temporário de um alojamento destinado ao lazer do viajante em lugar diferente ao do domicílio desses. Segundo Tulik (2000), a prática turística de segunda residência independe da relação de propriedade, ou seja, o viajante pode ser caracterizado como turista de segunda residência mesmo que o imóvel só lhe pertença por tempo determinado através de contrato de aluguel, arrendamento ou empréstimo.

Indo ao encontro dessa assertiva, Macedo (2002) identifica o turista de segunda residência a partir de duas tipologias: o “veranista-proprietário” que possui o imóvel e o “veranista-hóspede” que aluga o imóvel por temporada. Para ele essas tipologias são responsáveis por ocuparem extensas áreas planas localizadas ao longo do litoral e de diversos estuários brasileiros. A expansão da segunda residência para essas localidades é, na visão do autor, determinante à limitação da indústria hoteleira do país, já que mais cômoda e econômica “[...] para as famílias e grupos em férias” (p. 196).

O turismo de segunda residência, segundo Tulik (2000), delimita-se por uma relação transitória e temporária entre “origem e destino” do turista, onde essa relação dada a permanência e o constante “ir e vir”, acaba por imprimir uma espécie de ingerência maior dos turistas sobre o local de destino do que outros movimentos turísticos como os pautados em hotéis, os quais, segundo Rodrigues (1996), são mais efêmeros, fragmentários e descontínuos. Essa relação do

turismo de segunda residência, no entanto, não pode ser tão permanente que acabe por descaracterizar a prática turística, pois como ressalta Assis (2003), o uso permanente da segunda residência não a restringe ao lazer.

O turismo de segunda residência independe do veraneio, apesar ser intensificada por esse, o qual se delimita por um período marcado pelas estações tropicais mais propícias à realização de atividades físicas e viagens efetivadas em finais de semana, feriados prolongados, férias escolares e de trabalho (CARDOSO, 2000). A influencia dessas estações sobre os grupos sociais pode ser compreendida na descrição feita por Ferrara (2002, p.66): “A escapada dos finais de semana tem como signo básico o verão: resgata-se todo o caráter mítico e simbólico do Sol [...] onipresente para lembrar que a situação é de ócio e lazer”. O sol representa, para Urry (1996), um marco transformador das práticas turísticas:

No período do pós-guerra era o sol, e não o mar, que, supostamente, proporcionava saúde e atração sexual. O corpo ideal passou a ser visto como aquele que é bronzeado. Esse ponto de vista foi difundido nas diversas classes sociais e o resultado é que muitos pacotes turísticos o apresentam quase como se fosse um motivo para viajar durante as férias. (p. 60)

Nesse sentido, o sol passa a ser vetor das viagens de férias desde a década de 1950 e acaba por imprimir o modelo turístico de “Sol & Praia” que se efetiva no período do veraneio, o qual não se restringe a esse modelo. As escapadas de final de semana bem como as grandes viagens têm, em várias partes do mundo, no veraneio um momento onde inúmeras práticas turísticas são realizadas como as de segunda residência, que podem localizar-se em orlas de praias, em sítios nos campos etc. Assim como as práticas definidas por excursionista – aquelas em que as viagens

a uma determinada área são realizadas diariamente sobre o objeto motivador da viagem turística, e as práticas que são mediadas pelas hospedagens em hotéis, pousadas etc. (RODRIGUES, 1996).

Na análise de Macedo (2002), o veraneio e o turismo de férias em larga escala são responsáveis por uma nova estruturação da zona costeira brasileira, caracterizada por orlas com urbanização tipicamente turística. A primeira tipologia dessas orlas é aquela onde a atividade turística é complementar e os fluxos de turistas (sazonal ou não) não altera o comportamento social e as formas de ocupação das praias pelos moradores da cidade; a segunda é aquela onde, apesar de sua atividade urbana principal voltar-se ao turismo, sua estrutura urbana em geral é ineficiente para atender aos elevados fluxos sazonais de turista; a terceira é aquela em que os assentamentos urbanos configuram-se em complexos hoteleiros cujas estruturas organizacionais e paisagísticas remetem aos padrões arquitetônicos estrangeiros e; a quarta é aquela onde a urbanização é embrionária sendo possível observar vilas de pescadores, casas de veraneio e atividade hoteleira.

De maneira geral, seguindo a tipologia proposta por Macedo (2002), esses movimentos engendraram características à orla de Mosqueiro que lhe definiram formas de “urbano balneário ou urbano recreativo”. Pois, conforme se detectou nas entrevistas realizadas e nos relatos encontrados em jornais e obras diversas, apesar da atividade turística ter enorme centralidade na ilha seus equipamentos são pouco eficientes em alta temporada, fundamentalmente, em julho quando ocorre a alta estação do veraneio paraense, mas não só em julho como demonstram os relatos a seguir: “[...] é no período de festa (carnaval, férias e círio local, etc.) que os índices de coliformes fecais aumentam consideravelmente [...]” (MACHADO, 2001) e “[...] A falta de água no Mosqueiro na época de carnaval [...] salienta a deficiência da prestação do serviço nesta época” (MOSQUEIRO, 2005).

De acordo com as entrevistas acima, a ineficiência dos equipamentos em Mosqueiro é “salientada” nos períodos de “festa”, o que aproxima essa realidade à tipologia de Macedo (2002) mencionada anteriormente. Tal tipologia é determinante na orla das praias ocupadas no direcionamento Oeste-Leste que, apesar de concentrar um número maior de equipamentos turísticos em relação às praias da orla ocupada no direcionamento Leste-Oeste, como demonstram os dados do quadro 02, sofre com ineficiência de equipamentos como: o de abastecimento d’água, relatado na entrevista anterior.

Por equipamento turístico compreende-se um conjunto de estruturas compostas por: meios de hospedagens como cadeias de hotéis, pousadas, segundas residências etc; meios de alimentação como restaurantes e cafés e; meios de entretenimento como *night clubs* e parques temáticos (BENI, 1997). E como indica os dados dispostos no quadro 02, a comparação entre esses equipamentos nas orlas das Praias do Farol e do Paraíso demonstra a centralidade desses nas praias do direcionamento Oeste-Leste, de ocupação balneária mais antiga.

<b>Tipo de edificação</b>	<b>Praia do Farol</b>	<b>Praia do Paraíso</b>
Bares e Restaurantes	27	09
Hotéis e Pousadas	01	03
Comércio em Geral	02	02
Segunda Residência	43	15
Residências	03	02
Condomínios	02	02
Casas de Show	01	-

QUADRO 02: As edificações encontradas na orla das Praias do Farol e Paraíso na Ilha de Mosqueiro, 2006.

Fonte: Trabalho de Campo realizado em Mosqueiro em maio de 2006.

Essa concentração incide sobre outra: a dos turistas nesse setor de Mosqueiro, fundamentalmente, no mês de julho quando, segundo indicam os dados da Polícia Militar paraense, quase 500 mil pessoas freqüentaram Mosqueiro, das quais “uns 70% se dirigem p’ros lados do Murubira, Chapéu Virado e Farol até na Vila” (Trabalho de campo, Mosqueiro, set. 2006). O que pode ser comprovado nos relatos de alguns desses turistas: “aqui (farol) e na vila tem muita opção [...] praças e comércios” (Segundo residente, trabalho de campo, Mosqueiro, set. 2006), “no Murubira é que rola o som, tem os restaurantes” (Excursionista, trabalho de campo, Mosqueiro, jul. 2006). Ainda de acordo com o quadro 02, a centralidade desses equipamentos somente se dará na orla das praias ocupadas no direcionamento Leste-Oeste (originado pela implementação de rede de circulação rodoviária), quando se trata dos meios de hospedagens: pousadas e hotéis, os quais são utilizados por fluxos turísticos que prefere: “a tranquilidade do Paraíso” (Empresário, trabalho de campo, Mosqueiro, maio 2006).

Segundo Meira Filho (1978) a “tranqüilidade” a que se refere o empresário do paraíso é a expressão verdadeira de Mosqueiro: “Podemos assinalar que o verdadeiro Mosqueiro é este e que só modernamente está sendo descoberto pelas elites da cidade, pelos que desejam maior penetração na ilha e permanecer o mais longe possível de bulício dos hotéis, das praias, da Vila e de sua vida já mais intensa” (p. 397). O mais longe do bulício a que se refere Meira Filho e que também aparece na fala de turistas entrevistados, remete a baixa densidade de construções e alta densidade de cobertura vegetal encontradas nas praias ocupadas no direcionamento Leste-Oeste, conforme se observa na foto da Praia do Marahu exposta abaixo.



Na foto exposta acima se visualiza o aspecto paisagístico de uma das praias localizadas no norte da Ilha de Mosqueiro, que foi ocupada no eixo de direção baseado na rede de circulação rodoviária, em outras palavras, uma praia que teve seu uso turístico mais fortemente marcado a partir da década de 1970 com a construção da ponte e rodovia que interligou a ilha ao continente (retomaremos esse assunto no próximo capítulo). Sendo uma das praias de ocupação turística mais recente o Marahu resguarda aspectos paisagísticos que lhe proporcionam características de rusticidade, a exemplo da densidade arbórea encontrada em sua orla e visualizada na parte superior da foto acima. Tais características denotam um dado “ar de rusticidade”, que desencadeou o surgimento de movimentos do turismo ecológico e na natureza a essa localidade, engendrado principalmente pela construção do Hotel Fazenda Paraíso, em 1994, na Praia do

Paraíso, no extremo norte da ilha, fator de atração dos fluxos turísticos para essa área, como se mencionou anteriormente.

### **1.5 O turismo alternativo em Mosqueiro**

O uso da Orla da Praia do Paraíso para o turismo ecológico propõe-se como contraponto ao uso da orla mosqueirense pelo modelo sol e praia, maciçamente praticado nas praias ocupadas no direcionamento Oeste-Leste, por turistas que freqüentam a ilha por meio de hotéis, de segundas residências e de excursões. Para Marcellimo (2000), assim como para tantos outros autores, o veraneio determina um modelo de turismo em série, baseado na massificação do turismo de “Sol & Praia”, o qual tem como aspecto primordial o consumo dos lugares e das paisagens, o que culmina com a degradação desses.

A contestação dessa prática turística degradante emerge nos anos 1970, quando uma nova postura em relação ao turismo retoma algumas características das viagens de percursos solitários, aventureiros e efetuados em pequenos grupos (praticadas até o século XVIII), sendo praticada por músicos, escultores, pintores e outros profissionais liberais que se organizaram em defesa do meio ambiente e buscaram conhecer novos e primitivos lugares, movidos pelas preocupações com o futuro ecológico e com melhores condições de vida e saúde. Esses grupos sociais tinham uma maneira especial de lidar com o lugar integrado à natureza, respeitando-a e preservando-a.

Conjugadas à emergência dos discursos ecológicos gestados desde a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em Estocolmo em 1972, e à Segunda Conferência sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992, das quais proliferaram o Relatório de *Brundthand* e os pressupostos teóricos do Desenvolvimento



Sustentável, as atitudes desses grupos sociais engendraram a formatação do chamado turismo sustentável ou alternativo. Essa formatação pressupõe ser o turismo um dos campos mais propícios para se pôr em prática os direcionamentos ecológicos das Conferências sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1972 e 1992.

Nesse ínterim, para Coelho (1999), o turismo passa a “celebrar a natureza natural”, e seus praticantes buscam aproximar-se do “herói-quixotesco”, do “naturalista-cientista” e transformar-se em “viajante-turista”. Estes seriam capazes de estimular formas de turismo indutoras do respeito à capacidade de absorção dos espaços de recepção em termos naturais, culturais e sociais, diminuindo custos, elevando benefícios e reduzindo as saídas de divisas e os desequilíbrios regionais (RODRIGUES, 2003). O turismo, segundo Ruschumann (1997), em suas variadas manifestações, tem muito a ver com a natureza e com o meio ambiente, cuja relação apresentou fases que vão desde a quase negação dos aspectos naturais até a exaltação da natureza como recurso turístico. Essas fases representariam dois grandes momentos do turismo: o de massa e o ecológico, que foram intercalados por fases menores ou menos expressivas.

Para a autora supra citada a primeira fase era considerada como a pioneira e reveladora do meio ambiente à sociedade; a segunda fase era caracterizada pelo turismo elitista e pela ausência de preocupação com a proteção ambiental; a terceira fase era configurada pela modificação e degradação rápida de áreas naturais; a terceira fase era determinada pelo turismo de massa e pela intensa degradação de áreas naturais e; a quarta fase delineada pelas práticas de reparação e reconciliação com a natureza, o que engendrou a criação do turismo ecológico.

O turismo ecológico baseia-se em dois aportes: de um lado - refere-se aos operadores que promovem excursões orientadas à natureza; e de outro - aplica-se ao turismo que utiliza os recursos naturais, inclusive praias e paisagens campestres; e portanto, deve ser entendido como

sinônimo de turismo alternativo, que, na visão de Fenell (2002), é um segmento do turismo baseado na natureza que engloba toda uma série de estratégias de turismo (p. ex. turismo “apropriado”, “eco-“, “ameno”, “responsável”, “de pessoas a pessoas”, “controlado”, “em pequena escala”, “campestre” e “verde”) todas com o propósito de oferecer uma alternativa mais benigna ao turismo convencional de massa. Assim, o turismo alternativo tem no respeito à capacidade de carga dos ambientes onde se desenvolve sua principal diretriz, já que essa possibilita a canalização inter-relacional do controle do uso de um determinado tipo, para que um certo meio dure com o tempo sem a degradação de sua utilidade para esse uso (COELHO, 1999).

Segundo Fenell (2002), o controle do uso no turismo alternativo deve gerar sustentabilidade tanto da capacidade de suporte dos ecossistemas como dos direitos de cidadania, das potencialidades das culturas específicas, da distribuição geográfica mais equilibrada dos assentamentos turísticos para evitar a superconcentração de pessoas, de equipamentos e de infraestrutura. Para o autor, essa sustentabilidade fica mais evidente quando o turismo alternativo se configura em sua forma “eco-“, ou seja, no ecoturismo, já que essa tipologia não é vista somente como destinada a uma pequena elite de amantes da natureza, mas como uma viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local.

Os primeiros movimentos ligados ao turismo alternativo na Ilha de Mosqueiro foram realizados esporadicamente por pescadores e alguns empresários locais que aproveitavam as potencialidades dos igarapés existentes no oeste desta ilha: rio Pratiquera, rio Murubira e igarapé Tamanduá; e das ilhotas na costa leste da ilha: as Maruins, a Conceição, a Canuaru e a Papagaio, onde eram realizadas pequenas excursões e observação de aves nativas. Esses movimentos eram praticados, de acordo com residentes e comerciantes locais (Trabalho de campo, Mosqueiro, set. 2006) por: excursionistas, segundo residentes e hóspedes de hotéis que freqüentavam Mosqueiro nos finais de semana, feriados e principalmente nas férias escolares no mês de julho.

Dessa forma, pode-se considerar o turismo alternativo em Mosqueiro vinculado aos movimentos do veraneio sendo realizado tanto por operadores que orientam excursões para trilhas ecológicas localizadas na Orla de Várzea no sudoeste mosqueirense, como por agentes e empresários que utilizam os recursos naturais existentes ao longo da orla das praias ocupadas no direcionamento Leste-Oeste. Sendo, a princípio, esses últimos a organizarem as atividades do turismo ecológico na ilha, isso porque, no início da década de 1990 ocorre uma intensificação dos fluxos turísticos que se direcionam para “esse lugar tranquilo e de praias limpas” (Excursionista, trabalho de campo, Mosqueiro, maio 2006).

A “tranqüilidade”, a “limpeza” e a “natureza” constituíram-se marcos dos empreendimentos efetivados na Orla da Praia do Paraíso onde a implantação de meios de hospedagens procura, segundo proprietário do Hotel Fazenda Paraíso (HFP) (Trabalho de campo, Mosqueiro, maio 2006), atender aos que buscam um contato com a natureza e com a história do local. Isso porque, os 312m<sup>2</sup> de área do HFP pertenciam ao antigo sítio Conceição cuja propriedade remete, segundo Meira Filho (1978), ao período colonial quando da doação de “léguas de sesmarias” as quais “[...] passaram a seus herdeiros e, muitas, aos poucos, se diluíram, principalmente as que tinham áreas limítrofes com o litoral de praias, hoje altamente valorizadas [...]” (p.34). Esses fatos históricos, bem como a paisagem natural encontrada na Praia do Paraíso que apresenta uma cobertura vegetal relativamente abundante, são usados pelos empreendedores do HFP para configurar o empreendimento como do turismo ecológico.

Assim como na praia do Paraíso, a paisagem natural encontrada no extremo oeste de Mosqueiro também foi valorizada pelos movimentos do turismo ecológico, só que fazendo uso de Orla de Várzea (ver novamente carta imagem da página 25) e não mais de orlas de praias. As orlas de várzea podem ser compreendidas, a partir da concepção de Macgrath (1997) e Lima, Tourinho e Costa (2001), como áreas de depósitos aluviais helocênicos argilosos recobertos por

floresta aluvial encontradas nas margens de rios e baías. São essas características que denotaram a orla do extremo oeste de Mosqueiro aspectos fundamentais à implementação de dois eventos do turismo ecológico: a trilha Olho D'água e as trilhas do sítio Pratiquera.

O primeiro evento foi estabelecido em uma antiga trilha usada pelos ilhéus para interligar as localidades de Caruaru e Castanhal do Mari-Mari e o segundo evento em duas trilhas abertas no respectivo sítio na localidade do Espírito Santo sendo uma com uma caminhada de 2 horas e meia e outra com apenas 45 min que, segundo seu proprietário, foram construídas: “[...] porque os turistas, muitos... não querem ver a Olhos D'água porque ela já é muito mata aberta ... eles querem ver uma mata mais fechada [...] alguns vão na Olho D'água e na Pratiquera [...]” (Trabalho de campo, Mosqueiro, jan. de 2005).

A trilha Olhos D'água e as trilhas Pratiquera estão localizadas nas adjacências do Parque Ambiental de Mosqueiro que fora criado por meio do Decreto Lei nº 26. 138/93 como espaço destinado ao turismo e lazer ecológicos, incluindo o científico. Com essa ação os organismos governamentais buscavam incentivar a educação ambiental e impedir o avanço dos assentamentos urbanos sobre uma área natural de 182ha (ampliada para 207 ha em 1996) na qual encontram-se os mananciais que abastecem o oeste da Ilha de Mosqueiro (FUNDAÇÃO ... FUNVERDE, 2002). Contudo, a efetivação do turismo no Parque Ambiental de Mosqueiro foi inviabilizada dada não realização do plano de manejo do mesmo, o que é obrigatório por lei para o uso de áreas de preservação e conservação ambientais.

Dessa forma, a efetivação do turismo nessa porção do território mosqueirense deu-se nas áreas adjacentes ao parque cujas composições faunística e florística apresentam similitudes com as encontradas nesse (IDEM), e a organização social é baseada nas “alto-intituladas comunidades” formadas a mais de oitenta anos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA, 2002) e estruturadas a partir do extrativismo animal e vegetal e da agricultura familiar.

Esses fatores, além de traços do cotidiano local como o fabrico da farinha de mandioca e o preparo da maniva (ver foto abaixo), ambos ligados ao hábito alimentar das populações amazônicas, passaram a compor os eventos do turismo ecológico do oeste da Ilha de Mosqueiro.



Foto 03: O preparo da maniva no Caruarú.  
Foto: Tavares, 2006.

No caso do preparo da maniva (retirada e moenda da folha da mandioca) destacado na foto acima, em que um morador da localidade apresenta aos turistas o primeiro passo do processo através do qual é feito um dos pratos tipicamente paraenses: a maniçoba. Nessa foto constata-se o padrão construtivo e os objetos encontrados nos barracos onde se realiza a torra da farinha de

mandioca, pelos grupos sociais das áreas interioranas da Amazônia, os quais são ressaltados na implementação de eventos ligados ao turismo alternativo, como os de Mosqueiro.

A implementação do turismo alternativo em Mosqueiro vincula-se aos discursos ambientalistas nacionais e internacionais (isso será melhor discutido adiante) e ao discurso local sobre a estagnação de tradicionais áreas do turismo na ilha, o que pode ser constatado no relato de comerciantes e segundo residentes: “[...] o preço da passagem era um, as praias eram limpas [...]”; “Mosqueiro precisa se arrumar, as ruas estão todas esburacadas, a rede de saneamento não foi ligada ao esgoto das casas, não presta!” (Trabalho de campo, Mosqueiro, jan. 2005).

Conforme relatou um ex-diretor da Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém (BELEMTUR), a trilha Olhos D’água foi projetada para atrair grupos de viajantes turistas de “relativo” poder aquisitivo para áreas que ainda resguardam o “bucolismo” de Mosqueiro, já que a área das praias encontra-se “suja, poluída [...] inclusive pelas placas e palcos instalados nas praias, no Murubira não se consegue ver a água!” (Trabalho de campo, Mosqueiro, jul. 2006).

Nesse sentido, como contra ponto ao modelo turístico hegemônico de sol e praia o bucolismo ou a rusticidade existente no território mosqueirense emerge como via de uma prática turística alternativa e mais eficaz na preservação do ambiente local. Essa prática, de acordo com Santos (1999, pp.186,187), deriva da “matriz ambientalista especialmente em sua vertente crítica radical ao projeto iluminista, antropocêntrico, democrático, racionalista e laico, fundante de toda a modernidade ocidental”.

### **1.7 Sobre o olhar e o espaço turístico em Mosqueiro**

Na visão de Coelho (1999), o ecoturismo ou o turismo alternativo ao sobre-valorizar os aspectos rústicos e naturais em detrimento dos aspectos sociais tendência a prática turística a uma

visão descontextualizada da visão de mundo local, o que em muitos casos o torna mais um vetor de fomento de desequilíbrios que de sustentabilidade, pois desvirtua a complexidade embutida na natureza que é um objeto social, procedendo dessa maneira, diz a autora, seus planejadores correm o risco de difundirem uma noção estreita desse termo e ressalta:

[...] O turismo e, possivelmente, o ecoturismo podem levar a uma versão descaracterizada ou descontextualizada social e historicamente das práticas culturais. [...] a expansão do ecoturismo pode não vir acompanhada da justiça social. A distribuição de renda desejada pode não acontecer, dando lugar à concentração ainda maior da riqueza. [...] Tais riscos são atribuídos à estreita visão de natureza edificada pelos ecologistas e imitadas por empresários e alguns profissionais oportunistas [...]. (Coelho, 1999, pp. 58, 59)

Para Knafou (1999) outro problema que emerge com as discussões e empreendimentos do turismo alternativo diz respeito ao “ar de saturação” difundido pelo conceito de “capacidade de carga”, o qual corresponderia a quantidade de pessoas e equipamentos que um dado ambiente seria capaz de suportar. Na visão desse autor, as idéias acerca da “capacidade de carga” induzem às advertências sobre a potencialidade do turismo de massa de destruir o próprio turismo, as quais estão fundamentalmente vinculadas às ideologias malthusianas que se correlacionam “[...] aos grandes medos, aos grandes mitos da superpopulação, ao paraíso original, ao defloramento da natureza [...] o que subentende que a quantidade seria contrária ao bom funcionamento de um lugar turístico [...]” (IDEM, pp. 66,67).

Ainda segundo Knafou, o problema da “saturação” é apenas um dos quatro argumentos mais usuais para condenar o turismo em termos ambientais, os outros três dizem respeito a: (1)

“antes era melhor”; (2) “o ar da racionalidade econômica”; (3) “os lugares muito urbanizados espantariam os turistas”, argumentos que são constantemente verificados nas falas dos turistas que freqüentam Mosqueiro:

A cada dia que passa, aumenta a idéia de que para trazer o veranista ou o turista, é necessária a promoção de grandes eventos. O resultado é a presença insistente de trios elétricos e palcos que dificilmente promovem a cultura local [...] na praia tornou-se impossível ouvir as ondas quebrando nas areias. Quando não são os autos-falantes instalados nos postes da avenida Beira-Mar, é algum insano que abre seu porta-malas e promove uma estúpida demonstração de que seu carro é um mini-trio elétrico, obrigando as pessoas a ouvirem a música que ele assim desejar [...] O Mosqueiro que aprendi a gostar oferece às pessoas uma grande oportunidade de se relacionar com os encantos naturais, seja com a água, seja com o vento, seja com a luz. (BRANDÃO, 1999, p. 6)

O trecho transcrito acima apresenta aspectos que remetem a todos argumentos apresentados por Knafou (1999), e que permitem inferir um “ar de saturação” do turismo em Mosqueiro difundido pela racionalidade econômica e por uma intensa urbanização do local. Esses argumentos, no caso de Mosqueiro propagado nos meios de comunicações locais e regionais, já que a citação anterior foi extraída de um jornal de grande circulação, na perspectiva de Knafou, representam apenas uma das faces da moeda, pois um espaço intensamente transformado pode atrair outras parcelas turísticas se tornando um enorme potencial mercadológico, essencialmente para as parcelas que não vivenciaram o local em outro momento histórico. Nesse sentido, o autor reforça que o “antes era melhor” está relacionado ao momento histórico dos freqüentadores, assim como à modificação das pessoas e não essencialmente do lugar.

A atração de fluxos turísticos para espaços densamente urbanizados pode ser comprovada no exemplo brasileiro apontado por Cruz (2002), para quem as orlas das praias correspondem ao espaço que melhor possibilita entender a mobilidade sócio-espacial do turismo no território brasileiro. Isso porque, segundo a autora, a relação entre o turismo e as orlas praianas no Brasil



converge ao entendimento da própria dinâmica urbana desse país, dado o fato de que nessa área se concentram os equipamentos urbanos necessários ao suporte da atividade turística em qualquer escala, provenientes do fato dessa área corresponder aos mais antigos núcleos populacionais brasileiros.

Dessa forma, as orlas de praias encontradas no Brasil que, conforme aponta Macedo (2002), “[...] são entre as diversas estruturas paisagísticas existentes pelo país afora, as que mais cedo, no processo de construção da nação, sofreram transformações radicais [...]” e, portanto, acumulam diversas temporalidades de técnicas e equipamentos urbanos passam a partir do início do século XX a ter uma nova forma de ocupação, mais fluída e seletiva: a turística. Ao considerar que a centralidade das orlas em relação ao urbano no Brasil não veio acompanhada de uma consolidação dos equipamentos urbanos (saneamento básico, sistema de transporte e circulação, sistema habitacional, etc.), percebe-se que “o ar de saturação” ou “o caos” sócio-espacial creditados às práticas turísticas, em geral estão relacionados a fatores infra-estruturais de natureza diversa que inclui o turismo mas não o define como causa única, nem principal.

Ao se implementar a atividade turística, seja ela qual for: sol e praia, de massa, alternativa; não transporta somente pessoas que têm no mínimo um identificador com o núcleo receptor (informação sobre o núcleo, por exemplo), mas um complexo estrutural configurado como um arranjo sistemático que perpassa desde a formatação dos equipamentos essenciais e o estabelecimento dos atrativos e dos circuitos turísticos como rodovias, aeroportos, hotéis e restaurantes; até a organização de viagens com pacotes, excursões e guias (RODRIGUES, 1996).

O arranjo sistêmico do turismo enseja a composição da aquisição de bens, serviços, experiências e percepções, cuja singularidade reside no fato de que para essa aquisição se realizar são as pessoas que devem se deslocar para onde o produto é produzido e não o inverso – o que é

mais comum à maioria dos produtos. Nesse sentido, Urry (1996) relata que são os olhares dos turistas os responsáveis por essa aquisição, já que seus deslocamentos se dão em função de suas representações sociais e de suas percepções ambientais, mais ou menos retomadas pelo mercado quando, então, profissionais especializados ajudam a construir um olhar turístico, o qual não é único:

Não existe um único olhar do turismo enquanto tal. Ele varia de acordo com a sociedade, o grupo social e o período histórico. Tais olhares são construídos por meio da diferença. Com isso quero dizer que não existe apenas uma experiência universal verdadeira para todos os turistas, em qualquer período histórico, é construído em relacionamento com seu oposto, com formas não-turísticas de experiência e consciência social.

[...] a ênfase que ele dá à “beleza natural intocada” como algo que constitui o típico objeto do olhar do turista. No entanto, esse é apenas um tipo de olhar, que denominarei de “romântico”. Existe uma alternativa: o olhar “coletivo” [...] O olhar coletivo precisa, assim, da presença de um grande número de pessoas [...] Outras pessoas dão uma atmosfera ou um sentido carnavalesco a um lugar. Indicam que aquele é um lugar onde se deve estar [...]. (OP. CIT., pp. 16; 70)

Conforme apresenta Urry na citação acima são os turistas que selecionam e determinam os lugares turísticos, os quais são hierarquizados de acordo com a diferenciação e o grau de importância desses em relação ao olhar romântico e/ou ao olhar coletivo. Segundo esse autor, o uso de locais para a prática do turismo contemplativo da natureza (o romântico) ou para o turismo de concentração de pessoas – de massa (o coletivo), muito mais do que interferir na capacidade

de carga desses locais relaciona-se ao conceito da capacidade de percepção. Essa capacidade diz respeito ao posicionamento do objeto turístico em relação ao olhar do turista e vincula-se à qualidade subjetiva da experiência turística. Assim, os elementos que os lugares turísticos deverão conter estarão diretamente ligados aos desejos dos grupos de turistas. Isso fica evidente nos discursos dos turistas em Mosqueiro:

Agora nas férias você só ta me vendo aqui porque ainda é quarta, né... ainda tem um pouco de sossego, mas o bom mesmo é em outros momentos, aí a gente pode curtir essa praia vazia, andar de tardinha [...] (Trabalho de campo, Mosqueiro, jul. 2006)

Eu gosto mesmo é assim, da badalação, da curtidão... quando venho fico aqui (Murubira), no Chapéu Virado, no Farol onde tiver Show. (Trabalho de campo, Mosqueiro, jul. 2006. *Grifos nosso*)

Nesse mesmo viés Knafou (1999) afirma que são os turistas que estão no centro do turismo, o qual, embora, seja uma atividade cuja implementação necessita de infra-estruturas e um conjunto de equipamentos turísticos muito diverso e, portanto, de ações empresariais, além de estatais, já que tem seu aporte em um dado lugar, depende prioritariamente dos turistas. Para Boullón (2002), essa assertiva evidencia outra: a de que a implementação de equipamentos, de técnicas e de infra-estruturas próprias à configuração espacial do turismo não determina a existência de uma indústria do turismo, pois, como relata o autor, apesar do turismo utilizar “[...]”

hotéis, restaurantes e agências de viagens, isso tampouco significa que o que aí se realiza seja o produto das empresas que se ocuparam de construir os edifícios onde funcionam [...]” (p. 31).

Nesse viés, retomando as idéias de Urry (1996) e Knafou (1999) expostas em outro momento, o turismo deve ser pensado como uma prática social que se evidencia no espaço e reciprocamente é condicionada por ele. Dessa forma, os equipamentos e as técnicas turísticas revelam a própria estruturação do espaço social proporcionado pela atividade turística, já que, como escreve Santos (1999), a mediação entre o homem e o meio é dada através da técnica cuja análise “[...] é abrangente de todas as manifestações da técnica, incluídas as técnicas da própria ação [...]” (p.31). Na perspectiva de Rodrigues (1996), reside nesses fatos o foco da análise geográfica sobre o turismo, em outras palavras, em buscar a compreensão de como esse conjunto de equipamentos turísticos é estruturador/desestruturador do espaço das idéias, da circulação e da própria produção social.

Todas as formas de turismo vêm impor novos ritmos e novos padrões à sociedade, que dinamizada pela inserção de insumos técnicos-científico-informacionais, imprimem um rearranjo aos espaços ‘naturais’, esses como meio ecológico passam a configurar-se como recurso turístico. Tal rearranjo associado à fluidez dos deslocamentos e à permanência em um núcleo faz o turismo promover diversos efeitos nos locais onde é desenvolvido como produtor de espaço. Segundo Santos (1999) a leitura geográfica da globalização delinea-se por uma organização espacial que materializa um meio que ao mesmo tempo exprime o avanço técnico, científico e informacional, o qual “[...] tende a ser universal. Mesmo onde se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que se está chamando de globalização” (p. 193).

Na ilha de Mosqueiro, pode-se dizer que a implementação do espaço turístico apresenta-se como principal articulador do meio técnico-científico-informacional mesmo que de forma pontual, visto que, como relatam alguns comerciantes e empreendedores locais: “os turistas não

tem informação... só ficam sabendo de Mosqueiro por amigos ou quando chegam a Belém” (Trabalho de campo, Mosqueiro, maio 2006); “veja só essa obra (de esgotamento sanitário) é muito necessária para alavancar o turismo mas do jeito que ta sendo construída [...]” (Trabalho de campo, Mosqueiro, jan. 2005). Ora, mesmo pontual, é esse meio que cada vez mais tende a organizar o espaço turístico de Mosqueiro, bem como outros espaços turísticos, tal temática será novamente retomada em outro momento, cabe agora discutir o que seja o espaço turístico.

Seguindo as orientações de Rodrigues (1997), entende-se o espaço turístico como sendo aquele composto por: centros emissores, áreas de deslocamento e centros receptores, sendo esse último o de maior relevância à análise geográfica, por ser ele o revelador dos objetos turísticos, ou seja, é nele que se encontram as modificações e as dinâmicas empreendidas pelos agentes envolvidos na prática turística. Contudo, a relação entre locais emissores, de deslocamento e centros é processual, pois um mesmo espaço pode apresentar as três características ou duas ao mesmo tempo, dependendo da posição do objeto em relação ao observador. Ora, isso revela a própria concepção de espaço geográfico encontrada em Santos: “[...] um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (p. 18).

Dessa forma, busca-se entender o “conjunto indissociável” que configura o espaço turístico é não objetos ou ações isoladas, o que conduz à observância de múltiplas variáveis e, consecutivamente, perceber centros emissores como receptores, ou centros receptores como área de deslocamento etc. Em si tratando da Ilha de Mosqueiro, cujas características a evidenciam como centro receptor, fator observado, entre outros, nos dados da BELEMTUR (2006) e da PM-paraense (2006) que apresentam uma flutuação populacional de 30mil para 500mil pessoas na alta estação do veraneio; quando analisado o movimento do turismo ecológico ela aparece com área de passagem: “eles vem p’ra Belém indo p’ra Manaus... aí param aqui” (Comerciante, trabalho de campo, Mosqueiro, jan 2005).

Os centros de emissão, as áreas de passagem e os centros receptores expressam a consolidação do espaço turístico onde a prática turística acontece. Dessa forma, postos, lojas, hotéis hospitais, etc. estabelecidos ao longo de estradas que levam a locais turísticos, são fixos, edificados nos trechos dos fluxos, assim como hotéis, pousadas, parques etc. implementados nos centros receptores. São os fixos que compõem o sistema de objetos do turismo, fixos, porém não estáticos; a comercialização, a demanda, o poder de decisão, a informação que são os fluxos do sistema de ações do turismo. Os sistemas de objetos e de ações do turismo fazem parte de uma só totalidade, que como tal expressa funcionalidades, formas, estruturações e processos configurando um espaço turístico (SANTOS, 1985).

Nesse sentido, a estruturação do espaço do turismo expressa a dependência mútua entre as partes do todo, estabelecendo as relações que envolvem os diversos elementos desse espaço, demonstrando o dinamismo espacial presente, e identificando as redes de relação. Por isso ela envolve tanto as infra-estruturas, ou seja, as formas, quanto a supra-estrutura que a normatiza e legitima, ou seja, a função. Apreende-se, assim a totalidade, que se supõe um movimento comum da estrutura, da função e da forma, num processo dialético e concreto (IDEM), cujo objeto circunscreve-se no investigar da evolução da estrutura que se metamorfoseia no seu todo ou em suas partes, procurando captar o dinamismo do espaço turístico que pode apresentar fases de estabilidade, de pequenas mudanças, ou se reestruturação ou, então, passa por completa transformação, produzindo-se novos espaços.

O espaço turístico de Mosqueiro, por exemplo, vem desde a década de 1980 sofrendo pequenas mudanças que acabaram por formatar sua reestruturação no início do século XXI, fundamentalmente com a integração de novas áreas do distrito mosqueirense aos movimentos do turismo ecológico, como já se demonstrou anteriormente. De modo geral, a reestruturação do espaço turístico de Mosqueiro, em suas fases de estabilidade e de pequenas mudanças são

intrínsecas ao processo de turistificação dos locais que, segundo Knafou (1999), corresponde à da atividade turística. Como disserta esse autor, a turistificação dos locais representa os rebatimentos espaciais dos equipamentos do turismo, os quais são engendrados por três fontes de turistificação: - os turistas, o mercado e os planejadores e promotores “territoriais”.

Nesse contexto, o turista seria a fonte originária da turistificação dos lugares, fato que permite deduzir serem práticas sociais e não produtos, as precursoras dos espaços turísticos, a exemplo da Ilha de Mosqueiro cujo espaço turístico desde o início foi ordenado pelos turistas. A segunda fonte de turistificação: o mercado, para o autor é vinculada à concepção e à instalação de produtos turísticos, como no caso do hotel Fazenda Paraíso localizado em Mosqueiro na praia de mesmo nome. A terceira fonte de turistificação dos espaços teria como base os planejadores e promotores “territoriais” que seriam responsáveis por iniciativas locais, regionais ou nacionais, ou seja, projetos e programas como a trilha Olhos D’água. A turistificação de determinadas áreas induz a configurações espaciais passíveis de serem delimitadas, mesmo com toda a fluidez dessa atividade e com o fato de que, como mostra Rodrigues (1996), “[...] o espaço turístico, como todo espaço geográfico, não pode ser definido por fronteiras euclidianas [...]” (p. 74).



No caso da turistificação da Ilha de Mosqueiro pode-se afirmar que o espaço turístico de Mosqueiro ainda tem sua configuração centrada nas orlas do oeste e do norte do distrito de mesmo nome, as quais apresentam equipamentos turísticos (fixos) como: Apart-hotel, hotel fazenda, pousadas, casas de veraneio, condomínios de segunda residência (horizontal e vertical), bares, restaurantes, casas de show’s; e demandas turísticas (fluxos) como: práticas turísticas de movimentos ligados ao veraneio e efetivados sob o olhar romântico ou o olhar coletivo a partir de eventos do turismo alternativo e do turismo de sol e praia (ver quadro 03).

O quadro exposto a seguir representa a tentativa de caracterizar as principais áreas do espaço turístico de Mosqueiro, que como pode se observar privilegia certos usos ou eventos a

partir de fontes de turistificação de movimentos excursionistas, de segunda residência ou ainda de hotéis e pousadas. Na primeira coluna do quadro da página seguinte são apresentadas fotos que buscam proporcionar a visão parcial de cada uma das áreas destacadas e, na segunda coluna são arrolados dados sobre o evento turístico, a principal fonte de turistificação e a principal tipologia do movimento por área destacada: das trilhas, das praias do extremo norte e das praias do oeste mosqueirense. Ao analisar o quadro, compreende-se que o espaço turístico de Mosqueiro é organizado de forma seletiva por eventos que determinam uma prática específica condicionada por processos de turistificação dos espaços, a qual será efetuada por movimentos em que os aportes físicos (os objetos espaciais) incidirão sobre a permanência mais longa ou não do turista em uma área.

	<p style="text-align: center;"><b>ÁREA DAS TRILHAS</b></p> <p><b>Evento Turístico:</b></p> <p>Turismo Ecológico</p> <p><b>Principal Fonte de Turistificação:</b></p> <p>Planejadores e Promotores “Territoriais”</p> <p><b>Principal Movimento:</b></p> <p>Excursionista</p>
<p>Foto 04: Trilha Olhos D’água. Foto: Tavares, 2005.</p>	



 <p>Foto 05: Orla da Praia do Paraíso. Foto: Tavares, 2004.</p>	<p><b>AS PRAIAS DO EXTREMO NORTE</b></p> <p><b>Evento Turístico:</b></p> <p>Turismo na natureza</p> <p><b>Principal Fonte de Turisficação:</b></p> <p>Mercado</p> <p><b>Principal Movimento:</b></p> <p>Excursionista e hoteleiro</p>
 <p>Foto 06: Orla da Praia do Murubira. Foto: Tavares, 2006.</p>	<p><b>AS PRAIAS DO OESTE</b></p> <p><b>Evento Turístico:</b></p> <p>Sol e Praia</p> <p><b>Principal Fonte de Turisficação:</b></p> <p>Turistas</p> <p><b>Principal Movimento:</b></p> <p>Excursionistas e Segundos Residentes</p>

QUADRO 03: Caracterização das principais áreas do espaço turístico de Mosqueiro.  
Fonte: Trabalho de campo, Mosqueiro 2006.

Cada uma das práticas turísticas delimitadas no quadro anterior terá sua base no olhar do turista, mesmo no caso em que essa tenha sido engendrada como processo de turistificação pelos planejadores e promotores “territoriais” ou pelo mercado, pois como assesta Urry (1996): “O olhar é construído através de signos [...] o olhar turístico contemporâneo é cada vez mais sinalizado” (pp. 18; 71), por isso o autor vai ressaltar o papel dos profissionais do “olhar turístico” (o *marketing*- por exemplo). Tal assertiva conduz a outra: a de que um turista pode em um momento desenvolver sua prática sob um olhar que em outro momento pode ser alterado induzindo a outras práticas, fato detectado nas falas dos turistas entrevistados: “depende, quando eu quero algo mais tranquilo vou para o Paraíso, quando é para agitar eu vou p’ro Farol ... hoje particularmente eu tô indo p’ro Paraíso” (Trabalho de campo, Mosqueiro, jul 2006).

Com isso pretende-se demonstrar que os fluxos de um dado evento turístico se interligam e, concomitantemente, acabam por correlacionarem os objetos espaciais que os servem, bem como as ações a eles vinculadas. Ações que visam a instrumentalização do espaço priorizando duas estratégias: a circulação e comunicação, dois pontos primordiais do meio técnico-científico-informacional, cuja principal via interpretativa encontra aporte nas concepções e propostas acerca das “Redes” que, de acordo com Dias (2005), a principio têm suas análises vinculadas às técnicas: “toda a história das redes técnicas é a história de inovações, que uma após as outras, surgiram em respostas a uma demanda social antes localizada do que uniformemente distribuída” (p.141). Na visão dessa autora apenas a principio as análises de redes se dimensionavam pela análise das técnicas, hoje essa análise se inscreve inclusive como metodologia de abordagem das técnicas.

## **CAPÍTULO II: A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL EM REDE COMO INSTRUMENTO PARA PENSAR A ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO EM MOSQUEIRO**

As redes constituem, segundo Moreira (1998, p.3), a “[...] nova forma como a geografia arruma a organização da vida social dos homens [...]”, cuja emergência perpassa desde as sociedades pré-fabris até o momento atual da arquitetura das conexões que dão suporte à noção de *rede global*, sendo essa responsável pela intensa mobilidade territorial de populações e coisas e, paralelamente, pelo preenchimento das relações sócio-culturais e político-econômicas que se desenrolam nesse processo. Nesse sentido, como mostra Dias (1995), as redes constituem-se como um conjunto conectado, um sistema de fluxos e fixos (pontos e retas) seletivos que, para Santos (1999), tem sua produção e vida delimitada em três momentos: um largo período pré-mecânico (onde as redes eram quase imperceptíveis); um período mecânico (onde as redes eram emergenciais) e o período atual (onde ocorre a maior expressão do espaço reticular).

### **2.1 As redes técnicas e a consolidação do turismo em Mosqueiro**

A emergência das redes no período mecânico é perceptível na declaração de Friedmann (1968) sobre o meio técnico: “O novo meio estende em torno do homem uma rede cada vez mais cerrada de estimulações, de solicitações ocasionais ou permanentes, de condições de existência profundamente modificadas em comparação com as de seus avós [...]” (p.34). A referência à técnica na formatação do conceito de rede é posterior às analogias com o corpo e o organismo humano que, para Guillerme (1988), constituem-se vetores para uma abordagem histórica sobre a formulação desse conceito. Assim, tem-se: um vetor vinculado aos sistemas orgânicos (usado pela medicina na anatomia), um vetor vinculado aos sistemas de fortificações (usado pela

engenharia militar na defesa do território), e um vetor vinculado à construção de equipamentos como pontes e estradas (usado pela engenharia civil).

Na concepção de Ribeill (1988), esses vetores contribuíram para uma vasta literatura “[...] consagrada à arrumação das estradas, canais e estradas de ferro [...]” (p. 42), que no final do século XIX apresenta o termo rede como um entrelaçamento de fios e linhas dispostos por uma confusão de objetos, como no caso do Dicionário Universal de Larousse. Conforme indicam Ribeill (1988) e Dias (1995; 2005), as características apresentadas por esse dicionário congratulam-se com o conceito moderno de rede proveniente do pensamento de Saint-Simon e seus seguidores.

As principais formulações desse pensador e de seus seguidores correspondem à idéia de pensar a mudança social a partir das redes e à produção de relações sociais pelas redes, ambas imbuídas de analogias de organismo-rede (rede como malha ou tecido) como objeto símbolo da organização territorial pelas infra-estruturas, atreladas a essas formulações, aparece a idéia de rede como aprisionamento, proporcionada pela conexidade entre pontos e de hierarquias entre redes (DIAS, 1995). Em relação às análises geográficas só mais tarde passaram a abarcar esse conceito, mas a idéia de conexidade e de hierarquia como formas específicas de organização do espaço aparecem na obra de Vidal de La Blache no início do século XX:

Entre os caminhos-de-ferro transcontinentais e a navegação marítima parece estabelecer-se uma partilha de atribuições, e talvez uma partilha geográfica. A concentração dos continentais do hemisfério boreal entre 60° e 30° de latitude dá lugar a uma zona de vias férreas que atravessa, de uma margem à outra, a América do Norte e a Eurásia. [...] Tudo o que exige rapidez-viajantes e correspondência encontra nestas vias transcontinentais uma superioridade que as vias marítimas não podem atingir. [...] As vias do Oceano são por excelência as do hemisfério austral. Da América do Sul ao Cabo da Boa Esperança, de lá à Austrália e à Nova Zelândia, o mar é a via necessária [...] Em consequência desta penetração íntima dos países, deste contato universal a que bem pouco ainda escapa [...]. (1954, p. 345)

No discurso de La Blache acima, no qual o autor tenta realizar uma regionalização mundial por meio das técnicas de transporte intensamente utilizadas no início do século XX, aparecem ressaltados aspectos de conexidade e de seletividade de objetos técnicos fixados em várias partes do planeta e das relações e ações que esses permitem fluir, ou seja, aspectos da composição de redes técnicas ou de infra-estruturas, bem como a idéia de uma hierarquia entre a circulação marítima e a ferroviária. A partir das assertivas de Dias (1995) e Santos (1999), pode-se entender as redes técnicas como responsáveis pela configuração de um padrão espacial em que os sistemas de objetos e de ações organizam o lugar através da interação entre fluxos e fixos. O conjunto das redes técnicas acaba por denotar a rede de suporte de uma dada localidade, a qual diz respeito à capacidade dessa localidade de proporcionar abastecimento de água tratada e gêneros alimentícios, vias de circulação e comunicação, etc.

Como ressalta Claval (1988), o trabalho de La Blache não se propõe a realizar uma abordagem de redes, mas serve para demonstrar sua relevância no desenho global de uma unicidade técnica que se consolidará no final do século XX com o imperativo da globalização e por meio de toda a fluidez territorial que essa demandará. Nesse ínterim (três últimas décadas do século passado), os trabalhos de geógrafos inclinam-se, com maior dedicação, à análise da conexidade e da seletividade partindo do enfoque de redes, a exemplo de P. Claval, C. Raffestin, G. Dupuy, D. Parrochia, L. Machado, L. Dias e M. Santos, entre outros.

A densificação das redes e suas densidades técnicas, sociais, políticas e econômicas multiplicou as formas de pensar a rede enquanto objeto de análise. Assim, como aponta Dias (2005), busca-se entender as formas de organização sócio-espacial de redes de grupos, redes de instituições, redes urbanas, redes transnacionais, econômicas e políticas, e redes técnicas (ainda em maior número). A diversificação no campo da apreensão e teorização sobre redes resulta, como afirma Dias (1995, p. 149), das recentes descobertas e avanços científicos, que se deram

também na própria geografia. Dessa forma, a renovação teórica do conceito de rede emerge como instrumento que viabiliza a compreensão exatamente das duas estratégias primordiais do meio técnico-científico- informacional: a circulação e a comunicação, às quais Dias (IDEM) acrescenta a simultaneidade.

Para Raffestin (1993) “é a rede de circulação [que] permite conceber a natureza da rede geográfica [...] as redes de comunicação [...] são outra face da mobilidade, aquela que por sua natureza, sobretudo informacional, dá seu significado ao movimento” (p. 205 e 209). Comunicação e circulação constituíam, na visão do autor, uma coisa só até a entrada da era informacional quando a tecnologia moderna as dissociou e, possibilitou a simultaneidade, graças a seu suporte material: os circuitos de impulsos eletrônicos de que trata Castells (2002), tais circuitos proporcionaram, na concepção de Raffestin, a “[...] vantagem de se receber informação quase que imediatamente [...]” (1993, p 201). No entanto, como ressalta Claval (1988), a oposição entre rede de comunicação e de circulação não consiste em um dado efetivado em sua plenitude, ao contrário, boa parte do fluxo de informação se dissemina face a face.

Tal disseminação é apontada por técnicos da Prefeitura Municipal de Belém e por empresários do setor turístico (Trabalho de campo, Belém, set. 2006) como uma das formas de *marketing* mais essenciais para fazer circular imagens e pessoas na atividade turística, as quais terão maior mobilidade quanto mais densas forem as redes técnicas instaladas nos locais. No caso do turismo na Ilha de Mosqueiro, a disseminação face a face configura-se majoritariamente como forma de divulgação do local (fato que será retomado mais adiante), o qual possui expressiva rede de suporte que, apesar de insuficiente conforme se mencionou no capítulo anterior, cobre toda a faixa longitudinal da ilha compreendida entre a Vila e a Baía do Sol.

Essa faixa longitudinal da ilha corresponde exatamente à orla das praias já relatada anteriormente, fato que ajuda a pensar a configuração espacial das redes técnicas na Ilha de

Mosqueiro como substrato das práticas turísticas nessa localidade cuja centralidade, volta-se a afirmar, é dada no eixo oeste. Nesse contexto, pode-se dizer que as orlas de praias de Mosqueiro contam com uma boa cobertura da rede de circulação tanto interna quanto externa a ilha (ver novamente carta imagem), da rede de telefonia e da rede de energia elétrica; um bom número de postos de abastecimento (mercados, feiras, postos de combustíveis, distribuidoras e farmácias); uma razoável rede de abastecimento de água tratada, rede bancária e rede de saúde; e uma reduzida rede coletora de esgotamento sanitário (ver quadro 04).

<b>Estabelecimentos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Características</b>
Abastecimento de água	4.133 ligações* / 8.640m <sup>3</sup>	Área urbana da Vila ao Murubira
Energia elétrica	54.325.325.315,27m <sup>2</sup> (aprox.)	Área urbana do DAMOS
Coleta de resíduos sólidos	163 ton.-Jul/ 49 ton.- outros	Doméstico, hospitalar, praia
Esgotamento sanitário	01 estação de tratamento	Localizada na Vila
Hospitais e postos de saúde	08 unidades	28 leitos (13,5 mil p/ hab.)
Telefonia	5 operadoras	1 fixa e 4 móveis
Bancos	04 unidades	Agências e representantes
Mercados e feiras	5 unidades (164 feirantes)	Maior parte na Vila
Comércios de Alimentícios**	30 unidades	Cadast. No guia de Mosqueiro
Outros Comércios***	16 unidades	Cadast. No guia de Mosqueiro

QUADRO 04: Principais sistemas de objetos da rede de suporte encontrada em Mosqueiro

FONTE: Elaborado a partir de dados das Secretárias Municipais de Belém, do Plano Diretor Urbano de Mosqueiro, de Documentos das associações e movimentos de Mosqueiro (datados entre 1990 e 2006), e de trabalhos de campos realizados em Mosqueiro entre 2004 e 2006.

\* realizadas principalmente na área citada no quadro. \*\* Supermercados, mini-mercados, panificadoras e distribuidoras. \*\*\* Postos de combustíveis, lojas de peças e materiais de construção.

O quadro acima representa a tentativa de demonstrar alguns dos sistemas de objetos encontrados no espaço turístico de Mosqueiro, sendo esses objetos dispostos em redes que propiciam suporte ao desenvolvimento das práticas turísticas realizadas nessa localidade por meio

da materialização dos eventos turísticos tais como: turismo de sol e praia; turismo na natureza; turismo ecológico, os quais são viabilizados através do uso de segundas residências, hotéis e pousadas, e excursões (fatores abordados no capítulo anterior). De acordo com Meira Filho (1978), grande parte desses equipamentos, foram instalados em Mosqueiro na década de 1960 com a instauração da rodovia Belém-Mosqueiro como reflexo de: “uma pré-urbanização interna nos termos da lei nº 6.362 de 3 de maio de 1967 que estabeleceu normas técnicas, para a construção e urbanização na Ilha do Mosqueiro” (106), o que representou efetivamente a normatização do espaço da orla da ilha como urbano, delimitando cotas e número de imobiliários como barracas e residências que passaram a ter uma altura máxima para suas edificações.

Entre os vários sistemas de objetos apresentados no quadro 03, os objetos relacionados aos postos de abastecimento (mercados e fêrias, comércios de alimentícios e outros comércios)

ganham relevância numérica e formam um conjunto de cinquenta e uma (51) unidades. Dentre essas unidades se destaca o mercado municipal na vila com 95 feirantes, cuja estrutura pode ser observada na foto ao lado, onde se destaca a arquitetura predominante na primeira



FOTO 07: Fachada do Mercado Municipal na Vila de Mosqueiro.  
Foto: Tavares, 2006.



metade do século passado quando o turismo ainda era praticado no sentido oeste-leste, partindo da Vila.

Apesar de haver um bom número de postos de alimentação na ilha, o serviço gerado não é capaz de atender a grande parcela de população flutuante (os turistas) nos períodos de festividade, a exemplo das festas de final de ano em 2006, nas quais os turistas procuravam por carne para churrasco e peixe sem conseguir adquirir tais produtos, além de bebidas e hortaliças e frutas que quando não estão em falta, são sobre-valorizadas provocando carestia em relação a esses produtos (Turistas, jul. e dez. de 2006).

### **2.1.1 A rede de abastecimento d'água e de energia elétrica**

A rede de abastecimento de água em Mosqueiro, também não atende com eficiência aos veranistas durante as altas estações, apesar de ser gerenciada por dois organismos estatais com duas (2) centrais de abastecimento: uma ligada à Companhia estadual de saneamento do Pará (COSAMPA) que realiza a distribuição na maior parte do distrito, exceto a Vila e a Baía do Sol que são abastecidas pela outra central de distribuição ligada ao Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto de Belém (SAAEB). Esses dois sistemas de abastecimento de água geram em Mosqueiro algo em entorno de 4.700,652m<sup>3</sup>/ano, tendo sua rede principal distribuída em 32.281m de extensão e acessando 218.066 domicílios particulares, exceto nos bairros do Bonfim, Marahú e Paraíso onde o abastecimento é realizado por poços ou nascentes encontradas nas propriedades privadas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000; PMB 2005; 2002).

A rede de abastecimento de água da SAAEB, atualmente vem sendo ampliada para atender 30 mil famílias, mas em geral essa ampliação resume-se ao aumento da capacidade de

geração de recurso para as áreas que já disponibilizam da rede de abastecimento, dada a maior concentração de turistas nessa área conforme indicam os dados da Polícia Militar paraense. Nesse sentido, é nas orlas das praias encontradas entre a Vila e o Murubira onde se encontra o maior número de placas anunciando reestruturações no abastecimento de água tratada, desde a gestão municipal anterior até a atual que em 2005 anunciava estar implementando um sistema totalmente novo já “[...] que o sistema de abastecimento anterior, não deu para aproveitar nada” (PREFEITO..., 2005, p. A6).

A argumentação da PMB extraída de um jornal de grande circulação na cidade de Belém e exposta acima, permite reforçar a idéia de centralidade de uma dada porção do espaço mosqueirense, pois ao afirmar apenas a substituição dos objetos do sistema de abastecimento de água tratada que já existia na ilha, a PMB deixa claro não ser o aumento do número de ligações à rede de abastecimento de água tratada a objetividade das ações desses gestores, mas a ampliação da capacidade do volume hídrico para a manutenção da rede preexistente nessa área, principalmente, as de grande fluxo turístico, o que efetivamente continua atendendo uma porção restrita do espaço de Mosqueiro. O mesmo não ocorre com a rede de energia elétrica, pois como demonstra o quadro 03, essa recobre aproximadamente toda a área urbana da ilha (54.325.325.315,27m<sup>2</sup>), se estendendo até algumas propriedades rurais. A rede de energia elétrica no distrito de Mosqueiro é uma das mais antigas redes de suporte, estando atrelada à implementação da “Pará Electric Railways Company” na área central de Belém ainda no início do século XX.

Isso porque, como se mencionou no capítulo anterior, a prática turística na ilha foi iniciada pelos trabalhadores estrangeiros vinculados aos empreendimentos urbanístico em Belém nesse período que, segundo Meira Filho (1978), foram responsáveis também por várias obras na ilha. Dentre essas obras aquela vinculada à geração de energia destinada principalmente à

iluminação noturna, pois como relata o autor a ausência de iluminação pública provocava inúmeros transtornos como no caso de quem: “[...] madrugava no Areião e no Bispo à procura de Camarão voltando de mãos vazias e de cara suja dos tropeços nas valas na escuridão da noite [...]” (p. 380). Hoje a rede de energia conta com uma sub-estação de distribuição da empresa Rede Celpa alocada na Av. Meira Filho e em destaque na foto abaixo onde se observa parte dos objetos de sua rede como as torres de recepção e transmissão, a central de comandos e os cabos de distribuição que durante a década de 1990 efetivamente recobriam e iluminavam as orlas das praias do Murubira até o Farol .



A instalação da iluminação pública nessa área facilitou o uso noturno das orlas dessas praias, como mostra a foto exposta na próxima página, onde é possível observar a organização espacial, tanto em seus objetos quanto nos movimentos efetuados durante as festividades de fim

de ano (em 2006), mais especificamente a festa no último dia do ano. Durante essa festa os frequentadores de Mosqueiro montam mesas nas calçadas da orla das praias, abrigadas ou não por tendas brancas, em torno das quais reúnem a família para “brindar o ano novo”, essa organização é “facilitada pela iluminação [...] quem fica na praia já tem que fazer isso (acender tochas ou fogueiras)” (turistas, Mosqueiro, jan. de 2007).

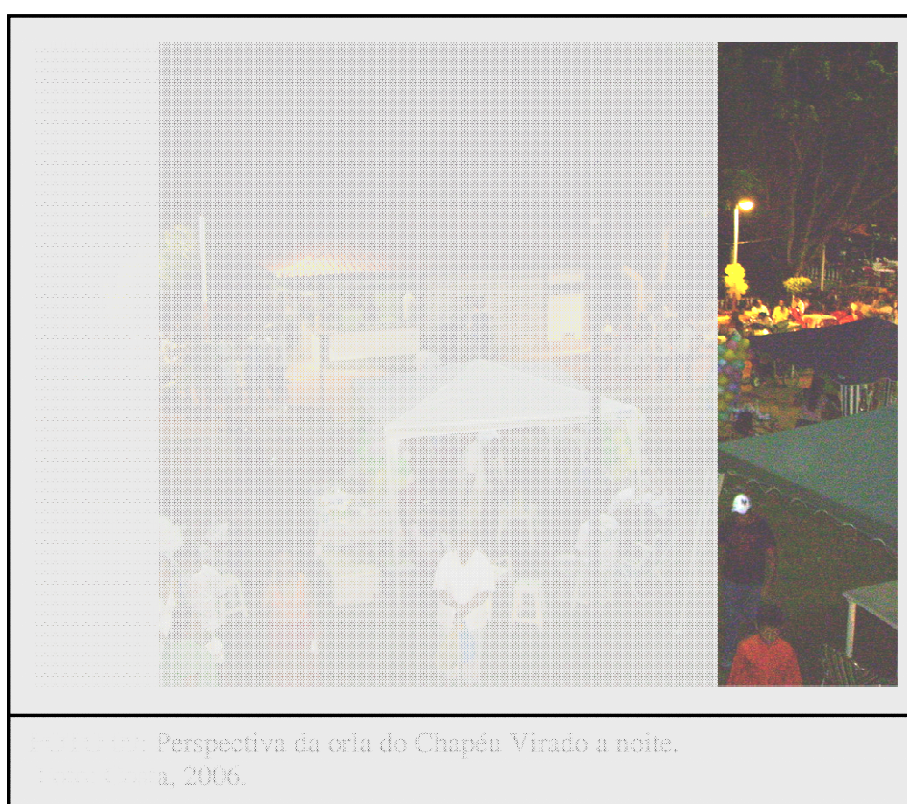


Fig. 10: Perspectiva da orla do Chapéu Virado à noite.  
Foto: autora, 2006.

Nesse viés, os objetos da rede de energia elétrica de Mosqueiro quando comparada com outras redes técnicas como a de saneamento, a de transporte e de telefonia corresponde a 80% da infra-estrutura encontrada na ilha. Mas a distribuição de energia era incipiente até a década de 1970, restringindo sua rede apenas a área da Vila ao Murubira, somente a partir dessa década com a ação incisiva do Estado, a rede de energia elétrica na ilha se consolidou acessando a área

do São Francisco até a Baía do Sol. Contudo, ainda são as orlas das praias que se estendem do Murubira até o Farol as que contêm iluminação pública, porção espacial em que Mosqueiro vivenciou durante a década de 1990 a realização de grandes shows de “Micaretas”, as quais consistem em grandes festivais de carnaval fora de época ao estilo baiano e baseado na “axé-music” disseminado por caminhões com gigantescas caixas de som – os “trios-elétricos.

Esses shows eram realizados em Mosqueiro tanto no horário diurno quanto noturno, sendo que a realização nesse último horário necessitava de iluminação nas orlas do trecho mencionado anteriormente, a qual vem sendo mantida desde então, apesar da realização das “Micaretas” terem lentamente sido reduzidas na ilha, ainda na década de 1990, dada a interferência da PMB na organização desses shows ao constatar sobrecarga nas orlas das praias, provocada pelo peso dos trios elétricos e sob pressão das campanhas realizadas por ações dos turistas de segunda residência que segundo entrevistados organizaram documento contra a realização desses shows: “[...] por causa de umas quarentas assinaturas eles retiraram os trios elétricos [...]” (Excursionista, Mosqueiro, jan. 2005).

### **2.1.2 A rede de esgotamento sanitário em Mosqueiro**

De acordo com o quadro 03, Mosqueiro conta com uma rede de esgotamento sanitário que até o presente configura-se com uma única unidade de tratamento. Na perspectiva de alguns comerciantes e planejadores vinculados ao turismo local, apesar da grande participação social em momentos festivos como as comemorações de fim de ano, com fluxos cada vez maiores de um grupo social ligado à prática do excursionismo, não se pode negar que uma parcela significativa de outros grupos sociais tem se ausentado de Mosqueiro. Para Lima (2000, p.4), isso ocorre não só porque quem tem dinheiro procura as praias de Salinas e Fortaleza entre outras, mas também,

porque a ilha vem apresentando inúmeros problemas ambientais, relacionados principalmente à questão dos recursos hídricos dispostos ao longo das orlas das praias.

Tal evidência é comprovada por estudos como os de Machado (2001) e os de Braz (2002), os quais mostram respectivamente que seja pelos resíduos provenientes dos esgotos domésticos despejados diretamente dos córregos d'água ou pelas águas das galerias e logradouros públicos lançadas nas orlas das praias, os corpos hídricos de Mosqueiro encontram-se contaminadas por resíduos sólidos e coliformes fecais. A paisagem decorrente desse quadro, implica para uma grande parcela dos grupos sociais ligados ao turismo em Mosqueiro, no afastamento de uma parcela considerada de turistas, fundamentalmente, os “mais esclarecido e mais abastados”; “[...] veja essa obra tão importante, mas do jeito que ta sendo feita, ninguém quer ligar [...] não foi assim que pensamos...” (Trabalho de campo, Mosqueiro, agst 2005).

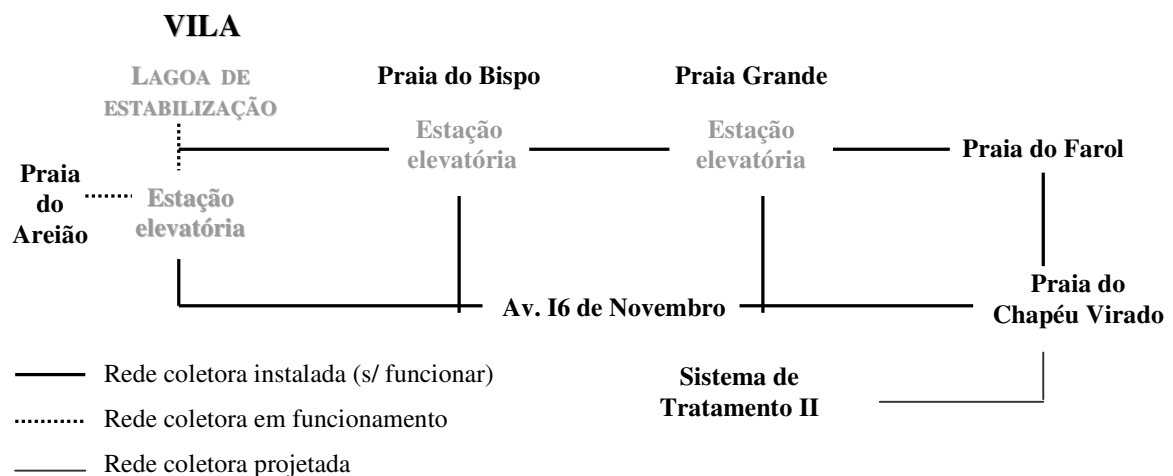
A obra a que se refere a fala anterior diz respeito a uma das reivindicações dos grupos sociais do turismo em Mosqueiro: a rede de saneamento de esgoto, que na visão desses grupos reestruturaria o espaço turístico da localidade a partir da melhoria das condições ambientais dos recursos hídricos da ilha e atrairia novamente aquelas parcelas de turistas afastadas anteriormente da localidade. A rede de esgotamento sanitário fora projetada pela PMB como uma tentativa de solucionar as questões ambientais nas orlas das praias e de se legitimar na ilha, já que sua popularidade nessa área era baixa e a construção de um sistema de saneamento era uma antiga reivindicação local. A efetivação dessa rede se daria no setor oeste da ilha, se estendendo na primeira fase da Vila até o Chapéu Virado (área com maior número de infra-estrutura) e abrangeria 50 km de rede coletora e 2 lagoas de estabilização de tratamento bacteriológico conforme apresenta o organograma abaixo.

De acordo com a Secretária Municipal de Saneamento –SESAN (2002), a funcionalidade desse sistema propiciaria entre 70% e 90% da purificação das águas dos esgotos depositados no

sistema de drenagem da ilha, mas conforme relatou um dos técnicos dessa secretária o sistema se destina apenas aos esgotos domésticos e não às vazões pluviométricas. Ao se considerar os estudos de Braz, percebe-se que a não funcionalidade da rede de esgotamento às águas pluviométricas já aponta uma fragilidade do sistema, pois como demonstra a autora são essas águas as responsáveis pelos maiores índices de contaminação das águas das praias.

Mas, a fragilidade do sistema tornou-se maior pela restrição da implementação desse, que se deu apenas na área da Vila (ver organograma abaixo) onde em 2004 passou a funcionar uma das duas lagoas de estabilização projetadas, apesar de ter sido divulgados a liberação de um investimento de nove (9) milhões de reais para a realização das obras do sistema. Segundo comerciantes e membros de associações locais (os órgãos gestores não forneceram dados), a rede coletora anexada a essa lagoa recebeu um número reduzido de ligações, algo em torno de cem (100) residências. Considerando-se que, conforme dados da CODEM (2001), a Vila de Mosqueiro tem mais de duas mil (2.221) unidades imobiliárias, observa-se a irrisória utilização desse sistema pela população local.

### Sistema de Tratamento I



ORGANOGRAMA 01: A rede de tratamento de esgotamento sanitário de Mosqueiro.

Fonte: Dados da SEGEP, 2002; da SESAN, 2002 e de trabalho de campo, 2005.

No organograma acima é possível ter um prospecto sobre a proporção ínfima com que a rede de tratamento de esgoto sanitário atua em Mosqueiro, proporção que se amplia ao considerar-se que as pequenas linhas representantes da rede coletora em funcionamento, na prática foram acessadas por menos de 5% das unidades imobiliárias existentes na Vila. Para vários turistas entrevistados, esse baixo percentual diz respeito a não confiabilidade do sistema, pois “como uma tubulação tão fina vai resistir a esse negócio de sucção ... já pensou se esse negócio de sucção explodir dentro de casa ou na rua...” (Mosqueiro, jan 2005). Essa visão sobre o sistema de tratamento de esgoto incide sobre a utilização desse em Mosqueiro, restando à lagoa de estabilização o papel de “lago de pesca e área de recreação para as crianças” (comerciante, Mosqueiro, maio 2006). Mas, de acordo com as afirmações dos técnicos da prefeitura (Trabalho de campo, Belém, agst. 2004), as dimensões da rede coletora (100 a 600mm de diâmetro) estão dentro das normas técnicas de engenharia e são suficientes para atender o sistema de esgotamento sanitário em Mosqueiro.

Como demonstra Serpa (2002), a relação entre a técnica e a formatação do turismo nos moldes contemporâneos está para além de algumas estruturas técnicas, mas exige cada vez mais outros mecanismos de intervenção urbanística, a exemplo dos sistemas de tratamento de esgoto, que instrumentalizem o local. Pois, como ressalta Santos (1999), na contemporaneidade até a natureza já é objeto e um objeto com inúmeras implicações ambientais, as quais são plenamente entendidas pela maioria dos entrevistados em Mosqueiro, mas que são deixadas de lado no caso do sistema de tratamento sanitário.

Esse fator é observado nas falas que sempre ressaltam a importância ambiental desse sistema, porém ressaltam a temeridade com a técnica de sucção apresentando-a como externalidade em relação aos grupos sociais locais. Externalidade que reflete bem a relação entre técnica e sociedade, essencialmente, quando se trata das técnicas ligadas às práticas turísticas,



onde a primeira é vista como dissociada da segunda, o que para Massey (1995) e Luchiari (1999), induz a uma falsa leitura da realidade, pois as interações entre essas duas variáveis conduzem não a sacralização de coisas porém a um contínuo diálogo entre novos e velhos objetos espaciais em uma dada realidade.

## **2.2 A relevância dos objetos técnicos à compreensão da estruturação do espaço**

No entendimento de Santos (1999) um objeto é uma *coisa* (dádiva da natureza) utilizada intencionalmente por um conjunto social que, de acordo com Castoriadis (1987), não é nada fora do conjunto técnico que o contém. Assim, como reconhece Santos (1999), esse deve ser entendido pela geografia como sistemas que engendram meios cada vez mais artificializados onde: “[...] a própria idéia de meio geográfico é inseparável da noção de técnica” (pp. 186; 187). A idéia do meio enquanto ente geográfico inseparável da técnica está presente também no pensamento de Vidal de La Blache (1954, pp. 172; 193), para quem o homem através de processos e de invenções constituiu “qualquer coisa de metódico que lhe assegura a existência e lhe organiza um meio para seu uso. [...] elemento inventivo pelo qual o homem imprime a sua marca [...]”.

Friedmann (1968) também se refere à vasta faixa de técnicas criadas e instaladas globalmente como meio, um meio técnico em oposição ao mundo rural ou ao meio natural, onde “Os próprios fundamentos da visão de mundo encontram-se hoje em dia sacudidos sob o efeito de novas técnicas que remodelam nossa percepção das coisas [...]” (p. 48). De acordo com Castoriadis (1987) a noção de técnica remete ao pensamento grego, que em Homero apresenta-se com o sentido de fabricar, produzir, construir (*teuchô*) e, ainda, ferramenta e instrumento (*teuchos*), em Platão e Aristóteles com o sentido também de criação (*technè*), sendo, portanto,

encontrado um momento em que há “[...] um domínio onde o fazer humano é criador: ou a *technè* em geral imita a *physis*, ou efetua o que a natureza está impossibilitada de realizar” (pp.297;298).

A idéia de criação nos moldes contemporâneos se relacionará ao *fazer* eficaz que não seria necessariamente inerente a um produto material, isso porque na concepção de Castoriadis o “[...] homem fabrica ferramentas concretas e símbolos [...]” (1987, p. 293). É nesse viés que para esse autor “os modernos” justapuseram ou opuseram ao homem grego do *logos* o *homo faber* (o homem que fabrica e possui ferramentas). Procurando caracterizar o processo de fabricação e de possuir ferramentas, Arendt (1987, p. 157) destaca:

[...] o processo de fabricação, ao contrário da ação, não é irreversível: tudo o que é produzido por mãos humanas pode ser destruído por elas, e nenhum objeto de uso é tão urgentemente necessário ao processo vital que seu fabricante não lhe possa sobreviver e permitir-se destruí-lo. Do ponto de vista do *homo faber* [...] é, como disse Benjamim Franklin, um <fazedor de utensílio>. Os mesmos instrumentos que apenas aliviam a carga e mecanizam o labor do *animal laborans* são projetados e inventados pelo *homo faber* para a construção de um mundo feito de coisas; a conveniência e a precisão desses instrumentos são ditadas pelos fins <objetivos> que ele inventa a seu bel-prazer [...] Instrumentos e ferramentas são objetos tão intensamente mundanos que chegam a servir de critérios para a classificação de civilização inteira [...] e, numa sociedade de operários, os instrumentos podem perfeitamente assumir caráter ou função mais que meramente instrumental.

A civilização maquinista de Friedmann (1968) é, portanto, a materialização do mundo instrumentalizado do *homo faber* que Arendt (1987) relata em seu pensamento sobre a constituição da humanidade. Essa constituição ou condição humana histórica torna-se possível, segundo Castoriadis (1987), pela mediação entre o racional e as necessidades humanas, que viabilizam a essência da criação da técnica, sendo essa componente do mundo humano tanto quanto a linguagem o é, e de um meio que resiste no qual toda sociedade está imersa. Novamente

subscreeve-se a idéia de meio atrelada à formatação das técnicas, que George (1970, p. 17) alerta ser “[...] a chave das modificações das relações entre coletividades humanas e ambiente [...]”.

A importância da técnica “na descrição do espaço humanizado” é enfatizada por George (1980, p. 5) como indutora de necessidades de penetração e instalação, cujas sistemáticas inovações são capazes de viabilizar a “arrumação” do planeta pelo homem. A idéia de “arrumação” do espaço em George, onde se inscreve também a idéia de “organização”, correspondia aos empreendimentos modeladores do espaço herdado, onde a implementação desses introduzia a sistematização de sua utilização, ou seja, um conjunto de estruturas técnicas, jurídicas e administrativas, ou como diria Santos (1991;1999), a normatização do espaço através de um sistema de ações.

A arrumação do espaço herdado por meio desse conjunto de estruturas é apreciada por La Blache (1954) ao relatar o papel da comunicação no processo de interação espacial: “Hoje todas as partes da Terra estão em comunicação, o isolamento é uma anomalia que lembra um desafio, e não apenas entre as regiões contíguas e vizinhas mas também entre as longínquas, se estabelece contato” (pp. 40,41). A exposição de La Blache, cunhada há quase um século e transcrita anteriormente, aparece como constatação das formas e processos intensos de compressão espaço-temporal engendrados pelo homem por meio do acúmulo técnico ao longo de sua própria história. Nesse sentido, o autor descreve como as técnicas ligadas à mobilidade dos homens, como as vias férreas, imprimiram a marca dos homens em todo o hemisfério Norte, onde o meio assim organizado condicionou inúmeras intervenções espaciais, cujas ações repercutiram intensos debates nas assembléias francesas.

Segundo Santos (1999) esse acúmulo técnico é resultado da relação dialética entre homem e meio, e corresponde a um conjunto instrumental e social através dos “quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (p. 25). Assim a forma mais abrangente de

fomentar a discussão da técnica na ciência geográfica deve evidenciar a inclusão das “técnicas da própria ação” (OP. CIT. , 31), o que forneceria subsídios à compreensão da noção de espaço e meio geográficos. Pois, se como assesta Castoriadis (1987, p. 308) “não há pontos fixos das ‘necessidades’ humanas” e, portanto, da criação de técnicas, essas inspiram ações diferenciadas ao longo do tempo que por vezes induzem a novas técnicas, isso implica no entendimento de meios geográficos cada vez mais instrumentalizados, como esclarece La Blache (1954, p. 43): “[...] Compreende-se bem o alcance desta observação, porque a intervenção do homem pode consolidar o momento positivo, firmar sobre um estado temporário um estado fixo, isto pelo menos até nova ordem”.

Para Friedmann (1968), isso resulta do maquinismo inerente às sociedades industriais, sendo esse responsável por um adensamento técnico análogo globalmente “[...] no funcionamento das instituições e no comportamento dos indivíduos [...]” (p. 94). Essa analogia global dos empreendimentos técnicos a que Friedmann faz menção, na visão de La Blache (1954) representa um reflexo da compressão tempo-espaço criada pelo “[...] homem senhor das distâncias, armado de tudo que a ciência (pôs) a seu serviço [...]” (p. 45). Tais fatos propiciaram, conforme Santos (1999) uma unicidade técnica (o que não significa onipresença): “[...] os objetos assim criados não se restringem ao lugar da criação. Nascidos de uma concepção original, os objetos tendem a se reproduzir e difundir, gerando objetos semelhantes” (p.55).

A introdução da máquina e o adensamento instrumental na organização do meio geográfico técnico corresponderiam, de acordo com Arendt (1987), ao primeiro estágio do desenvolvimento da tecnologia na era moderna. Nesse estágio o padrão tecnológico formata-se a partir da interrupção, imitação ou uso das forças e processos naturais, tendo a máquina a vapor como marco. O segundo estágio tecnológico, no qual “[...] passamos a <criar>, por assim dizer, isto é, a desencadear processos naturais nossos que jamais teriam ocorrido sem nós. [...]” (OP.

CIT. , p. 160), foi marcado pelo uso da eletricidade, energia que conduziu ou induziu avanços, também, no terceiro estágio tecnológico: o da automação.

No estágio da automação o processo de produção manufaturada torna-se processo de produção em linha de montagem passando, assim, como demonstra Arendt (IDEM), a consolidar a máquina como substituta dos instrumentos e utensílios na configuração dos meios sociais. Um dos rebatimentos ao meio social promovidos por essa substituição desencadeada pela automação condicionou a partir da década de 1940, segundo George (1980), dois processos aparentemente contraditórios:

[...] o primeiro é o da diversificação muito rápida da produção, que gera a multiplicidade dos produtos; o segundo é o da aceleração da normalização das operações de produção pela mecanização intensa e, em grande parte, a substituição das máquinas complexas, no trabalho de uma equipe de trabalhadores [...] (p. 16)

Processos e mudanças sociais conduzidos por estágios tecnológicos, como os apresentados por Arendt e George, estão na base do sistema evolutivo das técnicas empregadas. Como admite Santos (1999), cada conjunto de técnicas detém seu período de hegemonia como constituinte material de uma dada sociedade, sendo sucedido por outro período em que outros sistemas técnicos tornam-se hegemônicos. No pensamento desse autor a sucessão de um conjunto de técnicas por outro se traduz na constante procura por vencer a rigidez imbricada em cada nova invenção, o que supõe a necessidade da constituição de novos sistemas técnicos mais fluidos e, paralelamente, com nova rigidez.

Apesar de serem hegemônicos e da exigência de uma gestão coordenada por múltiplas instituições, os sistemas técnicos mais fluidos e mais avançados não detêm a exclusividade na conformação da realidade social, isso se deve ao fato de que a entrada de um novo conjunto

técnico em uma dada sociedade não elimina de vez o uso dos sistemas pré-existentes, na verdade, esses coexistem. Mesmo coexistindo com outras “famílias de técnicas” são os sistemas mais fluídos e avançados os expoentes caracterizadores de uma dada época, nesse viés Santos (1999) irá apontar a revolução informática, como protótipo indutor de um novo meio geográfico, que se realizará sobre a aceleração proporcionada pela junção entre técnica, ciência e informação, daí ele denominar o conjunto de técnicas contemporâneo como formadores do meio técnico-científico-informacional.

### **2.3 A técnica como expressão da sociedade**

Castoriadis (1987, p.315) também reconhece o papel que a ciência aliada à indústria promove, “numa escala imensa”, ao mundo contemporâneo: “[...] uma proliferação quantitativa sem limites do saber [...]”. Para muitos pensadores essa proliferação a partir da emergência de novos sistemas técnicos denotaria um “impacto tecnológico” de tal proporção capaz de propiciar a autonomia desse sistema, em outras palavras, a técnica vista como externalidade da sociedade. O temor pela externalidade da técnica aparece como hostilidade ao ‘novo’ que se impõe, essa hostilidade perante o novo ocorre a qualquer tempo na história da humanidade, como mencionava La Blache (1954, p. 278): “[...] o que surge de novo parece hostil; sob estas influências vêm-se cristalizar organismos sociais, e, por falta de renovação, obras dispostas para o bem comum tornam-se conservadoras de rotinas”.

A pertinência do temor da externalidade da técnica, no entender de Castoriadis (1987), somente reside no fato do “pasma” social ante as ‘máquinas que pensam’ ou ao ‘pensamento como máquina’. Esse pasmo social representa o caráter determinista sobre o entendimento da técnica disseminado, como indica Benakouche (2005), sobretudo pelo emprego, a partir da

década de 1970, do conceito de impacto tecnológico nos trabalhos sobre a técnica, fato que ocasionou uma cisão onde, de um lado, estava a supremacia determinista da tecnologia e, de outro, os sofridos e dominados grupos humanos. A dicotomia social/técnico é radicalmente negada tanto por Castoriadis quanto por Benakouche, fundamentalmente, pelo processo atual em que técnica e ciência estão cada vez mais atreladas e, uma vez sendo a ciência saber humano e a técnica resultado de procedimentos científicos, torna-se incoerente tal dicotomia.

Nesse sentido, os autores consideram relevante para fugir ao determinismo tecnológico abarcar os mecanismos responsáveis pela produção, difusão e uso das tecnologias, quais sejam: os elementos culturais, sociais, econômicos e políticos, sem os quais os conjuntos técnicos tornam-se desprovidos de sentido. Benakouche (2005) descreve ser o sentido da técnica definido por uma ‘negociação’ que estabelece uma ordem social onde as “[...] conseqüências positivas ou negativas de um objeto técnico nunca são definidas de uma vez por todas [...]” (p. 94). Entender o sentido de um conjunto técnico incide na compreensão de como esse pode ser estrutura estruturante/reestruturante de realidades sócio-espaciais e, para Castoriadis (1987, pp. 312; 315), na compressão da linguagem do mundo atual, conforme explica:

Uma coisa é dizer que uma técnica, uma organização de trabalho, um tipo de relação de produção caminha a par com um tipo de vida e de organização social de conjunto; outra é falar de determinações destes por aqueles [...]. O mundo moderno é sem dúvida ‘determinado’, numa enorme quantidade de níveis e como nenhum outro antes por sua tecnologia: mas essa tecnologia nada mais é do que uma das expressões desse mundo, sua ‘linguagem’ quanto à natureza externa e interna.

A cogitação de uma linguagem do mundo moderno, pautada em sua tecnologia e capaz de expressar tanto sua natureza interna quanto sua externa define-se para muitas das correntes teóricas da nova sociologia da técnica, segundo Benakouche (2005), por um constante exercício

de ‘negociação’ dentro e entre os elementos de um determinado sistema sócio-técnico, sendo dessa ‘negociação’ inscritos, em um dado momento, os aspectos positivos e negativos das novas tecnologias. Nas discussões dessa autora, o papel da negociação, apesar de toda sua problemática metodológica, é decisivo para apontar caminhos contrários à noção de impacto tecnológico.

Essa acepção teórica remete às redefinições promovidas pelos lugares às técnicas e vice-versa de que trata Santos (1999, p. 48): “Os lugares, já vimos, redefinem as técnicas [...] Sua presença também modifica os valores preexistentes [...] todos os objetos e ações vêm modificada sua significação absoluta (ou tendencial) e ganham uma significação relativa, provisoriamente verdadeira [...]”. A produção de um sentido pela modificação ou re-significação de objetos e de ações consiste, antes que em impactos tecnológicos, pelo que declara Santos na citação inscrita acima, em mediações do/no lugar. Friedmann (1968) exemplifica essa interação ao tratar da variação de ângulos e escalas dos objetos provocada pela introdução da fotografia, fato que modificou o sentido visual da sociedade. Concordando com o pensamento contrário à noção de impacto tecnológico, Castells (2002) argumenta:

É claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo. Na verdade o dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente, um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas [...]. (p.43)

Tais evidências fazem com que George (1980), mesmo que de forma ainda muito vinculada aos impactos, enfatizasse a importância das atitudes psicológicas ou psico-sociais como aceleradores ou freios da evolução da esfera material, sem haver um sincronismo entre evolução das técnicas e evolução das estruturas mentais, porém uma certa solidariedade entre



essas, e mais, dessas com a evolução das estruturas sociais e políticas. Fatores que, segundo Santos (1999, p. 56), incidem sobre as condições necessárias à aceitação da novidade técnica: “[...] Algumas pessoas adotam a novidade em breve espaço de tempo, enquanto outras não reúnem as condições para fazê-lo, ou preferem recusá-las, permanecendo com modelos anteriores [...]”, a exemplo da rede de esgotamento sanitário em Mosqueiro, bem como das técnicas aplicadas para facilitar o acesso à Ilha de Mosqueiro.

#### **2.4 A rede de circulação e comunicação e os fluxos turísticos em Mosqueiro**

Para Assis (2003) a formatação de eixos de circulação se constitui fator preponderante na configuração espacial do turismo em escala mundial, pois como se mencionou no primeiro capítulo o turismo se populariza a partir da abertura de ferrovias no continente europeu e expandiu seus fluxos de acordo com a melhoria dos meios e das vias de transportes que lhe era disponibilizado. Nesse sentido, pode-se dizer que a organização de eixos de circulação e seus respectivos meios de transportes em Mosqueiro são efetivamente reflexos psico-sociais da presença de europeus na cidade de Belém, já que como se demonstrou em outro momento, foram eles os responsáveis pela introdução da prática turística na ilha, mas fundamentalmente resultados das ações dos grupos sociais ao longo do tempo ali instalados.

Como se relatou no capítulo anterior, o percurso rodoviário até a ilha necessariamente perpassa pelos territórios de três outros Municípios (ver novamente o mapa 01), o que se dá pelo fato da construção da ponte que interliga a ilha à parte continental ter se efetivado em direção à parte territorial do município de Benevides (atualmente município de Santa Bárbara), onde segundo os relatos técnicos da época a profundidade da rede de drenagem permitia a construção

da ponte denominada de Sebastião de Oliveira, segundo Meira Filho (1978), como uma homenagem ao primeiro idealizador desse objeto técnico.

#### **2.4.1 A rede de circulação rodoviária e fluvial em Mosqueiro**

A ponte de Mosqueiro possui uma extensão de aproximadamente 1300m de comprimento sobre o furo das Marinhas, parcialmente expostos na foto abaixo, onde é possível observar as dimensões da construção concluída em dezembro de 1975 e inaugurada em janeiro de 1976, como reflexo e condicionante espacial da crescente mobilidade turística a essa localidade. Na parte de cima da foto visualiza-se o trecho da Rodovia Meira Filho pertencente ao Município de Santa Bárbara e cuja construção foi coordenada pelo estado. Já o trecho da rodovia que recobre o Distrito de Mosqueiro, no outro lado da ponte, teve sua construção coordenada pela prefeitura de Belém (AMANAJÁS, 1976; MEIRA FILHO, 1978).



FOTO 10: Perspectiva aérea da ponte sobre o Furo das Marinhas.  
Foto: SEGEP, 1993.

A ponte Sebastião de Oliveira que, como menciona Amanajás, teria invadido Mosqueiro de Progresso, é resultado de ações bem ordenadas pelos segundos residentes na ilha de Mosqueiro que, articulados às várias esferas de poder político local institucionalizaram um misto de empresa e construtora: a META S/A, cujo objetivo fundamental era a captação de recursos técnicos e financeiros à implementação da ponte (MEIRA FILHO, 1978). A efetivação dessa ponte é substrato de articulações anteriores desse mesmo grupo social, das quais deriva a abertura da PA 391 - a Rodovia Meira Filho (cujá visão de um dos trechos é apresentada na foto acima), concluída em 1965 que, como se demonstrou em trabalho anterior (COSTA, 2005), configurou um novo eixo de circulação e acessibilidade à ilha: o Rodo-fluvial, com a instalação de um serviço de balsas no Furo das Marinhas e, posteriormente, o rodoviário com a construção da ponte sobre esse furo. No ideário de MEIRA FILHO (1978), essa ponte juntamente com a rodovia PA – 391 demarcaria o delineamento de:

[...] um novo Mosqueiro que renasce depois da rodovia e da ponte Belém-Mosqueiro sobre o canal das Marinhas. É a “obra-do-século” adotar a Ilha balneária do progresso que a tanto tempo desejava e merecia. As novas gerações despertam para um recanto beneficiado, construído, resolvido. [...] “a menina dos olhos” da cidade de Belém, talvez uma nova feição de uma *Manhattan* dos paraenses, brasileira, sul-americana! (p. 421-422)

O sistema de objeto responsável por denotar a circulação para Mosqueiro, sendo substrato da ação de grupos ligados ao turismo, reforça a função desse local como espaço turístico. Tal assertiva pode ser observada na foto abaixo em que se destaca o pórtico de entrada à localidade, construído na atual gestão (2004 a 2008) em um trecho da PA 391 nas adjacências do bairro do Carananduba onde se começa a acessar as orlas de praias e não no limite administrativo do distrito na ponte Sebastião de Oliveira. Nessa foto se visualiza, ainda, o padrão construtivo da

rodovia cuja cobertura em asfalto, a sinalização e iluminação em alguns trechos estão melhores estruturados que em muitas das avenidas da parte continental do município.



Nota-se que a rodovia e a ponte fizeram parte de um único empreendimento e projeto político, já que a primeira fora construída em direção ao local que, teoricamente, apontava possibilidades geomorfológicas à construção da segunda. Sendo suas instalações em Mosqueiro responsáveis pelo redirecionamento no sentido da ocupação do espaço turístico nessa localidade, cujo crescimento e organização territorial a partir de então sucederam as orlas das praias no sentido leste-oeste engendrando a abertura de uma nova rede rodoviária interna, incluindo o Sucurijuquara e a Baía do Sol. Nessas áreas, indo em direção do Caranaduba onde se encontram as praias: Grande da Baía do Sol, Paraíso, Caruara, e Marau (ocupadas no sentido leste-oeste),

nas quais, segundo Amanajás (1976) e Meira Filho (1978), poucos turistas e empreendedores tinham interesse em edificar construções dada a ausência dos serviços públicos, principalmente vias de acesso.

Essas áreas só passaram a configurar-se em zonas de atração turística após o estabelecimento do eixo de circulação rodoviário que tem como nó central de sua rede a estação rodoviária na Vila. O eixo de circulação rodoviária em Mosqueiro corresponde ao conjunto de equipamentos que interligam o distrito a seu exterior, ou seja, a rodovia Meira Filho e a ponte Sebastião de Oliveira; e os equipamentos que o interligam internamente entre eles: a avenida Beira-rio (que se estende por toda a orla de praia do distrito); as estradas que dão acesso a Baía do Sol, Paraíso e Maraú (recentemente asfaltadas); a avenida Dezesesseis de Novembro e; a estrada Variante. Essa última, instalada para interligar o Ariramba e o Porto-Arthur e solucionar os problemas de engarrafamento na avenida Beira-rio. Isso porque como relata o jornal O Lima (2000, p. 7), no início da década de 1990, no eixo Murubira – Chapéu Virado – Farol a circulação na avenida Beira-Mar encontrava-se esgotada devido ao enorme número de veículos na área.

Os problemas decorrentes do forte adensamento da população flutuante na parte mais antiga do circuito turístico de Mosqueiro (da Vila até Murubira), já haviam provocado no início da década de 1980 o alargamento e a pavimentação das pistas à Beira-rio, no trecho do Murubira até a praia Grande, realizados nesse período para solucionar os problemas de estacionamento de veículos provocados pela abertura da rodovia Meira Filho. Nesse ínterim, consolida-se definitivamente a rede de circulação interna na ilha, não só pela abertura e asfaltamento de várias ruas e avenidas, como pelo estabelecimento do transporte coletivo urbano interno à ilha por meio da empresa Expresso Beira Alta, que no final do século passado recobrir toda a ilha como demonstra o quadro exposto na próxima página.

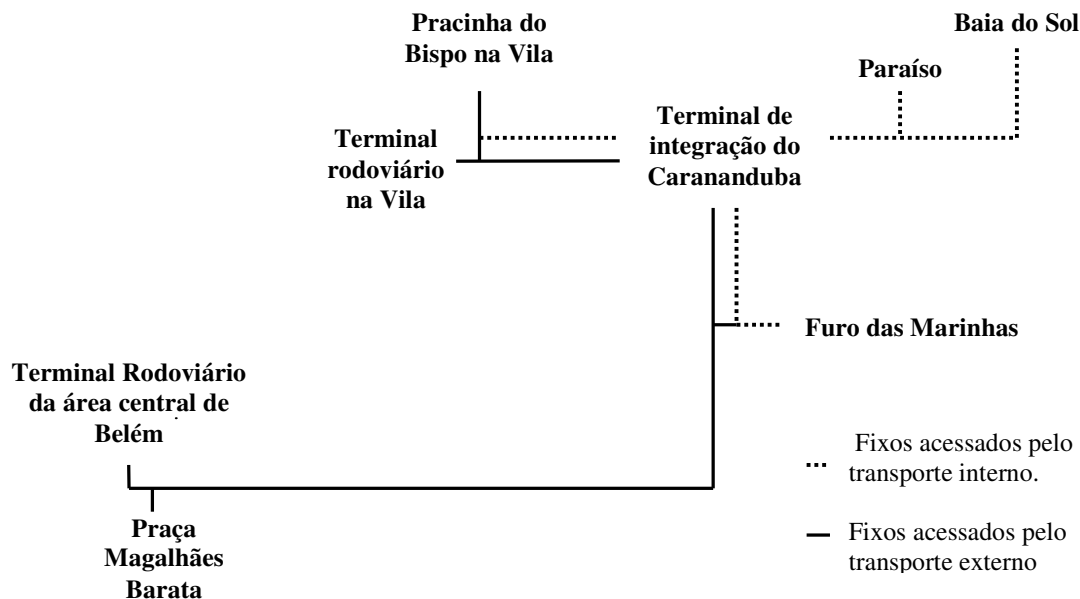
<b>Frota Existente</b>					
<b>Linha</b>	<b>Ativa</b>	<b>Reserva</b>	<b>Total</b>	<b>Viag./Dia</b>	<b>Passag./Dia*</b>
Vila/Baia do Sol	05	01	06	74	5.282
Vila/Paraíso	01	01	02	28	1.979
Vila/F. das Marinhas	02	01	03	12	1.476
Circular/Vila	01	01	02	11	559
Carananduba/Vila	02	-	02	09	480
<b>Total</b>	11	04	15	134	8456

QUADRO 05: Linha, frota, viagem e passagem do transporte interno em Mosqueiro.

Fonte: Elaborado a partir de dados de trabalho de campo 2005/2006 e dados da SEGEP 1999. \* média ao dia entre 1999 e 2004.

Os dados expostos no quadro acima ratificam a afirmação anterior de que toda a ilha é recoberta pelo transporte urbano coletivo, posto que se observa a existência de uma linha que segue da Vila até o Furo das Marinhas, no sul da ilha, bem como uma linha que segue da com 95 feirantes Vila até a Baia do Sol no extremo norte dessa ilha. Contudo, como se constata nesse mesmo quadro é no espaço turístico da ilha que esse transporte se faz mais presente, pois como revelam os dados do quadro acima 82% da frota pertence às linhas com destino às orlas de praias, cuja demarcação do itinerário sobrepõe-se às principais vias de acesso a esse espaço turístico como no caso da Avenida Beira-Rio que recebe os fluxos destinados às praias desde o Chapéu Virado até a Baia do Sol.

Essa demarcação reforça a centralidade da Vila no eixo de circulação rodoviário de Mosqueiro, já que todas as linhas de transporte coletivo se deslocam para lá, tanto a interna apresentada no quadro 05, quanto a externa realizada pela empresa Beiradão que atua nos terminais rodoviários nas áreas centrais de Belém e de Mosqueiro, e pelas empresas de concessão municipal recente que atuam na Praça Magalhães Barata na área central de Belém e no canteiro na orla da praia do Bispo na área central de Mosqueiro (como mostra o organograma abaixo).



ORGANOGRAMA 02: A rede de circulação rodoviária de Mosqueiro.

Fonte: Dados de trabalho de campo 2005/2006 e dados da SEGEP 1999/2004.

Os eixos de circulação rodoviários disponibilizam, ainda de um terminal de integração no bairro do Carananduba que é subutilizado pelas linhas de transporte de passageiros, tanto a externa quanto a interna. Isso porque, segundo residentes e turistas entrevistados, esse terminal apresenta problemas de engenharia de ordem técnica e de ordem de alocação do imobiliário urbano, posto que construído em área na qual encontrava uma pequena praça inviabiliza ou dificulta uma série de manobras com os veículos além de, dado os limites da área construída, fica congestionado nos períodos de alto fluxo turístico, momento em que as empresas intensificam o transporte interno e externo na ilha. O organograma acima se propõe a apresentar de forma esquemática a articulação desses vários pontos ou fixos do espaço mosqueirense acessados pelo transporte rodoviário que promovem a circulação dos fluxos turísticos na ilha, e que permite caracterizar o eixo de circulação rodoviária como uma rede técnica.

Rede através da qual circulam tanto a população flutuante que em julho alcança a média de 500 mil pessoas (condicionada por essa rede), como a população residente nessa localidade que, segundo dados do Censo Demográfico (2000) constitui algo em torno de 30 mil habitantes. A implementação dessa rede foi sem dúvida um marco nas formas e ampliação do uso turístico de Mosqueiro engendradas pelas políticas que, consecutivamente, se apropriaram de novas técnicas para dar maior acessibilidade a esse local, fundamentalmente, como reflexo das ânsias da sociedade belenense por usufruir a ilha como espaço turístico. A instalação dessas “novas técnicas” de circulação em Mosqueiro foi responsável por tornar secundário o transporte de pessoas e coisas à ilha por meio da rede de circulação fluvial.

Todavia, a circulação fluvial no Distrito de Mosqueiro só pode ser considerada como secundária quando se trata da circulação externa a esse, essencialmente, quando se relaciona a circulação de turistas. Pois como ressaltam os documentos examinados essa foi até o início da segunda metade do século passado a única forma de acesso à ilha, daí muitos segundo residentes construírem trapiches e portos à frente de suas residências que, dada a importância chegaram até a “emprestar” o nome a uma das praias da orla mosqueirense: Porto Arthur. A construção desses trapiches define um momento do uso dessas praias, as quais assim que passaram a serem frequentadas por belenenses tiveram seu acesso determinado por barcos da empresa “Port-Of-Pará” e depois por uma linha municipal de transporte fluvial Belém-Mosqueiro-Belém cujo navio Almirante Alexandrino fora o que mais tempo atuou no transporte à ilha .

Quando o interesse turístico pela ilha aumentou a demanda por medidas viabilizadoras de acesso mais ampla ao local engendrou então a implementação da rodovia PA 391, passando a estabelecer um circuito rodo-fluvial como a travessia por balsa no furo das marinhas e, depois rodoviário com a construção da ponte, conforme se demonstro na parte anterior. Contudo, como se apontava no parágrafo anterior, a instalação do eixo de circulação rodoviária só tornou a rede



fluvial secundária em relação ao transporte de interligação externa à ilha. Isso porque, internamente a circulação fluvial ainda é muito utilizada pelos moradores de Mosqueiro, incisivamente, pelo distrito ser constituído por um arquipélago e por sua malha rodoviária se limitar ao espaço turístico.

Nesse sentido, as áreas mais internas do arquipélago serão acessadas por pequenas embarcações como no caso das localidades de Castanhal do Mari-Mari e Caruaru que pelos traços rústicos, inclusive a circulação fluvial (como mostra a foto ao lado), passaram a compor o espaço turístico de Mosqueiro no que tange ao turismo ecológico. Na foto abaixo, nota-se o padrão construtivo e os traços da população ribeirinha presente na embarcação que transporta os turistas ecológicos. Esse tipo de circulação é usado, ainda, para acessar locais fora do arquipélago como comenta uma moradora do Castanhal do Mari-Mari: “quando a genti vai p’ro Marajó ou p’ra outeiro, vai nele (barco)” (Trabalho de campo, Mosqueiro, nov. 2005).



Dessa forma, percebe-se a importância da circulação fluvial para os grupos sociais residentes em Mosqueiro, assim como para o turismo que sempre se utilizou dessa circulação, pois como declara um empresário do turismo que atua nessa localidade desde a década de 1980: “eu fui um dos primeiros a fazer esse percurso [...] eu levava os turistas de barco pelo rio Murubira” (Trabalho de campo, Mosqueiro, dez. 2006). Daí se falar que a circulação fluvial é secundária somente em relação ao transporte externo ao Distrito de Mosqueiro, o que evidencia outro aspecto dessa circulação: o de resistência, pois essa co-existe com a circulação rodoviária e, não foi extinta por ela como muitos relatam. Essa coexistência se revela pela utilização dessa circulação para transportar turistas do centro de Belém a Mosqueiro, em excursões efetuadas por empresas privadas e pelo estabelecimento cíclico pelo poder público municipal da linha fluvial Belém-Mosqueiro, fato ocorrido no final do século XX e agora no início do século XXI quando a prefeitura colocou em circulação o navio Presidente Vargas.

O navio Presidente Vargas que pode ser visualizado na foto abaixo ancorado no trapiche da Vila, sai do porto de Belém às 18 horas e retorna da ilha às 6 horas desse trapiche onde se realiza o embarque de passageiros. O navio apresentado na foto da página seguinte representa um objeto novo no espaço turístico mosqueirense, apesar de seu percurso e sua rota fazerem parte da história local, desde o início do século passado como demonstra Meira Filho (1978). Já o trapiche representa um objeto antigo no espaço turístico mosqueirense, existente desde quando Belém, como assinala Amanajás (1976, p. 6;7, *Grifos nosso*):

[...] Belém se apresentava cheia de trapiches e a ponte (*trapiche*) do Mosqueiro terminava em um barranco, seguido de um capinzal. (...) As praias eram policiadas”. Trocava-se a roupa atrás das moitas de mato nas praias, e os homens banhavam-se para um lado e as mulheres para o outro. As praias visitadas, possuindo ainda poucas casas, eram as de Areião, Bispo, Grande e Chapéu-Virado este considerado o bairro chic, destacando-se a residência de Pires Teixeira, o grande incentivador dos melhoramentos alí introduzidos.



Nesse ínterim, a apropriação do espaço de Mosqueiro ao turismo deu-se no sentido oeste-leste, delineando-se um eixo horizontal da Vila ao Chapéu Virado que se estendendo depois até o Murubira; cuja urbanização centrou-se da Vila ao Farol, principalmente nesse último no qual foi efetuada a construção de uma praça e a higienização da área pantanosa entre o Farol e o Chapéu-Virado (o aterro do igarapé Itaboca). Contudo, é a partir da construção da PA 391 que essa área vivenciará o adensamento dessa urbanização pois, como analisa Meira Filho (1978), em função da circulação rodoviária dar-se-ão a construção do novo escritório da Agência Distrital, do primeiro bloco do mercado municipal na Vila, da unidade mista de saúde e do muro de arrimo no Murubira; a reforma total da praça da Matriz, do Farol e do Chapéu-Virado e; a instalação da primeira área de camping.

A construção de uma rede de circulação rodoviária em Mosqueiro constituiu-se vetor propagador da construção de inúmeros objetos e de várias outras redes no espaço turístico desse distrito, a exemplo da rede de energia elétrica difundida a partir da construção da Rodovia Meira Filho e da rede de telefonia implementada com a construção dessa rodovia. Ora, como assesta o autor supra citado, a constituição de tais objetos e redes é engendrada por articulações dos turistas de segunda residência que, quando não compunham o quadro funcional das instituições responsáveis pela instalação de tais equipamentos, faziam parte do corpo político administrativo do Município de Belém.

É assim que o autor vai definir Abelardo Condurú, ex-comandante da Prefeitura Municipal de Belém, como “padrinho” do bairro do Farol, dada a reestruturação proporcionada por esse ao bairro como a reforma da praça central e drenagem e saneamento da baixada localizada em frente à praia, tudo isso pautado na lei que ordenava a urbanização da ilha, outro substrato da abertura da rodovia Belém-Mosqueiro:

Depois do advento da rodovia Belém-Mosqueiro, a ilha ganhou as instalações telefônicas da Telepará, os serviços de abastecimento d'água da Cosampa às praias e na Vila, pelo SEST uma pré-urbanização interna nos termos da lei nº 6.362 de 3 de maio de 1967 que estabeleceu normas técnicas, para a construção e urbanização na Ilha do Mosqueiro, e que vem sendo respeitada pelo poder público e pelos interessados, construtores e proprietários, na Ilha. (MEIRA FILHO, 1978, p. 106)

As normas técnicas para urbanização e construção estabelecidas pela lei mencionada na citação acima foram substituídas pelo Plano Diretor Urbano das Ilhas de Caratateua e Mosqueiro na década de 1990, o qual ressaltava a necessidade de conservação e preservação dos aspectos naturais e ambientais dessas localidades, dado seu valor enquanto uso turístico, entretanto, o que se observa em Mosqueiro e fundamentalmente na orla é um descumprimento das leis orgânicas

municipais, o que se verifica no tamanho e padrão construtivo das barracas que sendo concessão da PMB, a cada momento tem seu espaço ampliado para dentro dos limites da área das praias, retomaremos a questão mais adiante.

#### **2.4.2 Rede de comunicação e fluxos turísticos em Mosqueiro**

A urbanização interna de Mosqueiro legitimada pelos poderes públicos, como relata a citação acima, pode ser compreendida a partir das assertivas de Davidovich (2002) sobre o ideário ocidental de modernização, o qual se pauta na racionalidade e no progresso técnico e econômico. É sobre essa égide que, como demonstra a citação anterior, se dará a normatização do espaço turístico de Mosqueiro, incide sobre a configuração das diversas redes técnicas nessa localidade como no caso da rede de comunicação, a qual não mais terá seu aporte exclusivamente relacionado ao eixo de circulação, mas também, pelo estabelecimento da rede de telefonia que na época de sua instalação nessa localidade restringia-se à telefonia fixa através da empresa estatal de Telefonia do Pará (TELEPARA) vinculada a Empresa Brasileira de Telefonia (EMBRATEL),

Assim como a rede de energia elétrica, até a década de 1980, a rede de telefonia abrangia apenas a área da Vila até o Murubira, o que determinou sua concentração nessa área, fato verificado no número de telefones públicos dispostos na orla do Farol que correspondem a 12 unidades enquanto que na orla do Paraíso são apenas 5 unidades (Trabalho de campo, Mosqueiro, maio 2006). O menor número de telefones públicos no Paraíso reflete um período mais recente da rede telefônica em Mosqueiro, ou seja, sua expansão a partir da década de 1980 até a Baía do Sol, apesar de seu centro de comando estar alocado na orla do Ariramba, e sua instalação ter sido engendrada pela construção da rodovia, o que tendenciava um espraiamento muito mais rápido e intenso dessa rede à orla das praias do eixo ocupado no sentido leste oeste.

Entretanto, como apontam os dados, a concentração da rede de telefonia fixa em Mosqueiro deu-se na orla das praias ocupadas no sentido oeste-leste, tendo como vetor principal o complexo operacional apresentado na foto abaixo. Essa foto permite identificar as estruturas ou os fixos constituintes da rede telefônica, suas antenas e torres de captação e transmissão das operações e ligações telefônicas efetuadas em e para Mosqueiro. Na parte de baixo à direita, visualiza-se o prédio central desse complexo em cujos terrenos da parte frontal em ambas as laterais fora edificado um pequeno conjunto residencial de segunda residência destinado aos trabalhadores da telefonia, fato que novamente interliga.



Foto 14: Torre de transmissão da rede de telefonia.  
Foto: SEGEP, 2006.

A telefonia fixa revolucionou a rede de comunicação de Mosqueiro que até então se restringia, em quase sua totalidade a rede de circulação, exceto pela presença de uma agência dos correios na Vila. Atualmente (2007), de acordo com técnicos da Agência Distrital de Mosqueiro, a rede de telefonia na Ilha de Mosqueiro divide-se em fixa e móvel, sendo a primeira gestada pela empresa privada TELEMAR e pela EMBRATEL, e a segunda por quatro operadoras também privadas: TIM, OI, VIVO, AMAZÔNIA CELULAR. A ampliação dessa rede permitiu uma maior acessibilidade a uma expressão vital do meio técnico-científico-informacional: a rede de Internet, que acelerou os fluxos de informação sobre a ilha, permitindo essa localidade através dos serviços de três provedores (um dos elementos do sistema de fixos de sua rede) a divulgação de serviços turísticos em escala nacional e internacional, como se discorrerá no próximo capítulo, além de ser fundamental a consolidação e ampliação da rede bancária na ilha.

Essa rede corresponde a quatro unidades relacionadas aos bancos do Brasil, Bradesco, BANPARÁ e a Caixa Econômica que funciona na ilha através de representação efetuada pelos correios. Apesar de todas essas unidades se concentrarem na área da Vila e não haver nenhum caixa eletrônico em outra parte da ilha, exceto no mês de julho quando é possível encontrar caixas eletrônicos na orla da Praia do Chapéu Virado e Murubira, os empresários ligados ao turismo e os segundo residentes afirmam que essas unidades são suficientes para atender as demandas do local. Mas, para os turistas hospedados em hotéis locais e os excursionistas deveria existir uma expansão da rede para outras áreas de Mosqueiro, assim como o uso mais “corriqueiro do débito automático” (Trabalho de campo, Mosqueiro, jul. 2006).

Segundo alguns ex-agentes distritais de Mosqueiro (Trabalho de campo, Mosqueiro, jun. de 2004; nov. de 2005; maio de 2006) essa rede auxilia a movimentação de duzentos (200) mil reais em média por final de semana durante o mês de julho o que, na visão de ex-agentes distritais, indica um valor significativo para a economia local. A movimentação de volume

monetário tendência a desmistificar o discurso posto sobre os excursionistas que visitam a ilha, qual seja: de que sendo, em sua maior parte, pertencentes a parcelas menos abastadas da sociedade belenense, sua presença não geraria retorno financeiro a ilha.

Esse discurso passou a ser recorrente em Mosqueiro com o aumento do fluxo turístico proporcionado pela tarifa urbana estabelecida pela Prefeitura Municipal de Belém na década de 1990, até então a passagem era tida como intermunicipal, apesar de Mosqueiro ser parte da cidade de Belém. Ora, uma vez descrita a cifra monetária em média gerada a cada final de semana do mês de julho, momento de maior mobilidade dos excursionistas (RIBEIRO; TAVARES, 2005), parece não fazer sentido tal assertiva sobre a prática turística excursionista em Mosqueiro.

## **2.5 As redes técnicas para o turismo e a configuração da rede turística**

A relação entre a rede de circulação fluvial e a rede de comunicação em Mosqueiro traduz exatamente as considerações de Raffestin (1993) sobre o papel dessas redes no contexto histórico anterior a era da informação, responsável pela dissociação dessas duas redes. Dissociação que, segundo Claval (1988), não se define como oposição, posto que, como se discutiu no início desse capítulo, muitos fluxos de informação se dão face a face. Esse tipo de veículo de informação é essencial ao turismo, bem como a informação publicitária que, para Friedmann (1968), estimula os fluxos turísticos, pois viabiliza o uso dos diversos recursos destinados ao lazer e à recreação. Como propõe Santos (1999; 1991), a informação tendência à comunicação entre objetos técnicos de diversas naturezas e, consecutivamente, delinea a complexidade estrutural desses.

A apreciação de tal teoria permite entender os elos de comunicação entre objetos técnicos do saneamento, do transporte e da publicidade, que se mostram como estruturas capazes de



fomentar a atividade turística. Apresentando-se enquanto prática social o turismo engendra uma série de relações com o meio geográfico onde se instala, sendo essas relações mediadas pelas técnicas, incisivamente, como assesta Urry (1996), por técnicas industriais vinculadas ao transporte, hotéis, alimentação e diversão, que acabam por configurar uma “indústria da hospitalidade”. Essa “indústria”, como considera Cruz (2000) citada no primeiro capítulo dessa obra, constitui-se através do uso das infra-estruturas de suporte ou dos equipamentos urbanos, bem como das infra-estruturas turísticas ou dos equipamentos turísticos, os quais compõem aquilo que Luchiari (1999, p.118) chama de urbanização turística em que a cidade representa:

Uma nova e extraordinária forma de urbanização, porque elas são organizadas não para a produção, como o foram as cidades industriais, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens [...] *A urbanização turística* coloca as cidades no mercado de paisagens naturais e artificiais. Algumas cidades chegam a redefinir toda a sua vida econômica em função do desenvolvimento turístico, reorganizando-se para produzir paisagens voltadas para o consumo e o lazer.

A urbanização turística de que trata Luchiari torna-se visível na implementação de programas ou projetos turísticos em que a presença das técnicas dos equipamentos urbanos e turísticos é critério decisivo. A exemplo das menções de Serpa (2002) sobre os Centros Turísticos Integrados propostos pelo governo estadual da Bahia, cujos dois critérios para a seleção de localização vinculavam-se às técnicas infra-estruturais de transportes. Na perspectiva de Friedmann (1968) as técnicas de transporte foram diretamente responsáveis por modificações no lazer social e por introduzir o homem em uma “mecanização dos lazers”:

[...] Em suma, poderíamos dizer que na vida do homem moderno deu-se conjuntamente uma *mecanização do trabalho* e uma *mecanização dos lazers*. [...] Reencontramos aqui, ainda ativas e influentes, sobre um outro plano, as máquinas de transporte, estrada de ferro, coletivo, motocicleta, avião, sobretudo o automóvel, que largamente contribuíram para modificar o lazer de seus

usuários. [...] Paul, operário, recém-saído do maquinismo industrial é apanhado no maquinismo dos transportes e da recreação. (OP. CIT., p. 12)

Na visão de Friedmann a mudança na prática do lazer, substrato da “civilização tecnicista” que marcará o fortalecimento da atividade turística nos séculos posteriores à revolução industrial, está intimamente relacionada à instrumentalização da produção que delineia um “tempo liberado”, diferenciado do “tempo flutuante” ou do “tempo dormente” das sociedades pré-maquinistas. Não se pretende aqui fundir lazer e turismo, esse último tendo sua delimitação empreendida na primeira parte desse trabalho, mas demonstrar a intensa relação entre a técnica e a matização dos implementos que conduziram a formatação da viagem turística atual, dentre eles, a modificação da relação de lazer. A relação entre a técnica e a formatação do turismo nos moldes contemporâneos está para além da instrumentalização dos transportes, mas exige cada vez mais outros mecanismos de intervenção urbanística, a exemplo dos sistemas de tratamento de esgoto sanitário da Bahia apontado por Serpa (2002) e de Mosqueiro apontado por Costa e Tavares (2005).

Mais que isso, a formatação do turismo exige um padrão espacial articula pelos equipamentos urbanos e equipamentos turísticos, os quais como componentes de um único sistema de objetos se articulam em redes que formatam a urbanização turística. Essa, substrato da técnica das ações engendradas pela era da informação tecnológica, impulsionou e acelerou a mobilidade de coisas e pessoas em proporções muito mais expressivas do que as promovidas pelas vias férreas e marítimas apreciadas no início do século XX por La Blache (1954). A aceleração da mobilidade de coisas e pessoas intensificou as articulações turísticas, que impõem novos ritmos e novos padrões à sociedade contemporânea.

Mobilidade é o termo chave para entender, na apreciação de Castells (2002, p. 501), a construção da sociedade contemporânea, dado a evidência de um ‘espaço de fluxos’ que “[...] é a

organização material das práticas sociais de tempo compartilhado [...]”. Portanto, vive-se em uma sociedade de fluxos de todas as ordens: de capital, de informação, de sons, imagens, símbolos, entretenimento. Santos e Silveira (2002) acrescentam a esses fluxos os estabelecidos pelas viagens, turismo e lazer, que no território brasileiro empreenderam um dinamismo no número de visitantes estrangeiros sendo 5,53 milhões no ano de 1998, no número de hotéis principalmente nas capitais estaduais e no número de agências de viagens, que nos últimos 20 anos do século passado cresceram mais de 200%. Esses números são mais expressivos nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerias e Rio Grande do Sul e estão vinculados:

[...] tanto a funções de governo como ao próprio dinamismo da indústria, do comércio e dos serviços, sobretudo das atividades ligadas à informação [...] Trata-se, ao mesmo tempo, da instalação de cadeias globais ou da ampliação das suas infra-estruturas e localizações (Sofitel, Holiday Inn, Sheraton, Othon, Caesar Park, entre outras) e da instalação de pequenos hotéis e pousadas administradas por famílias [...]. (IDEM, p. 235)

Os fluxos turísticos, na concepção de Urry (1996), incidem sobre dois traços geográficos para os serviços ofertados por essa atividade: uma “fixidez espacial” proveniente da particularidade do lugar de seu desenvolvimento e uma “conexidade espacial” entre produtores e consumidores inerente à natureza dos produtos ofertados aos turistas (refeições, bebidas, uma ida ao parque de diversão, etc). Para o autor, esses traços espaciais, no entanto, não impedem que em muitos casos o “produto turístico” a ser adquirido seja pouco claro, pois, sendo o turismo *a priori* uma prática social e cultural, a constituição de indústrias de serviços ligadas a essa prática é altamente problemática. Tal problemática reside na complexidade da própria configuração espacial estabelecida pela atividade turística, que sendo fluida não prescinde aos fixos, sendo

seletiva, não prescinde a conexidade que varia de acordo com a densidade dos locais, portanto, como se vê, ela define e é definida por uma configuração espacial em rede.

A acentuada densidade de alguns lugares incide, de acordo com Raffestin (1993), sobre a centralidade e, essa acaba por designar, como mostra Tavares (1999), núdulos privilegiados em que são geridos os demais núdulos, por meio de um padrão geográfico cujas estruturas e as ações definem-se em rede. As redes são estabelecidas, como se mencionou em outro momento, a partir da relação de fixos e fluxos que compõem sistemas de objetos e de ações, ambos fundados sobre a mobilidade crescente dos capitais. Essa mobilidade representa, no entender de Santos (1999), o imperativo e a exigência da criação de objetos e lugares favorecedores da fluidez, a exemplo dos oleodutos e dos teleportos.

Mas apesar dessa fluidez as redes não são primordialmente fluxos, mesmo diante do privilégio dado a esses por alguns autores como Castells (2002), como demonstra Santos (IDEM): “animadas por fluxos, que dominam o seu imaginário, as redes não prescindem de fixos – que constituem suas bases técnicas – mesmo esses fixos são pontos [...]” (p. 221). Esses pontos configuram o padrão geográfico dos núdulos que podem ser tanto intermediários (coordenadores das interações entre os vários pontos), quanto centrais na rede (local das funções estratégicas), ou seja, núdulos privilegiados a que se referiu Tavares (1999).

Pode-se, então, entender os nós de uma rede como os locais onde se materializa a conexão, a referência e o poder dentro da rede, contudo, como demonstra Castells (2002), essa materialização é instável, móvel, como tudo na rede. Isso implica dizer que nós são conectados e desconectados à rede conforme mudam as funções a serem desempenhadas por essa, o que promove redefinições das características dos lugares a serem acessados e da hierarquia desses. Tais eventos são próprios à natureza das redes, já que, como descreve Raffestin (1993), essas

para melhor reter suas relações possuem a propriedade de se deformarem pela possibilidade dada por seus “fios seguros” e flexíveis de construir novos caminhos a novos pontos:

[...] A rede é proteiforme, móvel, inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando território: tanto libera como aprisiona. É por ela ser o “instrumento” por excelência do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 204)

Para Santos (1999) o território reticular de Raffestin somente torna-se compreensível através dos níveis de solidariedade traçados pela rede, sendo esses níveis: o mundial, o nacional e o local. O primeiro constitui-se como a própria forma empírica da rede, o segundo constitui-se como formas frágeis de controle e regulação das redes e o terceiro constitui-se como esfera de singularidade aos fragmentos da rede. Nesse contexto, a organização espacial atual tem dinâmicas em que os ritmos das ações dão “tons” em que a ordem global das redes busca impor a todos os lugares uma única racionalidade, mas que por ser seletiva, onde recobre, coexiste com diversas racionalidades. Isso porque, como constata o próprio Santos, as redes são sócio-técnicas: “[...] Ativas e não passivas, as redes não têm em si mesmas seu princípio dinâmico, que é o movimento social [...] Esse movimento tanto inclui dinâmicas próximas aos locais, quanto dinâmicas distantes, universais [...]” (p.221).

É justamente o movimento social das redes, com suas dinâmicas locais e universais que permite, na visão de Costa e Tavares (2004; 2005) falar em uma rede forjada pelo turismo, já que esse movimento em relação ao turismo cria padrões espaciais que não mais se limitam às redes técnicas, mas configuram uma rede que lhe é própria, a qual aqui estamos chamando de rede turística, cujo suporte é dado pelas redes técnicas. Em outras palavras, um movimento social por excelência que organiza um dado local, em que os sistemas de objetos e de ações engendrados

denotam a esse local característica de nó privilegiado de entrada de uma rede turística. Essa constituída pela articulação de áreas emissoras e núcleos receptores de turistas, os quais delineiam os principais fluxos da rede turística cuja conexidade é dada por redes de suporte e equipamentos turísticos que, para Luchiari (1999), compõem a urbanização turística.

A rede de suporte aqui apresentada se diferencia da apontada por Cruz (2000) que se referia aos equipamentos turísticos. Na rede turística a rede de suporte corresponde à infraestrutura urbana como se demonstrou no capítulo anterior; enquanto que os equipamentos turísticos correspondem, além dos elementos apresentados por Boullón (2002), as empresas e atrativos turísticos (as primeiras relacionadas a organização e operacionalização da prática turística e os segundos vinculados aos objetos a serem vistos e sentidos pela prática turística).

Nesse sentido, os equipamentos turísticos indicam os fixos da rede turística mais diretamente ligados ao turismo tais como os meios de hospedagem, de alimentação e meios de entretenimento (como cadeias de hotéis, pousadas, restaurantes, cafés, *night clubs* e parques temáticos, etc.); empresas turísticas (agências de viagens que se ocupam da propaganda, da venda de passagem, reserva de hotéis, etc.; operadoras que se responsabilizam pelo transporte, pela informação, pelo guia) e; atrativos turísticos (sítios naturais, museus, eventos etc). Castells (2002) visualizou uma rede de hotéis internacionais construída como espaço de segregação do estilo de vida das elites:

Assim surge a construção de um espaço (relativamente) segregado no mundo ao longo de linhas conectoras do espaço de fluxos: hotéis internacionais cuja decoração, do *design* do quarto à cor das toalhas, é semelhante em todo o planeta para criar uma sensação de familiaridade com o mundo interior e induzir à abstração do mundo ao redor [...] (p. 506)

A rede turística contempla nexos mais abrangentes que a rede de hotéis, visualizada por Castells, em primeiro lugar por não se limitar aos fluxos da elite internacional, mas se estender

aos mais diversificados grupos sociais, em segundo lugar, por não se restringir a cadeias de hotéis, conforme se mencionou anteriormente. A partir da análise de rede nota-se um conjunto de possibilidades de nexos articulados pela atividade turística, sendo essas possibilidades delimitadoras de redes turísticas, cuja viabilidade determina-se pelo que Dias (1995) caracterizou como redes de suporte, ou seja, as tecnologias e infra-estruturas, necessárias à acessibilidade dos fluxos turísticos, tais como redes de energia, de saneamento, de circulação, de financeirização.

Indo ao encontro dessa aceção Raffestin (1993) também entende ser as infra-estruturas o suporte para o “desenho”, construção e utilização de uma rede, em que ao serem organizadas sobre o modo da “tabularidade” ampliam o número de mediações possíveis e passam a se constituir, também, como redes que ativam pontos e linhas em determinada área. O modo de tabularidade discorrido por Raffestin, constitui-se como fundamento essencial para que se possa falar em rede turística, isso porque conforme relata, o autor esse modo possibilita a articulação e utilização de inúmeros pontos e linhas que igualmente denotam inúmeras redes nas mais diversas escalas. É nesse viés, que as tecnologias e infra-estruturas possibilitam articulação de pontos e linhas para o turismo, em outras palavras constituem-se como rede de suporte ao “desenho” da rede turística.

Porém, assim como todas as redes, a rede turística não é homogênea já que é seletiva e, como tal não pode ser uniforme. Por ser extremamente fluída pode-se dizer que essa rede é uma expressão da inversão do papel da circulação para a produção, pois, como demonstra Santos (1999): “não é mais a produção que preside a circulação, mas é esta que conforma a produção” (p. 218). Essa afirmativa conduz a considerar a circulação de turistas ou a prática turística como definidora da produção espacial do turismo em rede, em outras palavras, os sistemas de objetos delineados nos parágrafos anteriores só se configuram enquanto rede turística no movimento da ação, como discorre o próprio Santos: “[...] a primeira característica da rede é ser virtual. Ela

somente é realmente real, realmente efetiva, historicamente válida, quando utilizada no processo da ação” (p. 220), o que revela sua ambigüidade e hibridez, bem como dos sistemas de objetos e de ações inerentes a ela.

Em se tratando dos sistemas de objetos e de ações da rede turística sua configuração só é visível e concreta quando da efetivação da ação ou prática dos eventos turísticos, já que muitos desses sistemas fazem parte de outras redes ou correspondem a infra-estruturas urbanas, a exemplo das redes de suportes e dos equipamentos turísticos como a distribuição de energia elétrica, hotéis e restaurantes. A apreciação desses fatos revela a complexidade embutida na própria estruturação contemporânea do turismo, o que reforça a apreciação desse através da concepção de rede, pois, como demonstra Dias (2005), essa “chama a atenção para a complexidade das interações espaciais, resultantes do conjunto de ações desencadeadas em lugares mais ou menos longínquos” (p.23).

Para Martin (1988), a idéia encarnada pela rede de que a realidade não é um “caos homogêneo” faz sobressair uma característica própria a ela: a configuração do processo de reticulação. Na aceção do autor, esse processo se constitui a partir da observação de regularidades e singularidades mais ou menos interligadas entre si que permitem ler uma seqüência ou seguir passos. Nesse sentido, a formatação de espaços reticulares como diz Martin (p. 100): é antes de tudo uma operação cognitiva cujo substrato “comporta sempre uma oscilação entre pólos de ordem e desordem, ela é sempre um processo recursivo de ordens parciais, locais, que podem se desfazer, se estender ou se fragmentar, e dependente da posição do observador”. Esse se constitui o viés pelo qual se está propondo a discussão reticular do turismo e se passará a analisar a rede turística da Ilha de Mosqueiro.



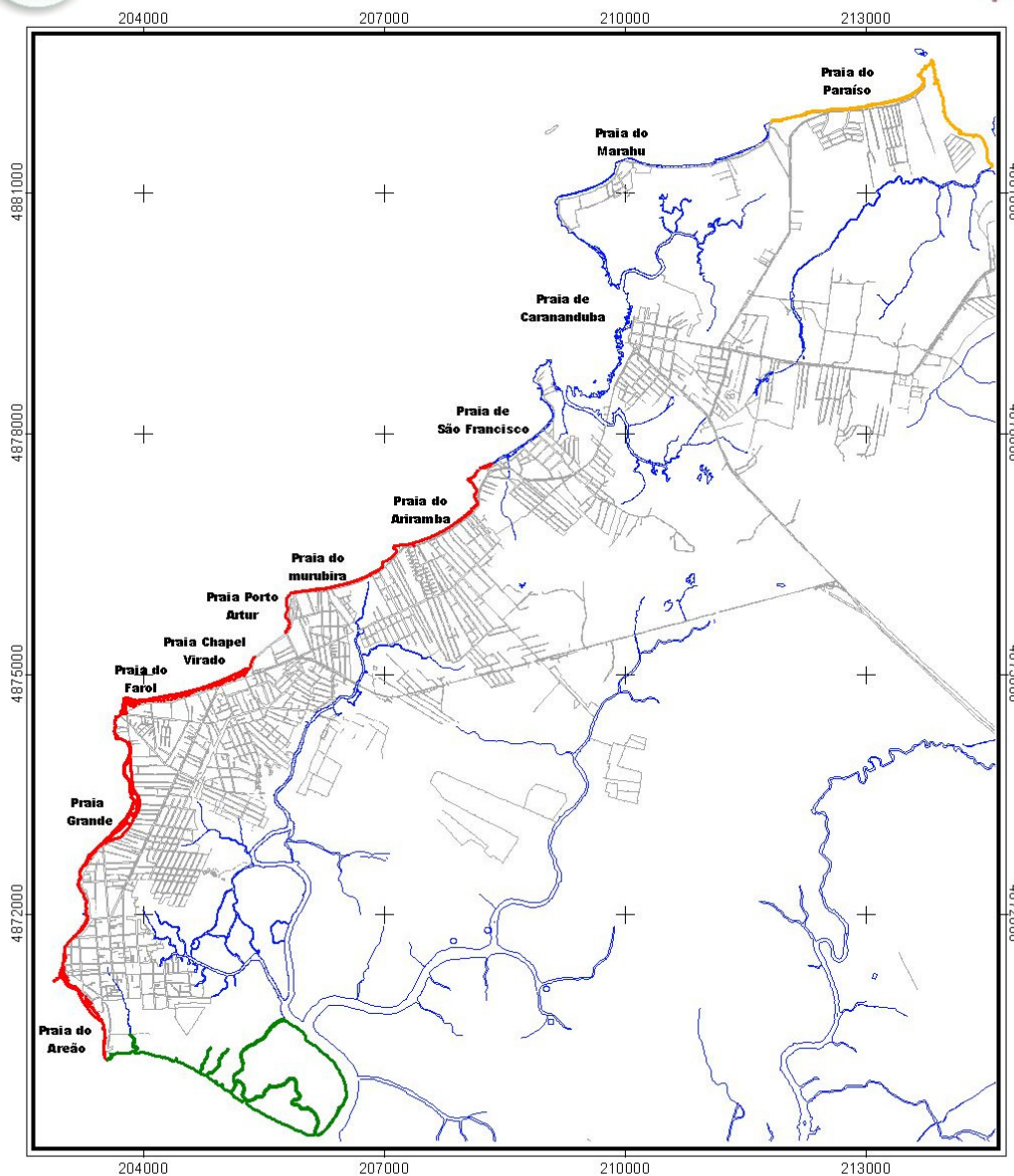
### **CAPÍTULO III: SELETIVIDADE, CONEXIDADE E EXPANSÃO DOS FLUXOS DA REDE TURÍSTICA DA ILHA DE MOSQUEIRO**

No caso da Ilha de Mosqueiro, a análise espacial dos sistemas de objetos e de ações abarcados pelo turismo, realizada em trabalhos anteriores e nos primeiros capítulos dessa obra, revelava dois aspectos da organização do turismo: a seletividade de fluxos e pontos dentro do espaço turístico dessa localidade e; a configuração dessa localidade como nó privilegiado do turismo em Belém. A configuração de Mosqueiro como nó privilegiado do turismo em Belém deu-se pelo papel que essa localidade exerceu desde o início até o final do século XX aos grupos sociais desse município, e do final do século XX até o início do século XXI aos grupos sociais nacionais e internacionais. No primeiro caso, os fluxos turísticos buscam através da viagem a Mosqueiro o lazer e o descanso nas orlas das praias do oeste mosqueirense; no segundo caso, os fluxos turísticos a princípio não buscam Mosqueiro, mas sim a parte central da cidade de Belém e que, segundo agentes de viagens (Trabalho de campo, Mosqueiro, dez. 2006), em sua maioria procuram por eventos turísticos ligados à natureza, principalmente, paulistas e alemães.

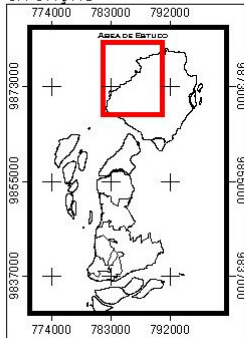
A seletividade de fluxos e pontos do turismo em Mosqueiro vem sendo demonstrada desde o primeiro capítulo dessa obra, quando da exposição do quadro 02, o que auxilia no entendimento das áreas de maior incidência dos fluxos turísticos, onde se configuram os objetos de desejo dos olhares turísticos e que se circunscrevem nas orlas das Praias do Farol, Chapéu Virado e Murubira - primeiro nóculo de incidência dos fluxos; na orla da Praia do Paraíso - segundo nóculo de incidência dos fluxos e Orla de Várzea das localidades do Castanhal do Mari-Mari, Caruaru e Espírito Santo – terceiro nóculo de incidência dos fluxos. Esses nóculos, representados no mapa da próxima página, delineiam a rede turística de Mosqueiro a qual tem sua escala de análise em três dimensões: local-nacional-internacional.



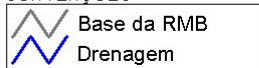
# Mapa de Orlas na Ilha de Mosqueiro/Belém - PA



### SITUAÇÃO



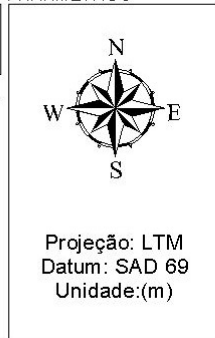
### CONVENÇÕES



### LEGENDA



### PARÂMETROS

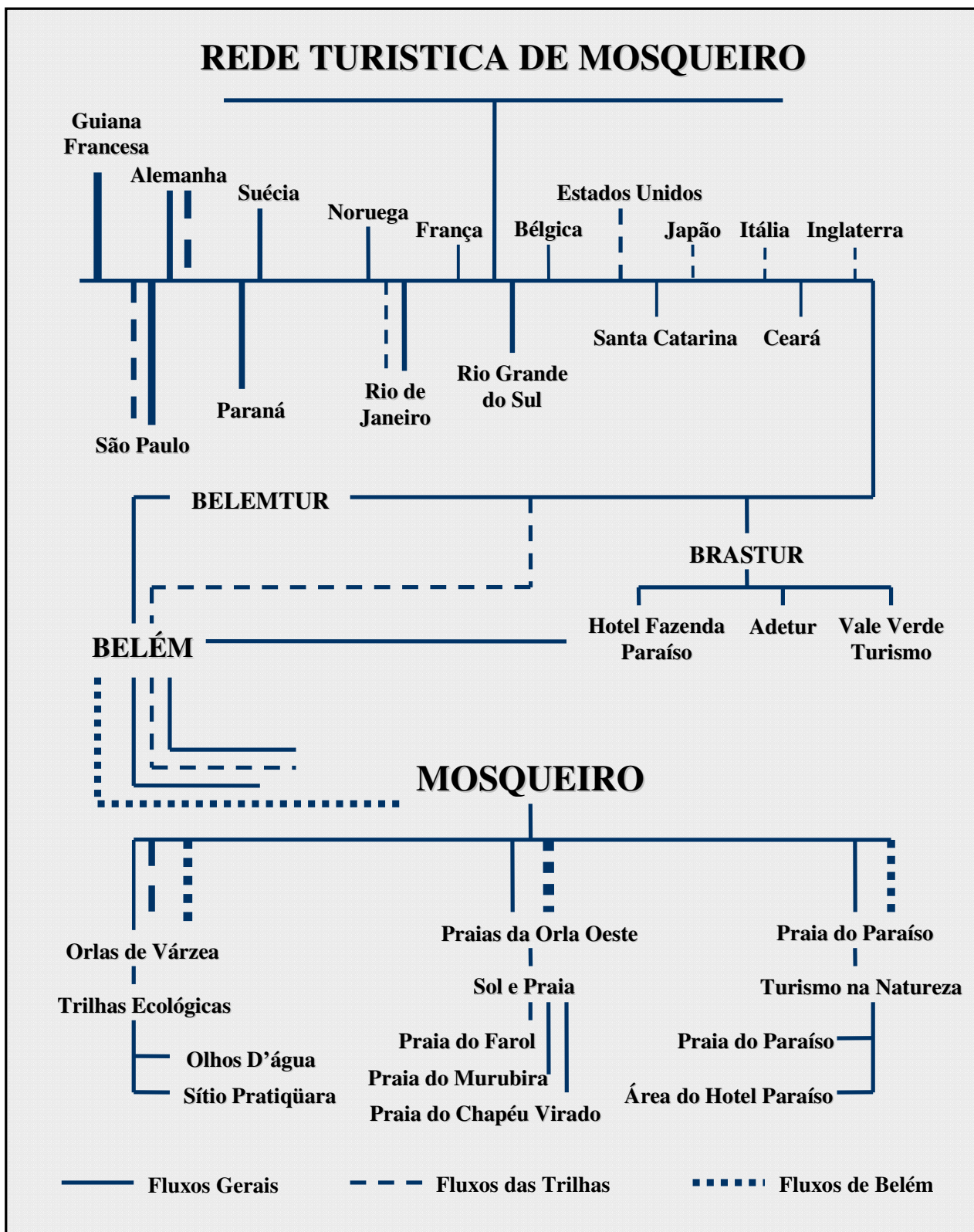


FONTE: Base Digital da RMB 2001.

<b>Geotrópico</b> Consultoria e assessoria	
Título: Orlas da Ilha do Mosqueiro	
Área:	Perímetro:
Escala:	Local: RMB
Fornecido para: Maria Augusta	Folha: ---
Responsável Técnico: Luis Sadeck	Data: 29/04/2007

No mapa anterior estão destacadas as porções espaciais mosqueirenses acessadas pela rede turística nessa localidade. As tonalidades com as quais se destacam essas porções variam de acordo com o volume da demanda turística que acessa o espaço turístico da ilha de maneira seletiva. Pode-se aferir que o turismo de sol e praia, muito praticado nas orlas do oeste da ilha, conforme se analisou em capítulo anterior, corresponde aos maiores fluxos da rede turística de Mosqueiro, tendo como centralidade o atendimento dos grupos sociais belenenses. Em seguida, de acordo com os relatos de empreendedores, comerciantes e técnicos vinculados ao turismo nessa localidade, estão os eventos do turismo ecológico – as trilhas na Orla de Várzea, no extremo oeste – vinculados a movimentos excursionistas; e na natureza – na Praia do Paraíso, extremo norte da ilha. A procura por essas porções espaciais de Mosqueiro engendra-se como substrato do olhar do turista que, como comenta Urry (1996), é cada vez mais sinalizado e, dessa forma, articula uma série de ações e objetos capazes de lhes proporcionar a viagem turística em um dado momento.

Nesse sentido, os turistas que procuram a Orla Oeste para a prática do turismo de sol e praia, também, em outro momento, procuram as trilhas e a Praia do Paraíso; bem como, os turistas que procuram Mosqueiro para participar de seus eventos do turismo ecológico, freqüentam as praias da Orla Oeste. Isso porque, conforme se constatou na fala de turistas, os discursos ambientalistas acabaram por sinalizar seu olhar, o que provocou uma procura pelo contato com a “natureza” nas mais variadas escalas, desde os fluxos turísticos belenenses até os fluxos nacionais e internacionais. Esses últimos são articulados por agências e operadoras turísticas em Belém conectadas a outras agências e operadoras nacionais através da Associação das Agências e Operadoras Brasileiras (BRASTUR), que promovem a circulação desses na ilha de Mosqueiro acessando e conectando pontos dessa localidade, conforme apresenta o organograma 03 exposto na página seguinte.



ORGANOGRAMA 03: Áreas emissoras e receptoras dos fluxos da rede turística de Mosqueiro.

Fonte: Elaborado a partir de dados extraídos das entrevistas realizadas com turistas, comerciantes locais, agentes e operadores turísticos, técnicos da Prefeitura Municipal de Belém e donos de hotéis, em Mosqueiro entre 2005 e 2006.

O organograma anterior expõe as articulações entre as áreas emissoras e receptoras de fluxos dentro da rede turística de Mosqueiro, sendo esses fluxos representados pelas linhas, cuja espessura indica a intensidade com que se interligam à rede, portanto, quanto mais grossa e escura a linha maior o fluxo turístico, sendo os fluxos nacionais em relação ao internacional menos expressivos apesar da espessura de suas linhas serem similares às do internacional. A variação do traçado dessas linhas no organograma 03 indica a diferença dos eventos turísticos nos quais os fluxos se estabelecem, mediados por associações, agências, operadoras e companhias de turismo, como a Vale Verde Turismo que oferece passeio fluvial à ilha e a BELEMTUR que articula visitas à trilha Olhos D'água e fornece informações sobre as praias e serviços.

Há ainda uma parcela de fluxos turísticos nacionais e internacionais que se conectam diretamente a Mosqueiro, como se visualiza através da linha tracejada exposta na parte central do organograma exposto acima. Esses fluxos dizem respeito às demandas que se direcionam para a área das trilhas na Orla de Várzea conectada pela rede turística mosqueirense, a qual recebe também fluxos das agências e companhias supracitadas e, ainda organiza fluxos gerais que tratam das demandas nacionais e internacionais em direção às diversas porções espaciais do turismo conectadas pela rede e; fluxos das demandas belenenses em direção às diversas porções espaciais abarcadas pelas redes.

O entendimento da organização desses fluxos permite compreender a articulação da rede turística de Mosqueiro em escala mundial (representada no primeiro plano do organograma), nacional (representada no segundo plano) e local (representada no terceiro plano do organograma). No caso da primeira escala, a maior intensidade de fluxos relaciona-se à Guiana Francesa e a menor aos Estados Unidos da América, conforme se observa na espessura das linhas que interligam essas áreas à rede turística no organograma 03. A presença de estrangeiros na ilha sempre foi fato marcante desde o início do século XX, os quais, a propósito, foram os iniciadores

da prática turística nessa localidade, como se mencionou em outro momento desse trabalho e como assesta Meira Filho (1978): “dessa presença alienígena ganharia a Ilha do Mosqueiro seus mais fortes freqüentadores. Alemães, ingleses, franceses, americanos” (p. 45).

Esses freqüentadores, aos quais se refere o autor, têm suas práticas turísticas diferenciadas dos atuais turistas estrangeiros que visitam a ilha, pois eram migrantes trabalhadores que residiam na parte central de Belém e tinham segundas residências nessa localidade. Já os fluxos de turistas em escala mundial que freqüentam Mosqueiro no início do século XXI, de acordo com dados extraídos das entrevistas com turistas e agentes de viagem (Trabalho de campo, Mosqueiro, set. 2006), são procedentes de grandes excursões e, assim como os fluxos de turistas nacionais, permanecem na ilha em média dois (2) dias, durante os quais gastam entre duzentos (200) e trezentos (300) reais.

Nesse íterim (dois dias em média), como relataram empreendedores e comerciantes da ilha (Trabalho de campo, Mosqueiro, maio 2006) e se representou no organograma 03, um grande número da demanda turística nacional e internacional se direciona para porções do espaço turístico mosqueirense por meio de excursões que perpassam as áreas das trilhas, as praias do oeste da ilha e a Praia do Paraíso. Outro grupo dessa demanda turística se direciona quase que exclusivamente à área das trilhas Olhos D’água e Sítio Pratiqüara, onde há a predominância do turismo ecológico, que é o evento turístico procurado por turistas nacionais e estrangeiros, como comenta um agente de viagem: “eles chegam aqui e querem ver a floresta, a mata [...] a gente leva eles lá nas trilhas depois vem nas *praias de água doce com onda* e mais tarde passa na Praia do Paraíso e eles ficam encantados com a vegetação de lá, eles tomam banho e acham tudo lindo [...]” (Trabalho de campo, Belém, dez. 2006).

Em se tratando dos fluxos em escala nacional, como mostra o organograma 03, a demanda mais expressiva é a paulista, seguida pela paranaense e carioca. Essas fazem uso dos espaços das

trilhas, das praias do oeste mosqueirense e da Praia do Paraíso, onde se destacam, pois como relata um representante do ramo hoteleiro local a divulgação de eventos em meio digital (Internet) e de comunicação das áreas emissoras acaba atraindo um bom número desses turistas, que em média passam dois dias na localidade. Tal evidência difere os fluxos nacionais dos fluxos internacionais que, em geral, passam um dia em excursão pela ilha, e demonstra que, tanto em uma escala quanto em outra, a fluidez turística na área acaba sendo muito intensa, como revela um empreendedor: “[...] eles passam por Belém muito rápido indo para Manaus, só podem ficar dois dias [...] Ai vem p’ra Mosqueiro que é mais perto” (Trabalho de campo, Mosqueiro, jan. 2005).

É importante ressaltar que nas áreas das trilhas nas quais os fluxos nacionais e internacionais se dirigem diretamente, ou tão somente, a essas áreas, os mais intensos são os paulistas e os alemães, respectivamente, mesmo esses últimos aparecendo no organograma 03 em segundo lugar quando se trata de fluxos gerais, observa-se que a linha representativa dos fluxos do turismo ecológico nas trilhas são mais espessas em direção a Alemanha. Além disso, a participação dos fluxos internacionais em Mosqueiro tem abrangido o período de veraneio e o uso das orlas das praias dessa área, conforme discorre um técnico da BELEMTUR: “[...] esse ano tamos tendo uma grande demanda de turistas internacionais, eu digo grande em relação a outros momentos. Eu digo nesse período de veraneio” (Trabalho de campo, Mosqueiro, jul. 2006).

A questão posta pelo técnico da BELEMTUR aponta um aspecto relevante sobre a rede turística de Mosqueiro, que diz respeito a sua sazonalidade, dado o fato de que por ser extremamente fluída a rede turística conecta e desconecta pontos e fluxos nas diferentes escalas em dados períodos de tempo. A rede mosqueirense tem suas linhas interligadas à escala mundial, fundamentalmente nos meses de agosto e setembro, quando ocorre o período de férias no continente europeu (área de maior emissão de turista internacional da rede). Essas linhas não

costumam ser tão nítidas em outros períodos do ano, apesar de não desaparecerem completamente, mas durante o período do veraneio (mês de julho, em que se dão as férias paraenses) os fluxos desenham linhas mais espessas nas demandas turísticas dos grupos sociais residentes em Belém.

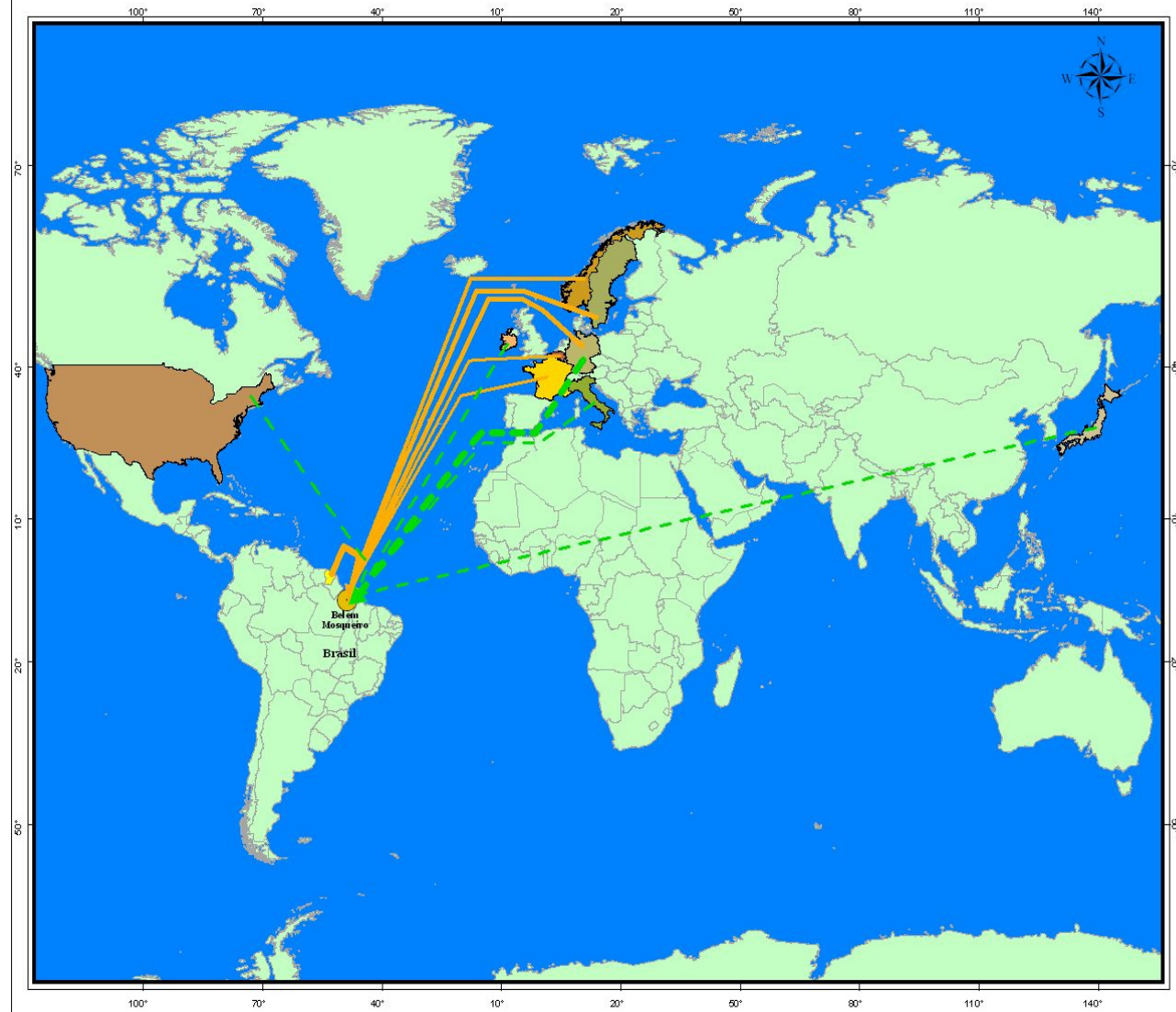
As demandas belenenses estão representadas na base do organograma 03, onde se desenha a escala local da rede turística de Mosqueiro, sendo responsável pelos maiores e mais regulares fluxos turísticos dessa rede. Essa demanda, segundo dados da PMB e das entrevistas realizadas com esses turistas, em sua maior parte procura as orlas de praias do oeste da ilha pelas atrações musicais e esportivas, e as orlas das praias do norte da ilha pela tranquilidade e contato com a natureza. E, de acordo com dados da BELEMTUR (PMB, 2006), 77% dos freqüentadores de Mosqueiro em julho eram provenientes de outras áreas do Município de Belém que em sua maioria tinham entre vinte e seis (26) e trinta e cinco (35) anos, viajavam com a família e permaneciam de três (3) a cinco (5) dias na ilha, onde gastavam em média trezentos (300) reais durante sua estadia.

As escalas locais, nacionais e internacionais aqui tratadas demonstram a organização espacial do turismo na Ilha de Mosqueiro em múltiplas escalas geográficas, em que os fluxos interagem em dimensões e proporções diversas, sendo os ligados à demanda local os mais presentes em todas as três orlas que representam as nodosidades da rede turística de Mosqueiro, como bem mostra o mapa da escala local, apresentado a seguir. Nesse mapa visualiza-se a sistematização dos dados qualitativos sobre áreas emissoras e receptoras da rede turística de Mosqueiro. Esse mapa representa apenas um dos três mapas apresentados a seguir, nos quais se pode visualizar os fluxos e direcionamentos espaciais da rede mosqueirense, sendo o primeiro referente aos fixos e fluxos em escala mundial, o segundo em escala nacional e o terceiro em escala local.





# Fluxo Turístico Internacional para Mosqueiro - Pará

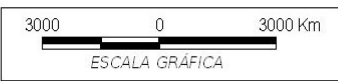


### SITUAÇÃO



### LEGENDA

- Localização de Mosqueiro
  - Quantidade de fluxos gerais por Espessura.
  - Quantidade de fluxos de trilhas por Espessura.
- Países de fluxo turístico para Mosqueiro
- Bélgica
  - França
  - Alemanha
  - Inglaterra
  - Japão
  - Noroega
  - Suécia
  - Estados Unidos
  - Itália
  - Guiana Francesa
  - Divisão Política Mundial



**Geotrópico**  
Consultoria e assessoria

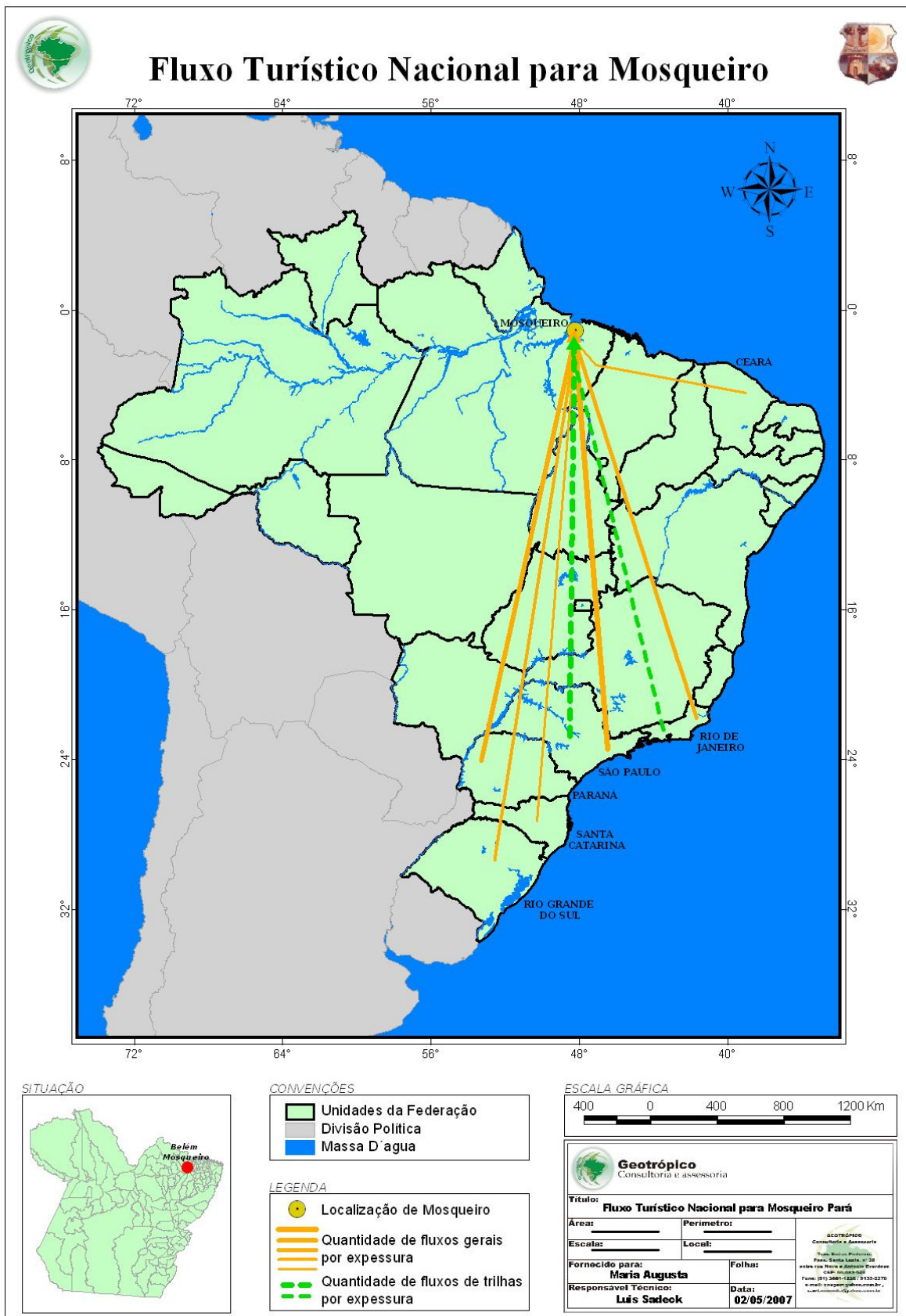
**Título:** Fluxo Turístico internacional para Mosqueiro Pará

**Área:** \_\_\_\_\_ **Perímetro:** \_\_\_\_\_

**Escala:** \_\_\_\_\_ **Local:** \_\_\_\_\_

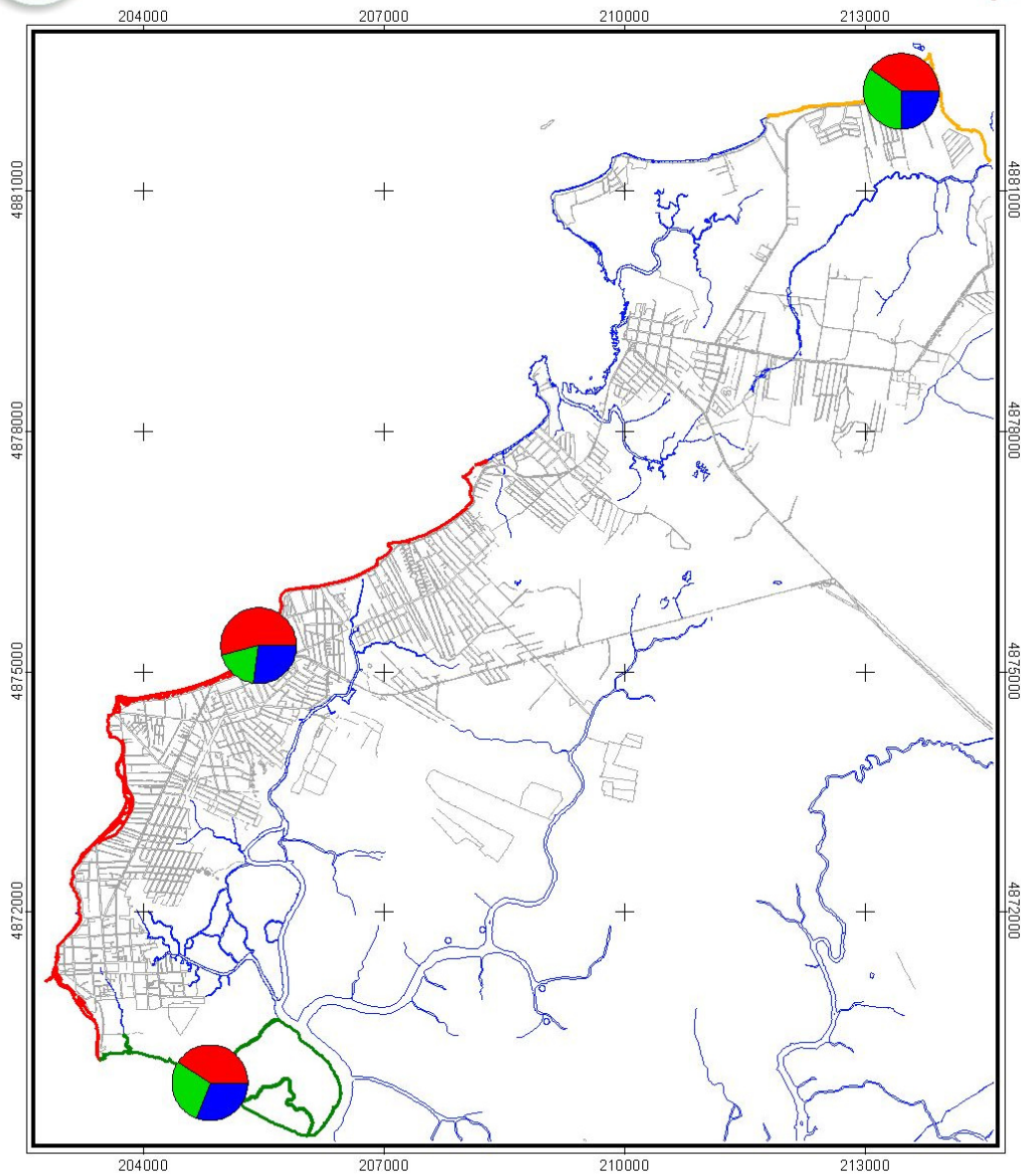
**Fornecido para:** **Maíra Augusta** **Folhas:** \_\_\_\_\_

**Responsável Técnico:** **Luis Sadeck** **Data:** **02/05/2007**

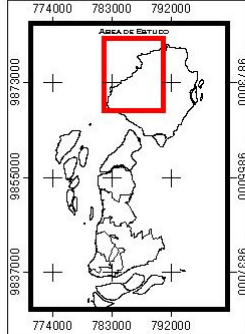




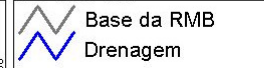
## Mapa de Orlas com o Fluxo de Visitantes na Ilha de Mosqueiro/Belém - PA



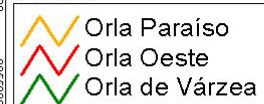
**SITUAÇÃO**



**CONVENÇÕES**



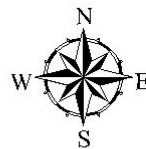
**LEGENDA**



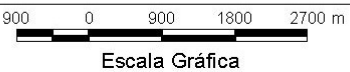
**Visitantes**



**PARÂMETROS**



Projeção: LTM  
Datum: SAD 69  
Unidade: (m)



FONTE: Base Digital da RMB 2001.

<b>Geotrópico</b> Consultoria e assessoria		Titulo: Orlas da Ilha do Mosqueiro e Quantidade de Visitantes	
		Área: Perímetro:	Escala: Local: RMB
Fornecido para: Maria Augusta	Folha: - - -	Responsável Técnico: Luis Sadeck	
		Data: 29/04/2007	<small>                     Geotrópico Consultoria e Assessoria Rua: Nova Paulista, Para: Belém, PA, 66015-000 Av. Eng. Roberto de Almeida Farias, Cm. 04-010-010 Fone: (91) 241-0288 / 9119-8239 E-mail: contato@geotropico.com.br www.geotropico.com.br                 </small>

### 3.1 Os fluxos e a dimensão transescalar da rede turística de Mosqueiro

As relações dos fluxos na rede turística de Mosqueiro dependerão, como já se mencionara desde o primeiro capítulo, dos olhares dos turistas e dos agentes de turistificação dos lugares (URRY, 1996; KNAFOU, 1999), os quais divergirão em vários aspectos sobre o uso turístico da rede mosqueirense mas se interconectarão em tantos outros, o que pode ser constatado na base do organograma 03 onde se observam as inter-relações dos fluxos no espaço de Mosqueiro. Em se tratando da organização espacial da rede, como se observou, esses aspectos influenciaram na construção dos nós privilegiados da rede sem se excluírem mutuamente, isso porque, por um lado, em vários momentos os objetos espaciais de um dado nó da rede acabam servindo de base e referência a outro nó e vice-versa e, por outro lado, o uso efetivo desses nós será dimensionado pela escala geográfica do turista.

A criação de nós privilegiados na rede turística, a exemplo da Orla de Várzea, das praias da Orla Oeste e da Praia do Paraíso no espaço turístico mosqueirense, permite vislumbrar redes turísticas constituídas a partir de cada um desses nós, ou seja, considerando Santos (1999), redes tributárias da rede turística em que Mosqueiro se configura como nodosidade central. Na concepção desse autor, esse fato decorre da natureza não uniforme das redes: “[...] Num mesmo subespaço, há uma superposição de redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas [...]” (p. 214). Ora, como se demonstrou anteriormente, para Raffestin (1993) essa constelação de pontos e traçados é fruto da “organização em tabularidade” que inerente à natureza de rede proporciona inúmeras e flexíveis mediações, traçadas em relação aos objetivos de seus atores e ao caráter concentrador ou dispensor proposto à rede.

Essa característica das redes lhe determina um caráter de organização complexa entendida a partir dos pressupostos de Morin (2005), para quem toda organização remete ao mesmo tempo

a uma unidade e uma multiplicidade criadoras de ordem e desordem. Raffestin (1993) e Santos (1999) também se inserem nessa perspectiva quando indicam, respectivamente, que as redes denotam um centro de decisão no qual as coações técnicas, políticas e econômicas só tornam possíveis de concretizar redes médias e não as máximas e; uma constante criação de ordem e desordem espacial. No caso dos espaços turísticos, cuja configuração em geral se desenvolve de maneira transescalar, a análise a partir das redes permite a consideração de sua complexidade organizacional embutida na prática social do turismo.

Nesse sentido, é possível entender a estruturação espacial promovida pelos diversos fluxos nas escalas geográficas da rede turística como conflituosos mas também solidarizados entre si, o que gera fenômenos ordenados como substratos de turbulência. Com isso, pretende-se dizer que o turismo deve ser considerado como engendrador de uma organização solidarizada nas várias dimensões em que abarca. Tal assertiva pode ser averiguada na rede turística de Mosqueiro em que tanto os turistas quanto as empresas turísticas e os residentes no local congratulam-se com a visão de que é o turismo central na organização da ilha. Essa assertiva fica evidente na fala de um residente local sobre o turismo realizado na trilha Olhos D'água: “isso valorizou muito a gente por que as pessoas passa aqui escutam as nossas estórias, acham elas bonitas e contam p'ra outros, isso deixa a gente orgulhosos” (Trabalho de campo, Mosqueiro, jan. de 2004).

Mais que a representação social mencionada acima, a articulação dessa porção espacial à rede turística de Mosqueiro, propiciou aquilo que Grunewald (2001) chama de “estratégias de mobilização cultural”, em outras palavras, incidiu sobre a organização de grupos folclóricos e do artesanato local. Isso porque, como se relatou em trabalhos anteriores (COSTA, 2003, 2004 e 2005), a confecção de peças como a varinha do amor, muito usada no início do século nessa localidade, só passou novamente a fazer parte dos instrumentos locais com a instalação da trilha, bem como, a confecção de “bio-jóias” retratada na foto a seguir. A bio-jóia é um termo genérico

usado para se referir à produção de bijuterias confeccionadas com sementes, cascas e folhagens de espécies vegetais, geralmente coletadas na floresta. Como é o caso das bio-jóias apresentadas na foto abaixo que destaca os cordões e pulseiras confeccionadas com a semente das espécies Mari-Mari e açazeiro, por moradoras da localidade de Caruaru.

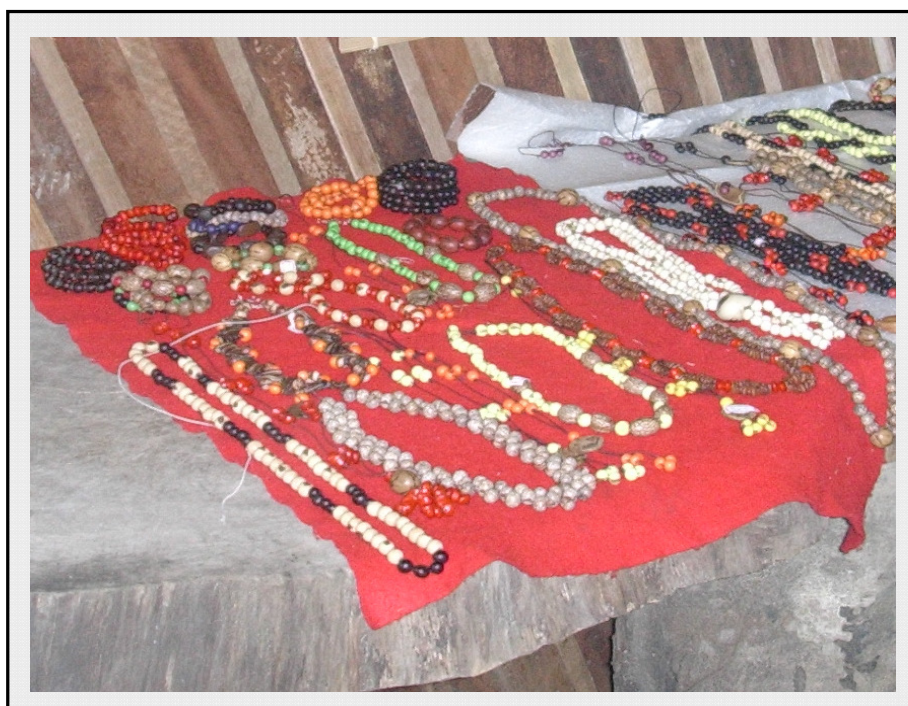


FOTO 15: Mostra da produção de bio-jóias em Mosqueiro.  
Foto: Tavares, 2005.

Além dos aspectos mencionados acima, a análise do turismo pelo viés da rede permite entender ainda a contribuição da visão do turista sobre o local visitado, pois como assesta Tuan (1980), as representações e percepções sobre a área a ser visitada provocam durante a realização da viagem entusiasmos ou posturas críticas que, mesmo em muitos casos sendo superficiais, são relevantes e válidas por proporcionar uma perspectiva nova às áreas visitadas. Essa perspectiva nova é inerente ao fato de que o turista por não viver na área visitada é capaz de observar méritos

e defeitos que passavam despercebidos aos moradores, pois como menciona Tuan “[...] o visitante e o nativo focalizam aspectos bem diferentes do meio ambiente [...]” (IDEM, p.72), assim, o turista pode contribuir ao planejamento e à reestruturação espacial das áreas visitadas.

A interferência dessa contribuição, ao contrário de promover a aculturação ou desagregação das referências sócio-espaciais, pode proporcionar as relações sociais dentro das redes como o conjunto das ações empreendidas pelos agentes conectados em lugares mais ou menos distantes, cujo substrato indica complexas interações espaciais, conforme ressalta Santos (1999): “[...] cada fase do processo pode também ser vista como uma situação; e cada situação pode ser vista como um corte num movimento que é desigual, segundo levemos em conta esse ou aquele elemento [...]” (p. 210).

De acordo com Dias (2005) as idéias de Santos sobre a questão das redes como forma efetiva de organização do espaço, permite pensá-las além da tradição sansimonista, como ferramentas conceituais e metodológicas que auxiliem na compreensão das mudanças espaciais atuais. Nessa direção, a autora propõe seguir uma rede de perto a partir da construção das escalas abarcadas:

De um lado a lógica das redes, definida por atores que as desenham, modelam e regulam. Parece essencial conhecer suas ações, identificando as estratégias dos atores e a maneira como as redes são desenhadas e administradas. De outro lado, a lógica territorial [...] resultado de mecanismos endógenos – relações que acontecem nos lugares entre agentes conectados pelos laços de proximidade espacial – e mecanismos exógenos – que fazem com que um mesmo lugar participe de várias escalas de organização espacial [...]. ( p. 20)

A lógica das redes e a lógica da organização espacial são construídas no processo e, portanto, as escalas de abrangência das mesmas também, isso porque como se pode abstrair da citação de Dias, exposta anteriormente, são as ações desempenhadas dentro e em rede que

denotam a configuração dos mecanismos conectados de forma endógena e exógena a um território. Tais fatores são evidenciados por Tavares (1999) em seu trabalho sobre a rede de energia elétrica na região amazônica, em que a autora demonstra como as escalas de ações dessa rede definem-na como uma estratégia logística que mesmo organizando o espaço local não “cobre” toda extensão regional, justamente, pelas intervenções nacionais/mundiais embutidas em sua “projeção escalar”.

Em relação à rede turística de Mosqueiro, essas características são mais fortemente



FOTO 16: Perspectiva frontal das instalações na área do HFP.  
Foto: Tavares, 2006.

evidenciadas na estrutura organizacional do Hotel Fazenda Paraíso (HFP) cujas instalações, parcialmente apresentadas na foto ao lado, constituem-se apenas um dos objetos logísticos da empresa turística HFP, que conta ainda com um escritório sede na parte continental da cidade de Belém.

O hotel apresentado na foto acima, atua como mediador e estabilizador das ações empresariais do HFP, nas mais diferentes escalas geográficas, desde a local até a internacional, como se observa nos anúncios publicitários do grupo, os quais vêm redigidos em português e



inglês, além, é claro, da fluidez informacional proporcionada pelo *site* da empresa na Internet. Isso corresponde, na visão de Vainer (2001), a uma estratégia ou um projeto transescalar de engajamento e envolvimento dos processos sócio-político-econômicos necessários ao ordenamento espacial em rede de qualquer empreendimento, a exemplo do HFP. As noções de transescalaridade e de “cobertura”, para Machado (1995), remetem ao potencial ou efetivo percentual de acessibilidade dos grupos sociais (ou ainda de territórios) a uma dada rede, o que é essencial ao seu entendimento como estratégia logística.

O sentido logístico de uma rede ou uma rede logística, para Machado, perpassa pelo potencial efetivo de operacionalização (em rede) das estruturas espaciais de forma a promover sua maior estabilidade e sua integração a diferentes níveis escalares de organização espacial. Santos (1999) chama atenção para a análise transescalar das redes quando declara a existência por meio dessas de três níveis contraditórios de solidariedade: o mundial, o nacional e o local. Esses três níveis de solidariedade dentro da rede turística são apresentados de forma esquemática no organograma 03 quando se consideram as dimensões de articulações entre os fixos e fluxos na rede mosqueirense para que sejam atendidas as demandas dos eventos turísticos ligados aos objetos espaciais ecológicos e praianos.

O processo de competição e cooperação entre esses níveis é apresentado por Smith (2000) como próprio à concepção de escala, que seria a resolução geográfica para a contradição embutida nesse processo, assim, para o autor: “a construção da escala não é apenas uma solidificação ou materialização espacial de forças e processos sociais contestados; o corolário também é válido. A escala é um progenitor ativo de processos sociais específicos [...]” (p. 144). Dessa forma, a escala da rede turística de Mosqueiro é ela própria construtora e construída no processo das ações turísticas, sendo claro um processo de competição entre seus inúmeros agentes que ao mesmo tempo cooperam entre si para que os eventos turísticos possam ocorrer.

Como é o caso da agência e operadora Adetur que mesmo dentro do processo competitivo entre as várias empresas turísticas coopera com outras empresas (principalmente através da BRASTUR) para que possa então estabelecer contato com outras escalas geográficas e, assim, receber fluxos turístico dessas, essencialmente os fluxos internacionais.

A rede, portanto, permite pensar, como Dias (2005) afirma, em uma ampliação da escala de ação social através de conexões entre pontos ou lugares até a dimensão global, sendo a escala geográfica construída nesse processo. Tal afirmação remete ao entendimento do local e do global como entidades não fragmentadas, já que como declara Santos (1999), o primeiro é o veículo que possibilita a efetivação do segundo. A propósito de tal temática, Massey (2000) constata a preponderância no momento atual de um sentido global de lugar, que apresenta características particulares, mas não coesas e coerentes, pois como menciona a autora:

[...] o itinerário das pessoas pelo lugar, seus refúgios favoritos e as conexões que realizam (fisicamente, pelo telefone, pelo correio ou na memória e imaginação) entre esse lugar e o resto do mundo variam muito [...] É dessa perspectiva que se torna possível imaginar uma interpretação alternativa. Nessa interpretação, o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram num *locus* particular [...] (pp. 183;184).

A constelação particular de que trata Massey no parágrafo acima, consiste na forma diferenciada com que os grupos sociais se relacionam com os fluxos e as interconexões globais que dão um sentido próprio a um lugar. A idéia de um sentido próprio de lugar faz pensar novamente na construção escalar como um processo ou, como aponta Souza (2002), com a “[...] forma e a natureza das relações sociais e suas interações espaciais, cuja percepção poderá variar bastante de acordo com o contexto [...]” (p.105). Ora, se como indica Dias (IDEM), as redes proporcionam uma maior interação entre o global e o local pela ampliação da ação escalar da

sociedade, é possível que a rede propicie a visualização com maior nitidez das proposições descritas por Souza na citação anterior, fundamentalmente quando essas dizem respeito ao turismo, essa prática que envolve diversos grupos sociais e inúmeras perspectivas de olhares sobre um dado local, subdivididas entre os residentes e os visitantes do local turístico.

É a variação de percepção em um dado contexto que denotará a seletividade dos objetos espaciais encontrados no local e atrelados à rede turística através da intensidade com que os fluxos turísticos se utilizam desses. Para Luchiari (1999), esse se constitui como o viés no qual as abordagens dos lugares devem ser empreendidas, incluindo os lugares turísticos, pois como ressalta a autora o movimento entre o local e o global no processo de turistificação configura um novo sentido ao lugar contemporâneo em que novas formas de sociabilidade são estabelecidas a partir da coexistência entre formas espaciais antigas e novas. Sendo a relação entre global e local definida como processo constitutivo de e na transescalaridade, pode-se dizer que a análise do turismo a partir dessa permite o entendimento das diversas visões sobre uma dada realidade.

Esse entendimento não é só necessário para ter a compreensão da estruturação de algumas formas e ações empreendidas na escala local, mas também, como se analisou anteriormente para o entendimento dos processos de cooperação e competição em rede os quais ajudam a explicitar o turismo enquanto prática social e, não somente como atividade econômica induzida pelo capitalismo (URRY, 1996; KNAFOU, 1999). Entender as múltiplas escalas em processo quando do estabelecimento de uma atividade turística implica entender os condicionantes que configuram a “bola de osmose” tratada por Bauman (1998) e apresentada no capítulo anterior, analisar os diversos e diferentes graus de espessura de sua membrana, a qual acaba por engendrar apenas relações epidérmicas com o local visitado como diz o autor: “[...] só as mais superficiais das raízes, se tanto, são lançadas. Só relações epidérmicas, se tanto são iniciadas com as pessoas do lugar [...]”(p. 115).

Essas relações são mais epidérmicas quanto mais as relações transescalares são longínquas, ao menos ao que parece nas análises sobre Mosqueiro, em que os fluxos turísticos destinados a sua orla pela escala local apresentam relações mais intensas com a área de destino, o que fica mais evidente quando se trata dos segundos residentes, os quais para Ribeiro (2005), acabam por desenvolver ações conjuntas com os moradores dessa localidade, seja por meio da relação de patrão e empregado, como no caso dos caseiros, seja pelas articulações na sede municipal para mobilizar recursos para infra-estrutura ao espaço turístico da ilha, como se demonstrou no capítulo anterior. Entretanto, isso não significa dizer que os fluxos turísticos das escalas locais e internacionais da rede turística de Mosqueiro só desenvolvam relações epidérmicas no local visitado, pois as entrevistas realizadas com os turistas demonstram que a maioria deles tinha interesse em conviver mais com aquela realidade visitada.

Como assesta Rodrigues (1996), em muitos casos são os pacotes e circuitos organizados e vendidos por agências e operadoras turísticas, os responsáveis pela criação das relações epidérmicas. Em Mosqueiro, as empresas turísticas Adetur e Vale Verde Turismo (será discutido melhor o papel dessas empresas do próximo tópico) disponibilizam “passeios” à ilha em que o turista (como o próprio nome do evento diz) “passa” por alguns dos nós da rede turística nessa localidade. Nesse viés, não são necessariamente os turistas os configuradores da “bolha de osmose”, ao contrário, muitos deles mostram-se tão interessados em viajar e conviver com os moradores da ilha, fundamentalmente em se tratando da Orla de Várzea e dos turistas das escalas nacional e internacional, que não se contentam somente em praticar a excursão às trilhas ecológicas, e passam a acampar nas áreas próximas a essas. Como ressalta um dos agentes locais envolvidos com as trilhas: “eles [... os turistas alemães] ligam, querem vir para dormir aqui no restaurante mesmo [...] depois reclamam dizendo que os turistas não querem conhecer o local, mas como se aqui não tem um hotel ecológico [...]” (Trabalho de campo, Mosqueiro, nov. 2005).

### 3.2 Fixos e fluxos da rede turística em Mosqueiro

A prática do turismo ecológico é relativamente nova em Mosqueiro quando comparada ao turismo de Sol e Praia. A relação entre essas duas práticas engendra uma relação entre antigas e novas formas espaciais na prática turística nessa localidade que, como diz Massey (2000), lhe emprestam um sentido global de lugar. Esse sentido promove o uso seletivo da orla de Mosqueiro, que como se vem demonstrando desde o primeiro capítulo, implicou na permanência e na organização de novos movimentos interligados ao excursionismo, à hotelaria e à segunda residência. A instalação dos objetos derivados desses movimentos dar-se, incisivamente, ao longo das orlas de praia da ilha como retrata a foto abaixo, na qual à esquerda e à direita observam-se construções em quatro andares destinadas em grande parte à segunda residência e ao centro o Apart-hotel Murubira.



FOTO 17: Vista área de parte da orla da praia do Murubira.  
Foto: SEGEP, 2006.

Além, desses objetos a foto também apresenta estruturas relativas a bares e restaurantes como as construções em vermelho e azul, dispostas na parte central da foto. Essa disposição dos objetos espaciais na orla do Murubira auxilia na compreensão da seletividade dos fixos acessados pela rede turística em Mosqueiro, os quais estão dispostos no quadro 06 transcrito abaixo. Por meio desse quadro torna-se possível caracterizar os equipamentos turísticos acessados pelos turistas da rede mosqueirense e, consecutivamente, a organização espacial proporcionada a essa localidade pela prática turística.

Nó da Rede	Meios de alimentação	Meios de hospedagem	Meios de entretenimento	Empresas turísticas	Atrativos
<b>Orla da Praia do Paraíso</b>	Restaurante do Hotel Paraíso	Hotel Paraíso e Segundas Residências	—	—	<b>Praias;</b> Vegetação
<b>Orla Oeste</b>	Barraca do Paraúcho e São Jorge	Hotel Farol; Apart-hotel Murubira e; Segundas Residências	<b>Casa de show's Murubasbar; Boate Fuxico do Farol; Praças da Vila e do Farol; Quadras de esporte; Pista de "cooper" e "Half-skate"</b>	BELEMTUR - Dois postos de informação turística (PIT)-	Praias; Chalés; Tapioqueiras; Arborização e; Palcos de show's
<b>Orla de Várzea</b>	Rest. do Nonato e; Maloca de Lanche do Caruarú	—	Maloca de artesanato do Caruaru	—	Trilhas ecológicas Flora –castanheiras, açazeiros, etc.; Fauna – macaco de cheiro, cotia, etc; Porto Pelé e; Trapiche da Vila
<b>Centro de Belém</b>	—	—	—	<b>Adetur ; Vale Verde Turismo; H. F. Paraíso; BRASTUR e; BELEMTUR;</b>	—
<b>Total na Rede</b>	5	4	8	5	10
<b>Total Geral</b>					

QUADRO 06: Principais Equipamentos turísticos e objetos espaciais acessados pela rede turística em Mosqueiro.

Fonte: Elaborado a partir de dados levantados nas 62 entrevistas realizadas; nos trabalhos de campo realizados entre 2005-2006; no relatório da BELEMTUR, 2006 e; no relatório técnico do Plano de Gestão Integrada do Projeto Orla do Município de Belém - UP 2, 2007.

Esse quadro se propõe a mostrar de forma sistematizada os principais meios de alimentação, de entretenimento e de hospedagem; bem como as empresas turísticas e os atrativos constituintes da rede turística de Mosqueiro. Dessa forma, através dele é possível verificar os principais objetos geográficos nos nós da rede turística dessa localidade, ou seja, na Orla da Praia do Paraíso, na Orla Oeste e na Orla de Várzea, assim, a partir da segunda coluna dessa tabela tem-se os equipamentos turísticos mais mencionados pelos entrevistados durante a realização dos trabalhos de campo. Isso implica dizer que o quadro 06 formaliza a construção da rede turística de Mosqueiro no processo de constituição de tal rede ou, como ressalta Benakouche (2005), a rede tem sua configuração desenhada a partir da estratégia de seguir os atores que denotam o seu sistema de ações e, portanto, incidem sobre seu sistema de objetos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que são os objetos espaciais demonstrados no quadro anterior os principais fixos da rede turística de Mosqueiro, os quais atuam como mobilizadores dos fluxos turísticos dessa rede e, concomitantemente, delinham as orlas evidenciadas na primeira coluna do quadro 06 como nódulos privilegiados de sua rede. O número total desses objetos encontrados na rede turística varia muito em relação aos períodos do ano e à elevação dos fluxos turísticos, principalmente, quando se trata dos meios de hospedagem, de alimentação e de entretenimento, os quais passam a contar com um número maior de equipamentos acessados nas orlas de sua rede.

Como se observa no quadro exposto na página anterior, incisivamente na última linha, o número total de equipamentos turísticos dispostos nos nós privilegiados da rede mosqueirense é superior àqueles mais acessados pelos fluxos turísticos. Os objetos que não estão imediatamente articulados à rede turística de Mosqueiro passam a ser articulados a ela durante o período de alta estação, contudo, de maneira geral e mais prolongada, os fixos dessa rede se apresentam da maneira com que o quadro 06 detalha.

### 3.2.1 Os meios de alimentação e de hospedagem em Mosqueiro

Os objetos destinados à alimentação e evidenciados como destaque nos nós da rede mosqueirense, assim aparecem, dado o fato de serem acessados por todas as demandas de fluxos turísticos, tanto os locais como os nacionais e internacionais, demonstrados no organograma 03. Sendo esses fluxos responsáveis pelo aparecimento no quadro 06 dos equipamentos: Barraca Paraúcho e São Jorge e; do restaurante do Hotel Paraíso e do restaurante do Nonato. Esse último equipamento tem sua fachada parcialmente apresentada na foto abaixo, onde se visualiza um trapiche flutuante em que o aspecto arquitetônico dá sinal de sua funcionalidade à prática do turismo ecológico, na qual serve de aporte às trilhas do sítio Pratiquera (do mesmo proprietário do restaurante) e à trilha Olhos D'água, as quais recebem também fluxos turísticos que primordialmente se dirigem a Mosqueiro para o evento de sol e praia.



FOTO 18: Visão parcial do restaurante do Nonato.  
Foto: Tavares, 2005.



O número total dos equipamentos turísticos destinados à alimentação apresentados no quadro 06 inclui os equipamentos instalados em hotéis, como bares e restaurantes, a exemplo do restaurante do Apart-hotel Murubira que, apesar de não ser tão mencionado na fala dos entrevistados, é sempre enfatizado quando seu uso se relaciona ao período de veraneio em Mosqueiro. O uso desse restaurante pelos fluxos turísticos de maneira geral e não só pelos hóspedes do apart-hotel, torna-se possível pela própria localização desse equipamento em relação à estrutura geral desse meio de hospedagem: parte frontal do apart-hotel, o que dá acesso aos turistas que freqüentam as orlas da Ilha de Mosqueiro.

A mesma estratégia é adotada pelos proprietários do Hotel Fazenda Paraíso, cujo restaurante do hotel atende tanto aos hóspedes do hotel como ao público em geral, sendo que sua localização se dá fora da estrutura geral do hotel, mais precisamente na Praia do Paraíso. A implementação desse restaurante é resultado da compra da concessão dada pela PMB a um antigo proprietário de barraca estabelecida na Praia do Paraíso pelo empresário do Hotel Paraíso (VIANA, 2001). Como já se mencionou anteriormente, as barracas dispostas ao longo das orlas de Mosqueiro não obedecem aos critérios para construção propostos em várias leis orgânicas municipais para as orlas localizadas em Belém, no caso do restaurante do hotel sua estruturação contou ainda com a aquisição de outra barraca da praia e culminou no objeto geográfico que mais infringe as normas de uso da orla de Mosqueiro (esse assunto voltará a ser discutido).

O número de objetos espaciais relativos à alimentação na orla, conforme foi dito anteriormente, costuma variar muito durante o mês de julho no período do veraneio paraense, principalmente quando se trata das lanchonetes que são abertas sazonalmente. Essas lanchonetes são instaladas inclusive em casas de segundas residências e em calçadas como as da área ao lado do Hotel Murubira, visualizada na foto acima à esquerda, na qual durante as festividades do final do ano passado encontrava-se repleta de ‘carros de lanches’, elevando o número de equipamentos

destinados à alimentação não só na orla da Praia do Murubira como em toda a orla das Praias do Farol e Chapéu Virado.

A variação no número total de objetos, também, é percebida quando se trata dos meios de hospedagem e de entretenimento que têm seus objetos numericamente aumentados não só pela implementação de novos objetos como palcos de show's, arenas de esportes e mini-shopping's instalados nessas praias no início do veraneio e desinstalados no término desse, assim como, pela refuncionalização de objetos pré-existentes, fundamentalmente, em momentos festivos como carnaval e fim de ano. Nesse ínterim, muitos casarões, edificações com inúmeros cômodos construídos para atender prioritariamente a demanda de segunda residência nas orlas de praias de Mosqueiro, transformam-se em pousadas e passam a ofertar quartos para aluguel por temporada, como pode ser observado na foto abaixo.



FOTO 19: Casarão com faixa de aluguel de quartos no muro.  
Foto: Costa, 2006.

A foto exposta na página anterior evidencia a fachada de um desses casarões, onde se visualiza, ao lado do portão de entrada, anúncio de aluguel de quartos (suítes) exposto no muro da propriedade. Percebe-se pelo padrão arquitetônico em forma de chalé e pelo porte da construção, que a edificação mostrada na foto foi implementada como um casarão de segunda residência, o qual agora se destina também à função de pousada. Pousadas, segundas residências, apart-hotéis e hotéis caracterizam, como se visualiza no quadro 05, os meios de hospedagem da rede turística de Mosqueiro, sendo os primeiros aqueles de maior expressão numérica na orla mosqueirense, o que significa a predominância dos meios de segunda residência nessa orla.

Em relação aos meios hoteleiros, observou-se na rede a preponderância de dois, postos em destaque no quadro anterior: o Hotel Farol, mencionado anteriormente, e o Hotel Paraíso, que, em grande parte, atende as demandas geradas pelos fluxos de turistas articulados pelas empresas turísticas, como relata um dos agentes de viagem entrevistados (Trabalho de campo, Belém, dez. 2006):

“a gente leva (os turistas) de barco ali pelas comunidades (Caruaru e Espírito Santo) p’ra mostrar a várzea, depois passa pelas praias até o Paraíso. Dependendo do grupo de turista, se for mais sofisticado eu paro no restaurante do Paraíso, se não eu escolho uma das barracas ali pelo Chapéu Virado e paro p’ro almoço. Quando eles querem ficar mais de um dia eu vejo, se são mais jovens, usam carro eu hospedo no Hotel Paraíso, se são mais velhos ou tem alguma restrição eu hospedo no Hotel Farol, porque eles vão ficar mais perto de tudo [...]”

A fala acima reforça as argumentações anteriores sobre a centralidade dos objetos do sistema de equipamentos turísticos de Mosqueiro em sua Orla Oeste, e demonstra como esses equipamentos e a rede de suporte ali existente configuram a centralidade dessa área dentro do espaço turístico dessa localidade. Mais que isso, a fala acima revela a seletividade dos fluxos turísticos direcionados aos hotéis da orla e a íntima relação desses com as empresas turísticas

dentro da rede, o que intensifica ainda mais a seletividade dessa rede em Mosqueiro. No caso dos hotéis apesar de serem importantes objetos dentro da rede turística dessa localidade, muitos entrevistados revelaram insatisfação com esses equipamentos, o que pode ser medido pelo gráfico abaixo:

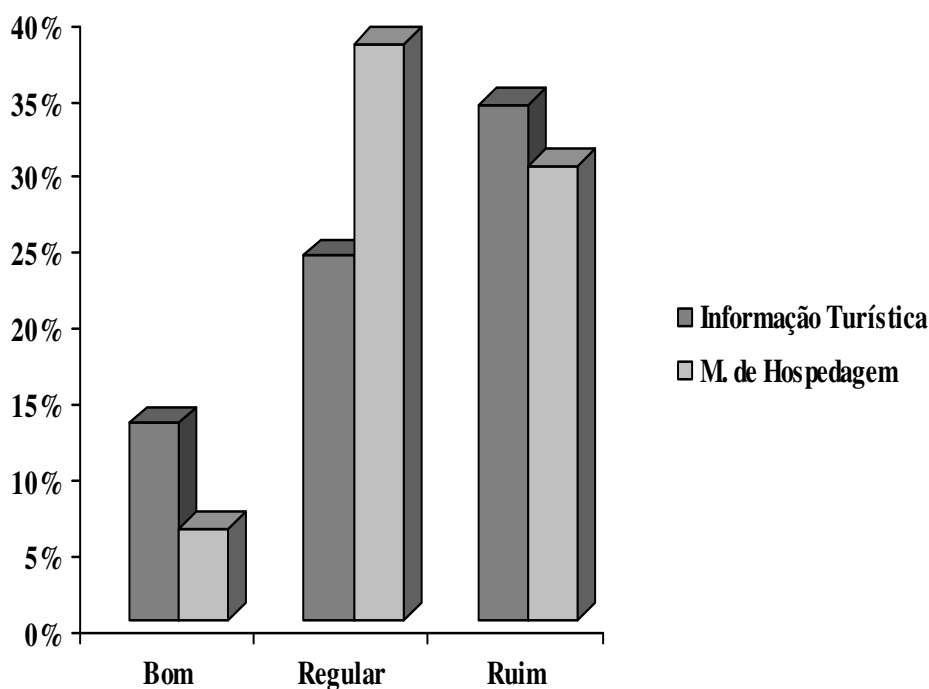


GRÁFICO 01: Percepção dos turistas sobre os meios de informação turística e de hospedagem de Mosqueiro.

Fonte: Elaborado a partir de dados coletados em trabalhos de campo realizados em 2006 e de dados fornecidos pela BELEMTUR, 2007.

No gráfico acima é possível compreender o grau de insatisfação dos turistas em percentuais sobre os meios de hospedagem em Mosqueiro, em que entre 30% e 35% dos visitantes descreve como ruins as instalações desses meios. Esses dados são gerais e compreendem todos os equipamentos desses meios, porém não dizem respeito diretamente aos meios mais destacados no quadro 05, a exemplo dos hotéis Farol e Paraíso. O primeiro tendo seu padrão arquitetônico idealizado simulando um barco, buscando atender as demandas do turismo

de Sol e Praia; o segundo construído na última década do século passado para servir, como enfatizou um dos funcionários do hotel (Trabalho de campo, Mosqueiro, maio 2006), de referência ao turismo rural e ecológico em Mosqueiro.

Atualmente esse hotel vem perdendo grande parte dos aspectos desses eventos turísticos, pois, como o próprio proprietário indica, há uma mudança na perspectiva dos fluxos que se direcionam ao hotel, daí se caracterizar seus eventos como de turismo na natureza e não ecológico como apresentado em seu material de propaganda (ver anexos). Essa mudança é substrato das transformações ocorridas na estrutura empresarial do Hotel Fazenda Paraíso –HFP, que passou a configurar-se como empresa turística: desempenhando funções de agência e operadora turística, cujo escritório sede encontra-se instalado em área mais próxima ao centro da cidade de Belém, onde o hotel instalado na Orla da Praia do Paraíso passa a ser apenas um instrumento logístico da marca HFP.

Essa marca é sem dúvida a expressão de maior fluidez informacional na ilha, pois como já se mencionou anteriormente seus anúncios publicitários são redigidos em português e inglês, além de contar com um *site* na Internet. Essas características diferem o Hotel Paraíso do Hotel Farol, que está mais subordinado às outras empresas turísticas da rede mosqueirense como: BELEMTUR, Adetur, Vale Verde Turismo, responsáveis diretas pelas informações turísticas do local. Especificamente, no caso da Vale Verde Turismo sua relação com Mosqueiro é pontual, dado o fato de ela trabalhar apenas com um passeio fluvial à ilha (ver material em anexo), entretanto, quando precisa atuar com maior intensidade nessa área, em geral, atrela-se ao Hotel Fazenda Paraíso.

Mesmo podendo falar em fluidez informacional do turismo em Mosqueiro, ela se restringe à empresa HFP, o que engendra um percentual de descontentamento por parte dos turistas em relação às informações sobre Mosqueiro, conforme apresenta o gráfico 01 exposto

anteriormente. As informações turísticas sobre Mosqueiro são consideradas ruins por 34% dos turistas consultados pela BELEMTUR. Os comerciantes e empresários entrevistados para a realização desse trabalho consideram altamente deficitárias as informações turísticas disponibilizadas sobre Mosqueiro, pois como declara um deles: “os turistas só ficam sabendo de Mosqueiro quando chegam aqui” (Trabalho de campo, Belém, dez 2006).

### **3.2.2 Informação turística, atrativos turísticos e meios de entretenimento em Mosqueiro**

A ausência ou deficiência de informações turísticas sobre os eventos turísticos engendra debilidades na rede turística de Mosqueiro em todas as escalas, mas, segundo os empresários turísticos entrevistados, principalmente nas escalas nacional e internacional, já que a ilha é desconhecida nessas escalas enquanto espaço turístico. Esse fato não é exclusivo da Ilha de Mosqueiro e sim de todo o Estado do Pará que, na visão desses empresários é erroneamente divulgado pela propaganda turística como um “lugar de belas praias”, apesar dos suplementos publicitários estarem repletos de “imagens da natureza da Amazônia” (ver anexo).

Para os agentes da rede turística de Mosqueiro que lidam com o turismo na escala nacional e internacional, a ênfase nas praias não atrai turistas, já que “praia, o nordeste tem ao monte... o negócio aqui é a natureza, é a Amazônia”, diz um dos entrevistados (Trabalho de campo, Mosqueiro, dez. 2006). Essas evidências incidem sobre os fluxos da rede turística de Mosqueiro em escala nacional, pois esses só se dirigem à cidade de Belém depois de já terem conhecido todo o nordeste e sul brasileiro. Para que os fluxos da rede turística de Mosqueiro articulem-se em escala nacional e internacional, as agências e operadoras locais associam-se a BRASTUR e procuram sinalizar a ilha aos olhares dos turistas enfatizando os atrativos de seus

nós na rede e tornando-os públicos nos veículos de comunicação como os apresentados no gráfico 02 exposto abaixo:

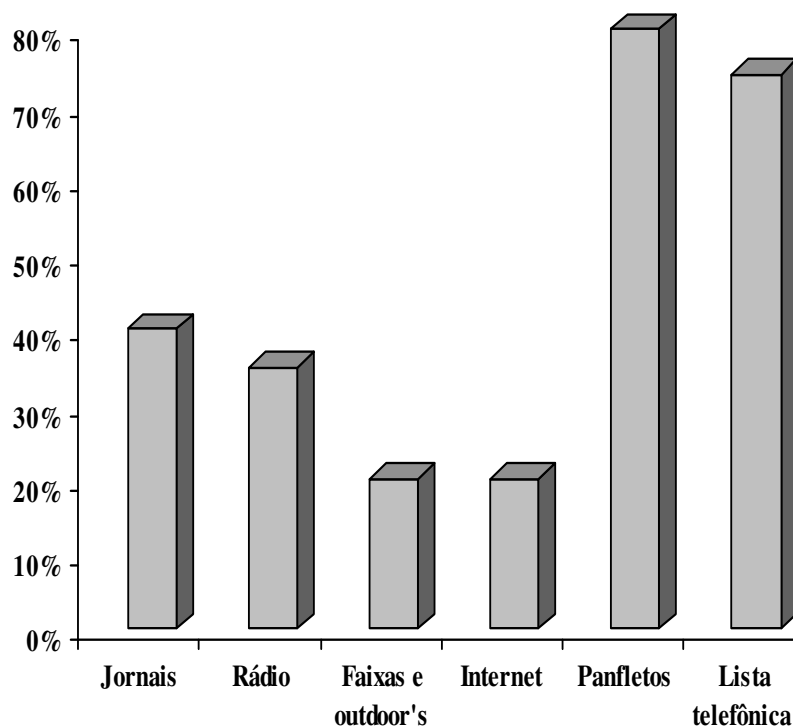


GRÁFICO 02: Percentual de veiculação publicitária dos atrativos turísticos da rede mosqueirense nos meios de comunicação.

Fonte: Elaborado a partir das entrevistas com operadores e agentes turísticos; turistas, comerciantes e técnicos da PMB; e dos trabalhos de campo, Mosqueiro, 2006.

Como demonstra o gráfico 02, os principais meios de comunicação articulados pela rede turística mosqueirense são os panfletos (quase todos em anexo) e a lista telefônica, que representam algo em torno de 80% das informações turísticas sobre a ilha, seguidos pelos anúncios veiculados em jornais e rádios, que representam algo em torno de 40% das informações disponibilizadas aos turistas, em sua maioria ligados ao turismo na natureza delineado pelo Hotel Fazenda Paraíso (FERREIRA, 2001), que em termos de divulgação publicitária se sobressai em relação às demais empresas turísticas. Sua participação se espalha em todos os veículos de

comunicação apresentados no gráfico acima, sendo uma das poucas empresas a divulgar Mosqueiro em jornais de importância nacional e internacional como a Folha de São Paulo e via Internet.

Já a BELEMTUR representa a menor participação na veiculação publicitária de Mosqueiro, cujos recursos informativos se restringem a Panfletos sobre a localidade (ver anexos). Essa empresa conta com dois Postos de Informação Turística (PIT's) na ilha, sendo um localizado na orla da Praia do Chapéu Virado e outro no Praia-Bar, em destaque na foto abaixo, na orla da Praia do Areião. Como é possível apreciar na foto abaixo o PIT localizado no Praia-Bar não possui uma sinalização turística capaz de torná-lo visível a quem necessitar de informações turísticas sobre os principais atrativos da área visitada, ou seja, sinalizar o olhar do turista de forma mais precisa.



FOTO 20: Fachada do Praia-Bar onde funciona um PIT, na Vila.  
Foto: Costa, 2006.



Como relata Urry (1996) o olhar do turista é cada vez mais sinalizado, o que significa dizer que, além de toda carga cultural e preferências individuais que se sobrepõem à escolha dos diversos grupos sociais em relação às práticas turísticas, a informação turística é fundamental para a realização dessa prática. Daí a necessidade dos operadores e agentes do turismo em Mosqueiro, através da BRASTUR, se vincularem a outras agências e operadoras do país de onde lhes são repassados partes dos fluxos turísticos que se destinam a Amazônia entendendo, dessa forma, a ilha como parte integrante dessa região e como tal ela mesma um atrativo turístico. Assim, observa-se que a incidência da informação turística sobre o espaço turístico passa a defini-lo como atrativo turístico, o que delinea a dialética entre informação e atrativo turístico na rede turística, como no caso dos chalés de veraneio, construídos na orla de Mosqueiro no início do século passado.

Esses chalés estão localizados, na rede turística de Mosqueiro, nas orlas das Praias do Farol, Chapéu Virado e Murubira que se configuram na porção espacial de ocupação turística mais antiga da ilha, ou seja, aquele na qual a influência européia foi marcante, o que se pode ver pelo padrão arquitetônico do chalé exposto na foto apresentada na página seguinte. Ora, a manutenção do padrão arquitetônico do chalé lhe condiciona dupla funcionalidade: de segunda residência e de atrativo turístico, o que ocorre quando se disponibiliza a informação do marco histórico que esses representam no local, engendrado fundamentalmente pelo período de circulação fluvial, quando foram instalados nessa área.

Na perspectiva de Santos (1994), a conservação das formas dos marcos históricos dos chalés os definem como rugosidades do espaço turístico de Mosqueiro, a exemplo do chalé apresentado na foto da próxima página localizado na orla do Farol. No momento em que foi fotografado o chalé, esse se encontrava em reforma, a qual era realizada mantendo os traços arquitetônicos originais desse objeto espacial como se visualiza na foto abaixo. A manutenção

dos traços arquitetônicos desse objeto espacial coexiste com a implementação de novos objetos de padrão arquitetônicos mais contemporâneo, cujas estruturas são anexadas à estrutura do antigo chalé.



FOTO 21: Visão de um chalé sendo reformado no Farol.  
Foto: Costa, 2003.

As rugosidades espaciais correspondem a muitos dos atrativos turísticos dessa localidade como o forno de fazer carvão vegetal e o de fazer farinha de mandioca, no caso das trilhas ecológicas e; as ruínas de uma velha senzala, no caso da Praia do Paraíso. Essas rugosidades espaciais representam os principais atrativos turísticos divulgados pelas empresas turísticas que atuam na rede turística de Mosqueiro e são também os objetos espaciais mais articulados na fala dos turistas entrevistados, em outras palavras, como mobilizadores da prática turística nessa

localidade. Além desses atrativos, que aqui definimos como sociais, os atrativos ditos “naturais” são recorrentes na fala dos empresários do turismo e dos turistas, dentre os quais se destacam, conforme disposto no quadro 05, as praias de água doce com onda e as espécies da fauna e da flora de várzea. Como se relatou em outro momento desse trabalho, as praias e as ilhas exercem um verdadeiro fascínio sobre as sociedades humanas (TUAN, 1980; CORBIN, 1989; URRY, 1996), o que nesse sentido torna Mosqueiro duplamente atrativo.

Fazem parte do conjunto de objetos que atraem fluxos turísticos à Ilha de Mosqueiro os palcos de show’s e trios elétricos, cujas programações são responsáveis, na opinião de mais da metade dos entrevistados, por grande parte do volume dos fluxos de freqüentadores da ilha. Esses show’s contribuem ao uso seletivo da rede turística mosqueirense, pois, de acordo com técnicos da PMB, tem-se procurado diversificar os espetáculos musicais realizados principalmente em fevereiro, julho e dezembro, quando se observam trios elétricos na orla da Praia do Murubira, shows de brega e axé no Chapéu Virado e no Farol e; bandas musicais e show’s de MPB na orla das Praias do Farol e Areião.

A realização desses shows nas orlas das praias de Mosqueiro faz parte, segundo técnicos da PMB e diretores de associações locais (Trabalho de campo, Mosqueiro, jan.2005), das estratégias de viabilidade de entretenimento aos visitantes da ilha. A maior parte dos equipamentos turísticos relativos à realização desses shows é implementada como meio de entretenimento na orla de Mosqueiro, conforme se mencionou anteriormente, somente no período de alta estação e de festividades. Existem ainda, equipamentos vinculados à realização de shows, que estão materializados no espaço mosqueirense durante todo o ano, mas cujo uso é restrito aos períodos de alta estação e festividades como é o caso da Boate Fuxico do Farol.

A boate fuxico localizada na orla da Praia do Farol, nas entrevistas realizadas, tem seu uso como meio de entretenimento mencionado pelos turistas e ligados aos movimentos de segunda

residência, de excursionismo e do ramo hoteleiro, isso porque, segundo os entrevistados, essa casa de shows promove eventos tanto durante o dia quanto à noite, o que permite aos grupos sociais que só visitam a ilha durante o dia, como os ligados ao movimento excursionista, frequentá-la, além de ampliar a disponibilidade de eventos festivos aos demais fluxos, essencialmente, de segunda residência. Esses últimos fluxos são os responsáveis diretos pelo uso dos espaços de convivências encontrados na orla mosqueirense, pois compreendem os grupos sociais que vivenciam a orla de Mosqueiro com um tempo maior de duração, já que possuindo casas no local, utilizam as orlas das praias não só nos finais de semana, mas durante todos os dias da semana tanto durante o dia quanto à noite, essencialmente no mês de julho.

Os espaços de convivência aqui tratados correspondem às áreas que estão diretamente relacionadas ao Estado e suas ações voltadas à construção de equipamentos destinados a usos múltiplos pelos vários grupos sociais encontrados em um dado local ou, como afirma Gomes (2002), espaços destinados a atender igualmente às diferentes categorias sociais. Nesse sentido pode-se pensar nos espaços de convivência como *lócus* de configuração de espaços públicos que no caso da orla de Mosqueiro, em se tratando legalmente de um espaço público, por ser uma área de praia e ser considerada como zona costeira, tanto quanto se relatou anteriormente, as barracas encontradas nessa área são apenas concessões da PMB aos comerciantes que as utilizam. Dessa forma, a implementação de equipamentos urbanos destinados à convivência reforça esse espaço público que, contudo, como aponta Gomes, somente poderão ser considerados realmente públicos se seu uso for múltiplo e efetivado por várias parcelas da sociedade que o abriga (essa discussão será retomada mais adiante). Entre esses espaços de convivência da rede turística os de maior recorrência na fala dos entrevistados são as praças da Matriz, na orla da Praia do Areião, quando é ressaltada a presença das barracas das tapioqueiras, senhoras que preparam tapioca (uma comida típica do Pará) que, em geral, são adquiridas para o café da manhã dos turistas; e do

Farol, na orla da praia de mesmo nome, a qual aparece parcialmente na foto abaixo. Visualiza-se por meio dessa foto o centro da praça cuja construção é relativa à primeira metade do século passado, quando também fora construído o Hotel Farol, apresentado ao fundo na foto, cujos hóspedes constituem um dos grupos que mais usam esse equipamento além dos segundos residentes e dos fluxos excursionistas dos eventos de Sol e Praia, que usam as adjacências dessa praça para estacionar os transportes coletivos por eles fretados para o transporte até a ilha.



FOTO 22: Visão da parte central da praça do Farol.  
Foto: Tavares, 2006.

Esses últimos fluxos já não acessam com tanta intensidade a praça da Matriz na Vila, que é utilizada por todos os fluxos turísticos da rede mosqueirense, sendo referência aos excursionistas das trilhas, aos segundo residentes e aos excursionistas que acessam a ilha pelo

trajeto fluvial realizado pelas empresas turísticas. Contudo, acessam outros espaços de convivência que também são destacados no quadro 05, como a pista de *Cooper e os half-skate*, muito usados pelas parcelas da demanda turística mais jovem, incluindo os movimentos de segunda residência, além das ciclovias que, reduzindo a área de estacionamento de automóveis, quase não cumprem sua finalidade sendo destinadas mais à circulação de pedestres e ambulantes, como declara um morador local: “essa ciclovia ficou só p’ros ambulantes, eles vem de todo canto ... de Belém, de Benevides... principalmente em julho [...]” (Trabalho de campo, Mosqueiro, jul. 2006).

### **3.3 As redes como sistemas de ações da sociedade e as ações sócio-políticas da rede turística em Mosqueiro**

O empreendimento desses fixos (casas de shows, restaurantes, praças, hotéis, etc) em Mosqueiro, seja como meio de hospedagem, atrativo etc. associado à fluidez dos deslocamentos e à permanência de visitantes nesse núcleo, revela a capacidade do turismo em promover diversos efeitos nos locais onde é desenvolvido enquanto prática social e, portanto, não externas aos grupos sociais envolvidos, a exemplo de vários nativos de Mosqueiro que ante a composição turística dessa área anseiam pela implementação de equipamentos voltados a essa prática: “veja as praias de Mosqueiro, os meus fornecedores de Santa Catarina quando vem aqui ficam encantados, mas isso não basta para o turismo aqui ficar forte, o turismo precisa de bons equipamentos e não pode ser de qualquer jeito...” (Morador de Mosqueiro, jan. 2005).

Tal evidência remete novamente ao sentido próprio da técnica em Castoriadis (1987) referenciado no capítulo anterior, que para o autor está permeado pelas relações sócio-político-econômicas: “[...] A situação técnica teria permitido a entrada do Japão na rede moderna dos

intercâmbios comerciais já no século XVII, se a ditadura militar de Tokugawa não tivesse fechado deliberadamente o país ao comércio com o exterior [...]” (p. 314). Dessa forma, observa-se, como o autor, que não há neutralidade na técnica nem liberdade ampla de escolha, fundamentalmente, no momento atual: o da enorme carga de informação despendida aos objetos técnicos.

As redes, como bem lembra Santos (1999), são, antes de tudo, técnica e, portanto, sociais e políticas “[...] pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é mera abstração [...]” (p.209). A propósito do pensamento de Santos sobre as pessoas, mensagens e valores no interior das redes, Castoriadis (1987) reporta-se a existência de redes de relações sociais que se configuram como “[...] o mais poderoso aparelho já criado pelo homem [...] – a ‘racionalização’ das relações entre homem tal como é constituída pela sociedade considerada – e é impossível sem ela” (p. 309).

Dessas redes de relações nos interessam os sistemas de ações daí derivados e fomentadores das redes de infra-estrutura (entendidas em seu aspecto mais abrangente), ou seja, como aponta Santos (1999), as projeções concretas constituídas de linhas de relações e de ligações dependentes que, conforme Raffestin (1993), são os meios disponibilizadores dos códigos sócio-técnico-político-econômicos em um dado local e momento. Dessa forma, como insiste Santos, há redes e redes: redes hegemônicas que centralizam o poder, redes secundárias cujo controle é difuso e, ainda, redes que quando em um *locus* geram interações aleatórias, impensáveis na concepção de seu projeto ou em outro local. Essa característica das redes permite um paralelo com a idéia de organização complexa exposta por Morin (2005):

[...] Essas organizações são complexas, porque são, a um só tempo, acêntrica (o que quer dizer que funcionam de maneira anárquica por interações espontâneas), policêntricas (que têm muitos centros de controle, ou organização) e, cêntrica

(que dispõem, ao mesmo tempo, de um centro de decisão) [...] Desse modo, nossas sociedades históricas contemporâneas se auto-organizam não só a partir de um centro de comando-decisão (Estado, governo), mas também de diversos centros de organização (autoridades estaduais, municipais, empresas, partidos políticos, etc.) e de interações espontâneas entre grupos de indivíduos. (p. 181)

Concentração ou centralidade expõe, como assestam Claval (1988), Raffestin (1993) e Santos (1999), outro papel das redes: o de instrumento de poder. Por poder assimila-se a idéia de Santos, a qual remete-o à capacidade de controle de determinados recursos por uma organização. No caso das redes, esse controle é exercido pelas “[...] diferentes formas de poder existentes no mundo [...]” (CASTELLS, 2002, p. 502). Nas diferentes formas de poder do mundo contemporâneo, na leitura de Raffestin (IDEM), inscreve-se triunfantemente o poder informacional, mas como enfatiza o autor: “O poder, antes de se difundir e antes de esgotar, se cristaliza num lugar, em lugares [...]” (p.186).

Os lugares de cristalização de um poder ou de poderes, para o autor, não se formatam a princípio como privilegiados, porém como nodosidade e condensação indutoras de descontinuidades na distribuição espacial, fruto de relações traçadas por uma coletividade solidificada que definem acentuadas densidades em uns lugares e em outros nem tanto. O privilégio de uma nodosidade pode ser pensado como reflexo e condicionante, seguindo as acepções de Tavares (1999), pelo grupo social indutor da incorporação dos recursos físicos, intelectuais e simbólicos que lhes parecerem mais adequadas à organização espacial dessa nodosidade. Essa organização revela as “variações a partir dos recursos, das tradições, da organização política, das práticas econômicas de determinada sociedade” (IDEM, p.29).

Sendo essas variações tradutoras das constantes mudanças (muitas das vezes profundas) das redes, isso porque sua natureza fluida, como indica Claval (1988), permite conectar e



desconectar seus nódulos muito rapidamente, bem como concentrar ou desconcentrar os centros de decisões que podem estar estabelecidas em vários nódulos privilegiados ou centralizadas em um único nódulo. Nesse viés os sistemas de ações articulados pelas redes turísticas configuram-se como variações das formas organizacionistas dos agentes de turistificação dos lugares (KNAFOU, 1999): os turistas, os empresários do turismo e o Estado. Essa afirmação é perfeitamente aceitável quando se retoma as considerações de Santos (1999) sobre a virtualidade da rede, a qual só se efetiva na ação, além das idéias de Amar (1988) acerca das propostas de reticulação, cuja morfogênese depende dos efeitos da própria rede e das explícitas ou implícitas negociações entre os agentes envolvidos em seu funcionamento.

Essa negociação, de acordo com Benakouche (2005), é mediada pela “tradução” que remete ao papel dos sistemas de objetos e de ações na rede, os quais são construídos entre os elementos da própria rede, como enfoca a autora: “[...] o efetivo exercício de um papel (“enrolment”) não deriva de algo pré-definido ou de uma realidade externa e oculta, mas que ele é emprestado (ou “traduzido”) pelos demais elementos da rede, num movimento mútuo e contínuo – uma negociação [...]”(p. 93). Nessa perspectiva, a rede passa a se configurar como mecanismo de organização espacial, indo além das redes técnicas como propõem Latour (1994), para quem as ações sobre essas redes técnicas culminam em uma organização espacial transescalar e; Machado (1995), para quem as redes técnicas instaladas na região amazônica a partir da década de 1960 se tornaram propulsoras de uma nova organização espacial nessa região.

Nesse viés, entende-se que as ações sobre as redes técnicas que dão suporte à rede turística e às que configuram seus equipamentos turísticos engendram o delineamento de estruturas organizativas do espaço turístico de Mosqueiro. Nessa localidade, a formatação do espaço turístico esteve atrelada a ações das práticas turísticas, a exemplo da construção de seus primeiros hotéis e pousadas que, como relatam Amanajás (1976) e Meira Filho (1978), foram

substratos do aumento do número de visitantes à ilha e das sucessivas reestruturações das segundas residências, como no caso do extinto hotel do Chapéu-Virado na orla da praia de mesmo nome, e o Hotel Farol, também na orla da praia de mesmo nome.

A relação entre prática turística e construção do espaço vem sendo abordada desde as duas partes anteriores, onde ficou evidente a relação de produção e reprodução espacial do turismo em Mosqueiro, sendo a existência dessa relação responsável pela turistificação dos lugares ou a formatação dos nós da rede turística mosqueirense. Assim, se definem três agentes que com maior intensidade atuam sobre os três nós da rede de Mosqueiro: os empresários turísticos, na Orla da Praia do Paraíso; os turistas, na orla das Praias do Murubira, Chapéu Virado e Farol e o Estado, na Orla de Várzea. Essa classificação quanto à intensidade das ações dos agentes de turistificação é substrato do número de objetos instalados direta ou indiretamente por esses agentes nas orlas.

Nessa perspectiva, é na Orla do Paraíso que estarão atreladas aos proprietários dos hotéis e pousadas a existência ou não de vários dos equipamentos. Segundo Viana (2001), o HFP seria responsável pela imposição de uma nova organização espacial na Praia do Paraíso a partir da década de 1990 com consecutiva apropriação de áreas de terra e de pequenas barracas na orla dessa praia, sendo assim paulatinamente elevada a área do hotel para 312 m<sup>2</sup> e estruturado o restaurante do hotel, que se encontra instalado na orla da praia. A expansão da área de propriedade do HFP em Mosqueiro, na concepção de seu idealizador, corresponde a sua “visão empreendedora” (Empresário turístico, Mosqueiro, jan. 2005), sendo sua proposta de expansão para novas áreas da orla engendrada pela possibilidade de explorar a imagem da Amazônia na escala global do turismo, daí seus informativos publicitários serem bilíngües e relacionarem a praia do Paraíso como porção amazônica (ver anexos).

O rebatimento dessa “visão empreendedora” sobre a organização espacial desse local é a delimitação do HFP como insumo logístico do turismo ao redor do qual se estabelecem todas as ações nessa área. Isso fica evidente quando se pensa nas entrevistas com os técnicos e ex-diretores de secretaria da PMB, as quais em sua maioria relatavam ser por ações do grupo HFP que a avenida beira-rio naquela orla não fora asfaltada até o início do século XXI, quando essa avenida fora então asfaltada, também, por ações desse grupo que mudara algumas de suas estratégias de eventos turísticos, se vinculando mais ao turismo de aventura na natureza articulado à imagem da natureza amazônica.

É nesse ínterim que a Praia do Paraíso transformou-se em um vetor de atração turística diferenciada das demais praias da orla mosqueirense, em outras palavras, em seu processo de turistificação o principal agente fora o empreendimento HFP. Como mostram Viana (2001), Costa (2003) e Gomes (2005), a orla da Praia do Paraíso fora até 1990, recanto de lazer para uma pequena parcela de agentes sociais. Isso se dava pelo reduzido número de equipamentos turísticos existentes até esse momento nessa porção da orla de Mosqueiro. Um desses equipamentos consistia no sistema de circulação e acessibilidade à orla da Praia do Paraíso, que era precária.

Essa organização espacial passa por um rearranjo com a implementação do HFP, cujo momento de implementação inscreve um aumento no número de condomínios abertos na área e também no número e ampliação de infra-estrutura geral (água, energia, etc.). É evidente que essas infra-estruturas têm condicionantes sócio-espaciais mais abrangentes, como a própria construção e consolidação do sistema de rodoviário, contudo, é como substrato da implementação do HFP que se verifica um aumento no número de turistas tanto paraenses quanto de outros estados do Brasil e de outros países, além da implementação de outros meios de hospedagem como a Pousada Ecológica Jardim Paraíso e Chalé Paraíso, ambas com funcionalidade menor dentro da

rede turística de Mosqueiro na nodosidade da Orla da Praia do Paraíso, como ficou aparente nas entrevistas realizadas com agentes que atuam na área.

Enquanto na Orla da Praia do Paraíso o agente de turistificação corresponde aos empresários, na orla das Praias do Farol, do Chapéu Virado e do Murubira são os turistas os definidores do processo de turistificação. Pois, como se tem demonstrado nesse trabalho, foram eles os que desde o início do século passado organizaram a prática turística nessa área, induzindo diretamente a construção de meios de hospedagem, essencialmente, as segundas residências, e meios de alimentação, como as inúmeras barracas dispostas ao longo dessas praias. O comando efetivo das ações na orla dessas praias é inerente aos grupos sociais componentes dos fluxos turísticos que para elas se direcionam, sendo eles responsáveis por determinar onde, quando e como se realizará a atividade turística.

Além da construção da imagem da orla de Mosqueiro enquanto espaço turístico, a qual é difundida através de vários meios de comunicação local como o trecho extraído de um jornal de grande veiculação na região norte: “Quem viajou para Mosqueiro não se arrependeu. O clima era de tranqüilidade, muito sol e praias com bastante espaço [...] Mosqueiro fica melhor quando não há muita gente circulando por suas ruas e praias [...] as ondas estavam fortes, ideais para o surfe [...]” (Praias ....., O LIBERAL, p. 6, 2002). A idéia de tranqüilidade apresentada nesse trecho é recorrente na fala dos turistas entrevistados, tanto segundo residentes quanto excursionistas, que a associam ao termo “bucolismo”, contudo essa imagem não é unânime sempre sendo intercalada à organização de show’s e eventos na orla.

Obras e políticas públicas nessa orla são conduzidas em função de reivindicações dos turistas que freqüentam essa porção espacial, os quais por serem em sua grande maioria residentes de Belém condicionaram a organização espacial dessa orla a suas práticas turísticas até mesmo no Plano Diretor Urbano (PDU) desse município em seu Parág. 2º do Art. 9 e seu Art.

152: “[...] Belém por seus aspectos paisagísticos, recreativos e como portal da Amazônia [...] possui grande potencial turístico [...]” sendo “[...] a ordenação dos espaços da Ilha de Mosqueiro [destinado a] população belenense de média renda” (PMB, 1993, pp. 2, 38). Como apresenta Ribeiro (2005), a relação entre turistas, comerciantes e empresários da ilha engendrou a composição de um poder econômico e de elite local cuja expressão fora capaz de planejar propostas contrárias e favoráveis à emancipação político-administrativa do distrito de Mosqueiro em relação ao Município de Belém em vários momentos históricos.

Conforme enfatiza Ribeiro (2005), a última proposta foi realizada no final da década de 1990, quando houve uma instabilidade no processo de turistificação dessa área, com a quebra da hegemonia dos turistas de segunda residência e a ascensão dos turistas excursionistas provocada pela já mencionada criação da tarifa urbana para o transporte rodoviário destinado a Mosqueiro, estabelecida pela então prefeitura petista. Sem conseguir fazer tramitar na Assembléia Legislativa do estado, por força de lei que condiciona a criação de novos municípios à regulamentação de um parágrafo da constituição nacional até então não realizado, esses poderes se reagruparam em associações.

A constituição ou o restabelecimento dessas associações configurou-se como estratégia dos poderes econômicos e de elite locais para continuar organizando o espaço turístico da orla. Entre essas associações destaca-se a Pró-Turismo que, como ressalta um comerciante local, foi criada para “alavancar o turismo em Mosqueiro” (Comerciante, trabalho de campo, jan. 2005) a partir do reforço do movimento de segunda residência e de hotelaria; e a Associação dos Moradores e Amigos de Mosqueiro – ASMAM, que atuou ora contra ora a favor das propostas de emancipação municipal do distrito, e elaborou em conjunto com a Universidade Federal do Pará – UFPA, uma cartilha informativa intitulada: “A Ilha do Mosqueiro: Paraíso Ecológico no Contexto do Turismo Amazônico”.

A elaboração dessa cartilha ratifica o olhar de alguns grupos sociais do movimento de segunda residência sobre a imagem da ilha, o que propiciou o fomento do turismo ecológico nessa localidade, principalmente, quando esses grupos sociais (os chamados “Amigos de Mosqueiro”, muitos dos quais vinculados a UFPA), efetuaram um diagnóstico da área do entorno do Parque Ambiental de Mosqueiro, cujo produto gerou o embrião da trilha Olhos D’água, institucionalizada em 1998 como I Trilha Ecológica de Mosqueiro pela PMB. Mas a efetivação dessa trilha só se deu em 2002 quando a PMB realizou através da BELEMTUR, um projeto de revitalização da trilha, empreendeu-se sinalização turística, oficina ambiental, um novo roteiro com a incorporação de traços sócio-culturais da população local, treinamento para guia e financiamento a implementação de restaurante rústico.

Nesse ínterim, emerge a denominação “Trilha Olhos D’água”, passando a então trilha que, como se relatou em outro momento, interligava duas localidades na área do entorno do Parque Ambiental de Mosqueiro, a ter o seu espaço ordenado pelo estado por intermédio da BELEMTUR que gerenciava a venda de excursões à trilha e a divulgação desse produto, impulsionada pela possibilidade da cidade de Belém integrar o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – o PROECOTUR/ Amazônia Legal. Esse programa procurava construir círculo de cooperação em três esferas políticas: a Federal, a Estadual e a Municipal, para promover um planejamento integrado do turismo na Amazônia.

Conforme as definições da resolução do PROECOTUR (2002), na primeira etapa do programa foram realizados diagnósticos e seleção dos municípios com potencialidade para o turismo ecológico, além da implementação ou recuperação de pequenas infra-estruturas que pudessem viabilizar a configuração de circuitos ecoturísticos. Nesse contexto, a cidade de Belém passou a constituir um dos pólos de ecoturismo do Estado do Pará sendo a Ilha de Mosqueiro beneficiada com a recuperação do Porto Pelé que fazia parte do circuito da trilha Olhos D’água,

sendo local de desembarque final desse circuito (PMB, 2002). Como aponta Nóbrega (2007), a intervenção no Porto Pelé constituiu-se um instrumento de reforço às práticas locais de extrativismo e circulação da população mosqueirense, que se utiliza desse porto desde 1983, quando fora construído por iniciativa de um comerciante local.

Como mostra Nóbrega, o principal objetivo da reestruturação desse porto era a consolidação e ampliação dos fluxos turísticos ecológicos. Contudo, as obras no porto não 148 suficientes ao fortalecimento dos fluxos direcionados à área das trilhas que também, segundo alguns moradores da área (Trabalho de campo, Mosqueiro, out. 2005), não teria sido bem articulada em termos de divulgação e venda das excursões pela BELEMTUR. Além disso, a ausência de estratégias mais intensivas de educação ambiental na área propiciou inúmeros conflitos sócio-ambientais, como se analisou em trabalho anterior (ver COSTA, 2005), como a queimada de extensa parte da cobertura vegetal existente nas bordas da trilha.

A partir de então a trilha vem sofrendo decréscimo gradual no número de visitantes que, de acordo com técnico da Prefeitura Municipal (Trabalho de campo Mosqueiro, jun. 2006), recebeu apenas uma excursão no mês de julho, que era o de maiores fluxos. Isso no entanto, não provocou o desaparecimento do turismo ecológico na área, ao contrário, houve um reforço sobre o papel da Orla de Várzea como evento do turismo ecológico na Ilha de Mosqueiro, essencialmente, pela ampliação da atuação do restaurante do Nonato, o qual passou a contar com duas trilhas ecológicas em área de mata fechada no sítio Pratiqüara. Segundo seu proprietário o turismo ecológico “só tem a crescer na área [...] os alemães querem vim, eles querem ficar e dormir, aqui mesmo no restaurante” (Trabalho de campo, Mosqueiro, jan. 2005), para ele o grande entrave à consolidação do turismo ecológico nessa porção espacial de Mosqueiro reside na inexistência de um meio de hospedagem destinado a esse evento turístico.

### **3.4 As ações do Estado sobre os nós da rede turística e o espaço público de Mosqueiro**

Apesar da ação do Estado ser mais intensa na nodosidade correspondente às trilhas, onde efetivamente organizou o espaço turístico, ela amplia-se para as demais nodosidades onde atua em conjunto com o sistema de ações mais intenso, isto é, com os respectivos agentes de turistificação espacial (ver quadro 07). Tal evidência pode ser constatada na estruturação espacial das barracas encontradas ao longo das praias de Mosqueiro, em especial as da Orla Oeste, onde mesmo sendo os turistas de segunda residência os principais agentes de turistificação dessa localidade e, portanto, os principais indutores da existência dessas formas espaciais e de seus serviços, sua efetivação é, em última análise, tributária da ação estatal, pois, como já se mencionou anteriormente, o estabelecimento dessas barracas está diretamente vinculado à concessão de permissionário fornecida por essa esfera estatal.

A ação do estado como agente de turistificação nas orlas mosqueirenses se deve ao fato de que legalmente essas orlas são consideradas espaços públicos (como já se vinha demonstrando anteriormente nesse trabalho), visto que as áreas de orlas têm sua jurisdição circunscrita às esferas estatais. Daí a necessidade de intervenção do Município na estruturação espacial desses espaços que, no caso de Mosqueiro, tem sido regido pelo Plano Diretor Urbano e pelo Estatuto da Cidade de Belém. Nesses instrumentos de legalização e gestão, as orlas de Belém correspondem a áreas de influência direta do estado e, assim, espaços públicos, em que se inserem as orlas da Ilha de Mosqueiro, nas quais as ações estatais têm sido gestadas como mecanismo de reforma e estruturação de equipamentos turísticos como calçamentos, ciclovias e praças (ver quadro 07).





FOTO 23: Perspectiva da avenida Beira-rio.  
Foto: Tavares, 2004.

#### Orla das Praias do Chapéu Virado e Farol

Como se observa na foto ao lado, o Estado em sua esfera municipal age sobre a modelação do espaço turístico da orla de praia de Mosqueiro. A placa, da prefeitura do Partido dos Trabalhadores (PT) – 1996 a 2004, apresentava o projeto de construção da calçada e ciclovia nas praias do Farol e Chapéu Virado, inauguradas em 2004.



FOTO 24: Perspectiva da orla do Murubira.  
Foto: Tavares, 2006.

#### Orla das Praias do Murubira ao Areião

Como se observa na foto ao lado, o Estado em sua esfera municipal age sobre a modelação do espaço turístico da orla de praia de Mosqueiro. A placa, da gestão do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – 2004 a 2008, apresenta o projeto de recuperação viária da orla de praia do Murubira à praia do Areião, realizada em 2006.



FOTO 25: Perspectiva da área de entrada do HFP.  
Foto: Tavares, 2006.

#### Orla da Praia do Paraíso

Como se observa na foto ao lado o Estado em sua esfera federal age sobre a modelação do espaço turístico da orla de praia de Mosqueiro. A placa, instalada na entrada do Hotel Fazenda Paraíso, informa o financiamento da construção desse hotel na orla da praia do Paraíso pelo Banco da Amazônia (BASA)

QUADRO 07: Ações do Estado na orla de praia da Ilha de Mosqueiro.

Fonte: Elaborado a partir de trabalhos de campo realizados em Mosqueiro entre 2004 e 2006.

O quadro anterior se configura como uma tentativa de sistematizar as ingerências dessas ações estatais sobre a organização da rede turística mosqueirense. Por meio dele nota-se a presença na orla dessa localidade do Estado em sua esfera municipal e federal, e ausência da esfera do governo estadual, que quase não tem atuação nessa área mesmo possuindo um órgão oficial de Turismo do Governo do Estado do Pará – a PARATUR. Por isso, o quadro 07 apresenta apenas amostragem de ações municipais e federais, sendo as primeiras exemplificadas com obras das duas últimas gestões municipais de Belém, isso porque, sem dúvida, essa é a esfera governamental com maior atuação em Mosqueiro, visto ser esse distrito municipal.

Assim, observam-se na primeira coluna do quadro 07 fotos que ilustram a presença do Estado em todos os três nódulos privilegiados da rede turística mosqueirense e, na segunda coluna, detalhamento sobre as propostas de intervenção em cada um desses nódulos, que estão dispostos em cada uma das linhas do quadro, estando as duas primeiras relacionadas à Orla Oeste e a última à Orla do Paraíso. A atuação da esfera estatal municipal se dá também no Paraíso, apesar do quadro anterior colocar em evidência a ação do governo federal que a propósito se manifesta de forma indireta, a exemplo dos financiamentos proporcionados pelo BASA. Entre esses financiamentos destaca-se o do HFP que proporcionou a ampliação das instalações desse empreendimento na Praia do Paraíso e engendrou seu proprietário como principal agente de turistificação dessa praia, como assesta Viana (2001):

[...] o Paraíso vem passando por um processo sistemático de implementação de novos equipamentos urbanos [...] O HFP introduziu novos valores na comunidade do Paraíso, conduzindo os moradores a ter uma nova percepção do turismo... criou-se a idéia do moderno [...] refletem-se também no cotidiano dos barraqueiros e moradores [...] (p. 34)

Tais evidências possibilitaram ao HFP aumentar o fluxo de turistas hospedados em seu estabelecimento, principalmente no período de veraneio e nas festividades organizadas pela empresa HFP como as comemorações de fim de ano já realizadas, de acordo com residentes locais (Trabalho de campo, Mosqueiro, maio 2006), há alguns anos nas adjacências do restaurante do hotel na Praia do Paraíso, que nesse momento é delimitada com exclusividade aos hóspedes desse hotel. Nesse sentido, a ação da esfera federal para a organização do espaço turístico da rede mosqueirense se dá de forma indireta, o que nessa localidade pode ser constatado tanto na Orla de Praia da ilha quanto na Orla de Várzea com o PROECOTUR, onde suas intervenções auxiliaram na ampliação física dos empreendimentos e dos fluxos turísticos (locais, nacionais e internacionais).

Enquanto a esfera federal age indiretamente sobre o espaço turístico de Mosqueiro, a esfera municipal age de forma direta sobre a organização espacial dessa área, o que pode ser constatado pelas placas informativas de obras apresentadas no quadro 07, em muitos casos, relacionadas a equipamentos vinculados à rede que dá suporte a rede turística local, a exemplo da recente pavimentação da avenida Beira-rio no trecho da Orla da Praia do Paraíso que, como já se disse em outro momento do trabalho, só foi possível pelo reordenamento turístico do HFP. Sem dúvida a esfera municipal é a mais atuante em Mosqueiro, criando infra-estruturas e reforçando sua funcionalidade turística, como ressalta o relatório do Estudo Preliminar para a Municipalização do Turismo nas Regiões das Ilhas realizado pela SEGEP:

Para iniciarmos um estudo de tão alta relevância ao Município de Belém, priorizamos de certa forma duas regiões iniciais, que já possuem alguma infra-estrutura capaz de sugerir a princípio a implantação do turismo [...] Como Mosqueiro já possui uma certa infra-estrutura e sua população, acostumada ao cotidiano dos finais de semana do paraense, criamos uma forma de mostrar as belezas e os aprazíveis locais desse município [...] através de passeios à ilha, com roteiros definidos, além de roteiros alternativos, conveniados com a

iniciativa privada [...] para um passeio necessitaríamos primordialmente de roteiros que visem satisfazer toda uma gama de informações histórica, cultural e ecológica [...] com uma boa cozinha a moda do norte (peixes e comidas típicas) . (PMB, 1994, pp. 4;5;6)

A percepção dos técnicos municipais, embutida na citação anterior, reforça aquilo que Santos (1994) diz sobre o espaço ser um reflexo, uma condição e um meio de produção e reprodução da vida social, isso porque como declara o relatório, o incentivo à configuração de circuitos turísticos na ilha era condicionado pelas infra-estruturas preexistentes naquele espaço como reflexos espaciais das práticas turísticas de segunda residência e, como tal, constituíam-se em meios para o turismo de sol e praia. Esse evento turístico foi até a década de 1990 o principal foco das ações estatais para o turismo em Mosqueiro quando então a primazia das ações voltara-se ao turismo ecológico, como também apresenta a já referida citação.

A mudança nas ações estatais o sobre turismo nessa localidade é substrato tanto das discussões sobre o meio ambiente em escala mundial como das ações federais para a organização do turismo na Amazônia, especificamente o Plano de Turismo da Amazônia e o Plano Nacional de Municipalização do Turismo. Como substrato dessas ações na esfera federal tem-se a realização do estudo mencionado anteriormente e depois o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS) elaborado pela SEGEP e ADMO (PMB, 2002). Atualmente, tem-se vivenciado projetos na esfera municipal de reforço ao turismo de sol e praia, fundamentalmente, destinados aos movimentos de segunda residência e de hotelaria em detrimento das práticas excursionistas, essencialmente, a relativa à demanda deslocada através dos meios de transporte de tarifa urbana.

O reforço do turismo de sol e praia destinado aos movimentos de segunda residência fica explicitado na arquitetura do pórtico de entrada na ilha cuja estrutura, como se relatou em outro momento, remonta às velhas formas dos chalés praianos do início do século XXI. Nesse sentido,

observa-se o estado ora reforçando determinadas práticas ora as enfraquecendo em Mosqueiro, como no caso do próprio turismo ecológico, que sendo empreendido por ele teve seus fluxos reduzidos quando da diminuição dos investimentos públicos na área, os quais foram destinados às orlas de praias dessa localidade, que passam a ser vistas como *locus* do turismo de segunda residência. Isso se torna mais evidenciado nas ações da atual gestão municipal que provocaram o fim da tarifa urbana instituída na década de 1990 para o transporte rodoviário coletivo que circulava para Mosqueiro.

A institucionalização da tarifa urbana no circuito de transporte para Mosqueiro representou um ajuste legal ante o fato dessa localidade ser porção espacial inerente à cidade de Belém e, como tal, ter direito a transporte com os mesmos preços praticados na sede municipal. A atual gestão municipal, no ano de 2006, elevou a tarifa desse tipo de transporte a patamares superiores ao valor praticado na parte continental de Belém e, inclusive ao praticado nos municípios que compõem a sua região metropolitana. Outra ação da PMB que, de certa forma, permite entender a organização turística empreendida por esse organismo público, reside na elaboração de operações na PA-391 durante a alta estação do veraneio paraense, cujo objetivo era impedir a entrada na ilha de uma parcela dos fluxos excursionistas.

Segundo os técnicos da PMB e da PM paraense (Trabalho de campo, Mosqueiro, jul. 2006) foram criadas barreiras onde o transporte coletivo parava para inspeção dos passageiros como disse um dos entrevistados: “[...] os menores desacompanhados, pessoas sem documentos, sem dinheiro ou só com um real no bolso são mandadas de volta [...]”. Essa atuação radical da PMB ao mesmo tempo em que foi criticada, foi considerada uma medida necessária pelos técnicos dessa instituição, como ressalta a fala de um deles: “uma triagem na entrada de Mosqueiro [...] que até é inconstitucional porque a ilha é Belém... eu considero inconstitucional

pelo direito de ir e vir, mas tem dado certo, se você vê os índices de violência” (Trabalho de campo, Mosqueiro, jul. de 2006).

A fala do técnico da PMB mencionada no parágrafo anterior ressalta o fato de que a ação inconstitucional de coibir o direito de ir e vir dos cidadãos belenenses proporcionou a diminuição dos índices de violência na ilha sem, entretanto, apresentar nenhum dado estatístico que comprovasse tal argumento. O Estado é responsável (mesmo relacionado com a iniciativa privada), segundo Beni (1997), pelo direcionamento das várias políticas de ação nas diversas esferas sociais, exercendo o direito e poder de interferência e fiscalização no âmbito de sua competência, o que inclui a prática do turismo.

Contudo, práticas inconstitucionais como as de coibir o direito e liberdade do cidadão de circular são inadmissíveis no momento contemporâneo em que se busca a diminuição das desigualdades sociais e a coexistência com a diferença. A inconstitucionalidade da ação governamental apresentada na fala transcrita no parágrafo anterior, remete às dimensões de espaço público que envolve o distrito, a ilha e a orla de praia de Mosqueiro. Isto é, o distrito de Mosqueiro enquanto porção espacial de Belém de onde procede a maior parte de seus fluxos turísticos, torna-se legalmente um espaço em que esses fluxos podem circular e usar; assim como, enquanto ilha e orla de praia da zona costeira brasileira, Mosqueiro configura-se como um espaço público da união e teria jurisprudência nessa esfera, que na ausência de regulamentação própria responde à constituição de onde deriva o direito de ir e vir a todos os cidadãos brasileiros.

Sendo legalmente espaço público as orlas de Mosqueiro deveriam ser gestadas ao uso múltiplo do turismo e da convivência de diferentes expressões da sociedade. A ação do poder público municipal para ordenar o espaço turístico de Mosqueiro é mais bem compreendida quando se analisa a visão de Castoriadis (2002) para quem apesar da igualdade entre os cidadãos passar primeiro pela igualdade em relação à lei, essa “[...] não se resume à outorga de ‘direitos’

iguais passivos – mas consiste na participação geral ativa nos negócios públicos” (p. 304). Entende-se, assim, que a participação local não se confunde com modelos que “meramente informam” a essa população as ações ou propostas de intervenção pública, sem um real envolvimento da localidade às quais se dirigem essas ações ou propostas. No caso da gestão do espaço de Mosqueiro a legislação de espaço público sucumbiu ante a não participação geral e ativa dos grupos sociais por ela abarcados, fato talvez muito mais caracterizado na questão do fortalecimento de uma prática e um evento turístico em detrimento de outros, do que mesmo na “triagem”.

Isso porque em relação à triagem, em certa medida (e somente “em certa medida”) as ações da PMB encontram amparo legal, por um lado, nas leis do estatuto da criança e do adolescente e, por outro, nas leis que determinam a apresentação de documento oficial do governo brasileiro (carteira de identidade, de trabalho, etc.) para que então se comprove ser cidadão brasileiro com plenos direitos de ir e vir em território nacional (NIETO, 2001). Entretanto, em relação à não participação dos diversos grupos no “negócio público” do turismo em Mosqueiro, fica evidente que as ações do poder público na orla da ilha, ao focar somente um dos movimentos ou eventos turísticos realizados na ilha, não tem respeitado o espaço público dos diversos grupos sociais que constroem essa orla, já que para muitos dos entrevistados o turismo nessa localidade deveria ser fortalecido em todas as direções (Trabalho de campo, Mosqueiro, maio, 2006).

Nesse sentido, as ações do estado sobre a organização do turismo na ilha são realizadas de maneira esporádica e aleatória, bem como centralizada ora em um dos nódulos da rede turística enfatizando-se um evento do turismo, ora em outro nódulo enfatizando outro evento do turismo. Fator que torna evidente a visão de espaço público dessa instituição, ou seja: um espaço de simples outorga de direitos àqueles grupos sociais. Além disso, as ações fiscalizadoras do Estado

são tímidas e inibem o avanço da construção de um espaço realmente público na orla de Mosqueiro, já que as constantes desobediências às leis orgânicas municipais não são punidas, ao contrário, são encaradas como naturais. Isso se evidencia na permanência ao longo das orlas de estruturas de barracas, cujo padrão construtivo está fora dos delimitados pela PMB ante a concessão da permissão de uso aos comerciantes.

Tal constatação incide sobre outra, a de que há organização espacial desconforme entre as barracas existentes na orla mosqueirense, o que é mais expressivo na Orla do Paraíso, onde parte da área da praia ali existente fora anexada a propriedade do Hotel Fazenda Paraíso, já que a construção do restaurante desse hotel privatizou parte dessa praia que pertencia a duas barracas. Essa construção é pouco retomada no discurso municipal de Mosqueiro, fundamentalmente, porque suas ações se concentram em um único ponto do espaço turístico de Mosqueiro, fundamentalmente em sua Orla Oeste, o que representa um desconhecimento das diversas vivências turísticas locais e compromete a estruturação de fato do espaço público nessa localidade, assim como, promove um enfraquecimento da rede turística cujo papel é visto como fundamental ao local tanto por moradores e turistas quanto por pequenos comerciantes e empresários, o que ficou evidente em várias das entrevistadas coletadas.

Mais que isso a organização da rede turística em Mosqueiro permite vê-la como instrumento mobilizador da estruturação do espaço público dessa localidade, pois ao mesmo tempo em que seleciona e denota nodosidade interconecta-as por meio da interação entre seus fluxos, como se demonstrou em outra parte desse capítulo, engendrando a coexistência de diferentes práticas turísticas. A idéia de coexistência de diferentes práticas turísticas como potencializadora do espaço público na Ilha de Mosqueiro faz pensar como Arendt (1987) que a presença de grupos sociais distintos é necessária à garantia da realidade do mundo, pois a



existência consiste naquilo que aparece a todos e tudo aquilo que deixa de ter essa aparência se esvai como um sonho.

Com base nesse pensamento a autora argumenta a respeito da existência de um espaço da aparência como pré-condição à constituição formal da esfera pública: “[...] espaço da aparência passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação [...]” (ARENDT, 1987, p.211), assumindo uma aparência explícita e aparecendo aos outros, e lhes dando a oportunidade de também aparecer, como assesta a autora:

Embora a distinção entre o privado e o público coincida com a oposição entre a necessidade e a liberdade, entre a futilidade e a realização e, finalmente, entre a vergonha e a honra, não é de forma alguma verdadeiro que somente o necessário, o fútil e o vergonhoso tenham o seu lugar adequado na esfera privada. O significado mais elementar das duas esferas indica que há coisas que devem ser ocultadas e outras que necessitam serem expostas em público para que possam adquirir alguma forma de existência. (p. 211)

Indo ao encontro deste postulado, Castoriadis (2002) propõe uma distinção entre o ‘formal’ e o ‘real’, pois “[...] a existência de um espaço público não é uma simples questão de dispositivos jurídicos que garantam a todos a mesma liberdade de pronunciamento” (p. 311), essa é apenas uma das condições à concretização de espaços públicos, no entanto, o essencial consiste em: “o que irá a população fazer com esses direitos?” (IDEM, p. 311). O espaço público é para esse autor um domínio público que ‘pertence a todos’ e tudo aquilo que se julgar importante deve ser trazido ao público. Para Arendt (1987, p.67) reside nesses fatos o “significado de vida pública”, ou seja, “todos vêm e ouvem de ângulos diferentes” os diversos argumentos dos grupos sociais em questão que, como declara Gomes (2001), em geral são conflituosos.

Em se tratando das redes, esse conflito fica mais evidente porque, como mostra Amar (1988), o funcionamento e a existência das redes provocam efeitos diretos com serviços,

estruturantes sobre o urbano ou a economia e efeitos previstos ou perversos que se voltam sobre o próprio funcionamento das redes transformando-as. Isto se aplica à rede turística de Mosqueiro, onde os diversos agentes de turistificação e eventos turísticos se atraem e se repelem num processo dialético de construção sócio-espacial, porém por seus centros de comando serem difusos como essencialmente se analisou na parte anterior, quem exerce o poder nesses centros ‘tendência’ à negociação.

Para Gomes (2002) a existência dos conflitos como resultado de interesses divergentes não se apresenta por si só como contraposta à efetivação de espaços públicos que é: “[...] um lugar de conflitos, de problematização da vida social, mas sobretudo é o terreno onde esses problemas são assinalados e significados. Por outro lado, ele é uma arena onde há debates e diálogo [...] e] reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social” (p. 164). O grande impasse, diz o autor, relaciona-se às medidas adotadas com vistas à resolução desses conflitos, as quais costumam priorizar a centralização de uma única ação que, em muitos casos, não é a dos grupos sociais com maior representatividade em número de cidadãos.

No caso da rede turística os dados coletados em campo indicam ser exatamente isso que vem ocorrendo, veja-se o caso do proprietário do Hotel Paraíso que ao estabelecer seu empreendimento na orla da praia de mesmo nome contratou mão de obra local, logo em seguida demitida, segundo comerciantes entrevistados, “pelo despreparo no tratamento dos hóspedes e na organização das instalações do hotel” (Trabalho de campo, Mosqueiro, jan. 2005). Qual a construção de espaço público daí derivada? Não houve nenhuma espécie de diálogo entre os grupos sociais envolvidos. A PMB enquanto Poder Público institucionalizado que deveria mediar o diálogo não teve nenhuma atitude, nem para propor cursos de capacitação aos agentes locais. Contudo, no espaço turístico da rede mosqueirense os conflitos ainda não atingiram níveis de

complexidade mais elevados, em que, por exemplo, os conflitos são acirrados por índices elevados de prostituição (inclusive infantil).

A ausência desses índices em Mosqueiro permite pensar, como indica Souza (1997), que a prática turística nessa localidade ao proporcionar contatos massivos e prolongados entre grupos diversos poderia contribuir para “um aprendizado mutuamente enriquecedor e desvanecedor de preconceitos” (p. 21). Mais que isso, a configuração do turismo ecológico no oeste de Mosqueiro propiciou um novo olhar sobre o lado ribeirinho da ilha, esquecido com a desativação do transporte fluvial no final do século passado, e que a utilização do trapiche da Vila e do Porto Pelé como objetos espaciais essenciais ao uso turístico desse lado da ilha fez re-visitá-lo. Isso possibilitou um outro olhar do turista sobre seu espaço de vivência turística, o qual se delineou pela descoberta de que esse espaço não se restringe às praias da Orla Oeste, fato evidenciado no relato de vários turistas que visitam a trilha: “[...] eu nem sabia que existia isso aqui [...] quando me falavam de Mosqueiro eu só lembrava do verão, das casas de praia e da praia” (Turista de segunda residência, trabalho de campo, Mosqueiro, agosto 2003).

Além disso, o uso turístico da Orla de Várzea do oeste mosqueirense repercutiu sobre os fluxos turísticos vindos de outros países a Belém, principalmente os alemães que, segundo dados das agências visitadas (Trabalho de campo, Belém, dez. 2006), passaram a visitar a orla de Mosqueiro, incluindo as orlas de praias dessa localidade. As praias constituem, na concepção de Gomes (2002), um espaço público por excelência já que há “[...] uma multiplicidade de manifestações que variam bastante, segundo a localização espacial e o período de tempo no qual ocorrem [...]” (p. 164). Nesse viés, a vinda de estrangeiros às praias de Mosqueiro articulados por sua rede só tem a acrescentar ao diálogo do espaço público dessa área, desde que a prática turística, como assesta Souza (1997, p. 21): “[...] em vez de simplesmente *se ajustar* a uma

realidade marcada por heteronomia, disparidades e preconceitos (eventualmente até *agravando* esses problemas), [possa] contribuir, de algum modo, para minorar esse quadro [...]”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] reforçamos, a título de conclusão, que o *produto final da análise de uma pesquisa*, por mais brilhante que seja, *deve ser sempre encarado de forma provisória e aproximativa*. Esse posicionamento por nós partilhado se baseia no fato de que, em se tratando de ciência, as afirmativas podem superar conclusões prévias a elas e podem ser superadas por outras afirmações futuras. (GOMES, 2001, p.79)

Sabe-se, como a citação acima afirma, que o esforço depreendido para a realização desse trabalho resultou em uma análise provisória e aproximativa sobre a temática da rede turística e a organização espacial da Ilha de Mosqueiro. Partindo da perspectiva teórica de Urry (1996) sobre o olhar do turista; de Knafou (1999) sobre os agentes de turistificação dos lugares; de Santos (1999) e Dias (2005) sobre as redes e a organização espacial e; de Costa, Ribeiro e Tavares (2005), procurou-se responder por meio desse trabalho aos seguintes questionamentos: Qual a relação entre as práticas turísticas e a implementação das redes técnicas na Ilha de Mosqueiro? Até que ponto a implementação dessas redes técnicas foi capaz de colaborar com a estruturação de uma rede turística em Mosqueiro? Qual a configuração espacial da rede turística de Mosqueiro e quais seus agentes e condicionantes sócio-políticos? De que maneira a estruturação da rede turística de Mosqueiro permite entender a prática turística em sua relação transescalar e como isso pode contribuir ao debate contemporâneo sobre o turismo?

As *aproximações* efetivadas nesse trabalho permitem dizer que a Ilha de Mosqueiro, localizada no norte do Município de Belém, tem seu espaço ordenado para a prática turística desde o início do século passado quando efetivamente passou a ser distrito administrativo desse município. Esse ordenamento deu-se como substrato da urbanização da área central da cidade de Belém durante o período áureo da borracha, que proporcionou a vinda de estrangeiros, principalmente europeus, para trabalhar nessa cidade, os quais passaram a usar as orlas de praias

estuarinas da Ilha de Mosqueiro como ponto de referência a viagem para o descanso e lazer (MEIRA FILHO, 1978). Desde então, a ilha tem sido estruturada para as práticas turísticas, em primeiro momento pelos próprios turistas que foram responsáveis pelo estabelecimento dos primeiros equipamentos urbanos e turísticos na ilha como: trapiches, ruas e segundas residências; depois o estado passou a intervir na estruturação desse espaço com o estabelecimento de redes técnicas de circulação.

De acordo com Dias (1995), as redes devem ser consideradas como um conjunto conectado de fluxos e fixos (pontos e retas) que organiza o espaço de forma seletiva. Esse conjunto corresponde, na visão de Moreira (1998), a uma nova perspectiva de organização sócio-espacial, o que para Dias (2005), tornam as redes responsáveis por uma intensa mobilidade territorial de populações e coisas. A observação da conexidade entre regularidades e singularidades no processo engendrado por essa mobilidade permite, como assesta Martin (1988), visualizar seqüências e seguir passos que ajudem a definir a configuração reticular nela embutida.

As redes técnicas foram implementadas em Mosqueiro dada interferência direta dos turistas na PMB, pois como mostra Meira Filho (1978), muitos dos membros integrantes dos órgãos e secretarias municipais eram segundos residentes nessa localidade. Essa relação entre turismo e poder municipal engendrou a configuração de duas redes técnicas de circulação: a fluvial e a rodoviária, sendo as duas responsáveis por dois sentidos de direção na ocupação ou ordenamento do espaço turístico de Mosqueiro: o eixo oeste-leste e o eixo leste-oeste. O primeiro deu-se com a introdução da rede de circulação fluvial e se estendeu da Praia do Areião, na Vila, até a proximidade da Praia do Ariramba, onde se concentram as inúmeras redes técnicas empreendidas para atender as demandas turísticas encontradas nesse eixo.

O segundo eixo (leste-oeste) compreende a área de penetração turística e se engendra a partir da construção da rodovia Meira Filho e da ponte Sebastião de Oliveira implementadas na

segunda metade do século passado. Esse eixo é delimitado entre as Praias do Paraíso e do Ariramba, onde as redes técnicas encontram-se relativamente, de acordo com os dados levantados, bem estruturadas. Essas redes técnicas dizem respeito ao sistema de abastecimento de água tratada, de energia elétrica, de esgotamento sanitário, de comunicação e de circulação instalados na ilha e cuja efetivação está pautada em ações de turistas, do Estado e dos moradores locais.

A existência dessas redes técnicas em Mosqueiro é ressaltada em vários documentos e projetos da PMB, a exemplo do Plano Diretor do Município de Belém (PMB,1993) e do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável – PDLS - de Mosqueiro (PMB, 2002), como essenciais ao fortalecimento da atividade turística na ilha, a qual tem presença garantida nos projetos turísticos da cidade de Belém efetivamente pela estruturação dessas redes técnicas, além de sua proximidade da área central da cidade de Belém, o que facilita o uso de outras redes técnicas como a de circulação aérea. Esses fatores estruturam-se como condicionantes espaciais para a maior fluidez e mobilidade de coisas e pessoas em Mosqueiro e, como mostra Santos (2002), a uma concentração de objetos técnicos que “atrai” novos objetos técnicos.

Nesse sentido, pode-se dizer que a estruturação espacial das redes técnicas deu suporte a configuração espacial da rede turística de Mosqueiro, a qual abarca três níveis de solidariedade: local, nacional e internacional; que delineiam as escalas das ações engendradas pela prática turística desenvolvida nessa localidade. Segundo Costa e Tavares (2005) a rede turística é definida a partir das redes de suporte e se delinea pela articulação entre áreas emissoras e receptoras de fluxos turísticos, nas quais se configuram nódulos privilegiados conectados por meios de alimentação, meios de hospedagem, meios de entretenimento, empresas, atrativos e demanda turísticos nas mais variadas escalas geográficas.

Dessa forma, pode-se dizer que a configuração espacial da rede turística de Mosqueiro se define por um grupo de países e estados brasileiros caracterizados como áreas emissoras de demandas turísticas, os quais na rede formatam-se como fixos e fluxos, sendo os mais mencionados, nas entrevistas realizadas: em escala mundial - Guiana Francesa, Alemanha, Suécia, Noruega, França, Bélgica, Estados Unidos, Japão, Itália e Inglaterra; em escala nacional – São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Ceará. Em se tratando da escala local os fluxos e fixos da rede turística, segundo dados da BELEMTUR (PMB, 2006), corresponde em aproximadamente 80% da área central da cidade de Belém.

Em Mosqueiro a rede turística organiza o espaço a partir de três nodosidades: Orlas Oeste (Praias do Murubira, Chapéu Virado e Farol); Orla da Praia do Paraíso e Orla de Várzea das trilhas ecológicas; as quais, respectivamente, estão relacionadas a eventos turísticos de sol e praia, de turismo na natureza e de turismo ecológico de excursão, os quais são efetuados por movimentos de segunda residência, de hotelaria e de excursionismo. Tais nodosidades são reflexos e condicionantes espaciais dos olhares dos turistas que, de acordo com Urry (1996), são organizados por um conjunto de sinalizações em dois eixos: o romântico ou aquele ligado a constitutivos naturais do ambiente, sendo delimitado pelo bucolismo (relacionado à tranquilidade e nostalgia do local) e o coletivo ou aquele ligado aos constitutivos sociais do ambiente, sendo delimitado “pelo fazer parte da multidão” (relacionado ao adensamento dos fluxos e entretenimentos no local).

A efetivação tanto da prática do turismo de sol e praia quanto a do turismo ecológico realizada na Ilha de Mosqueiro sofreu influências de condicionantes sociais em escala mundial, no primeiro caso relacionada à necessidade de fugir da rotina urbana, onde a praia passa a exercer uma nova funcionalidade à sociedade, ou seja, de lazer e descanso disseminados com maior intensidade depois da Segunda Guerra Mundial, na primeira metade do século passado (TUAN,



1980; CORBIN, 1989; URRY, 1996, KNAFOU, 1999) No segundo caso, relacionada aos discursos mundiais sobre a questão ambiental empreendidos por várias Conferências Mundiais sobre o Meio Ambiente e disseminados com maior intensidade depois da divulgação, na segunda metade do século passado, do relatório de *Brundthand* (FIGUEIREDO, 1997; COELHO, 1999; FENELL, 2002).

Esses condicionantes sociais proporcionaram a configuração de outros condicionantes da organização espacial da rede turística em Mosqueiro, os quais atuaram em grupos sociais como principais agentes de turistificação dos nódulos dessa rede. Dessa forma, pode-se dizer que os principais agentes de turistificação na orla das Praias do Murubira, Chapéu Virado e Farol são os turistas, já que são eles que controlam a produção e o uso dessa porção espacial da ilha, definindo as formas e funções dos objetos ali existentes. Os principais agentes de turistificação na Orla da Praia do Paraíso, são as empresas turísticas, especificamente a empresa denominada Hotel Fazenda Paraíso (HFP), cujo escritório sede encontra-se alocado no entorno da área central de Belém e o meio de hospedagem na Orla da Praia do Paraíso, que representa o principal insumo logístico do turismo na área.

Por fim, o principal agente de turistificação na Orla de Várzea das trilhas ecológicas é o Estado, principalmente em sua esfera municipal, mas também em esfera federal. No primeiro caso observa-se a ingerência direta sobre a formatação da trilha ecológica Olhos D'água e o auxílio na estruturação do restaurante do Nonato, destinado a atender as demandas da trilha. No segundo caso, a ingerência se deu por meio do PROECOTUR - Amazônia Legal, como a reestruturação do Porto Pelé que é ponto de desembarque final do roteiro da trilha Olhos D' água. A efetivação dessas ações engendrou o fortalecimento de grupos sociais locais como os proprietários do restaurante do Nonato, que formataram novas trilhas ecológicas com aspectos

paisagísticos de mata densa na área do sítio Pratiqüara, onde também está alocado o respectivo restaurante.

Nesse sentido, emergem com maior intensidade os condicionantes sócios-políticos da rede turística de Mosqueiro, essencialmente, porque a ação do Estado enquanto agente de turistificação em Mosqueiro não se restringe à Orla de Várzea das trilhas ecológicas, na qual ele se constitui como agente hegemônico, mas se ramifica para as outras nodosidades da rede. Assim, detecta-se uma co-participação do Estado, ou uma atuação como agente de turistificação secundária nas orlas das Praias do Murubira, Chapéu Virado e Farol; e na Orla da Praia do Paraíso, onde ele é responsável pela implementação das redes técnicas que dão suporte ao empreendimento dos equipamentos turísticos, dentre os quais é responsável pela gerência indireta dos meios de alimentação, fundamentalmente, das barracas distribuídas na área das praias e; dos meios de entretenimento como palcos de shows e espaços de convivência, sobre os quais tem gerência direta.

Meios de entretenimento e de alimentação compõem o quadro de equipamentos turísticos da rede turística, que conta ainda com os meios de hospedagem, as empresas turísticas e os atrativos turísticos. Em Mosqueiro esses equipamentos correspondem a restaurantes, bares, boates, hotéis, casas de segunda residência, pousadas, agências de viagens, operadoras e postos de informação turística. Em se tratando da organização espacial a partir da rede turística na Ilha de Mosqueiro, os objetos mais citados nas entrevistas foram: as barracas do Paraúcho e de São Jorge; os restaurantes do Hotel Fazenda Paraíso e do Nonato; o bar Murubasbar; a boate Fuxico do Farol; as praças, quadras de esportes; os palcos de shows; o Hotel Fazenda Paraíso; o Hotel Farol; o Apart-hotel Murubira; a Associação das Agências e Operadoras Turísticas (BRASTUR); a Companhia de Turismo de Belém (BELEMTUR); a empresa HFP; a Vale Verde Turismo e a

Adetur; os atrativos naturais, como as praias e a flora, e os sociais, como os trapiches, os portos e os palcos de shows.

Esses objetos que fazem parte dos fixos da rede turística de Mosqueiro, ou seja, seu sistema de objetos, são substratos e condicionantes dos sistemas de ações empreendidos primordialmente pelos agentes de turistificação desse local. Essas ações se dão de forma seletiva e, portanto, conectam seletivamente os equipamentos turísticos que compõem a rede mosqueirense, onde, dada a diversidade de agentes e nodosidades dessa rede se configuram vários centros de comandos. Esses centros de comandos determinam as relações de poder na rede turística de Mosqueiro, o qual ora é exercido pelos turistas e empresas turísticas em escala nacional e internacional como a BRASTUR, ora é exercido pelos agentes de turistificação locais, como os turistas de segunda residência e as agências e operadoras turísticas como a Adetur, daí a necessidade e tendência à negociação entre os agentes que exercem o poder na rede turística.

Essa tendência à negociação entre os agentes que exercem o poder na rede turística de Mosqueiro permite uma inter-relação entre as nodosidades da rede e os sujeitos nela envolvidos, principalmente, quando se considera que apesar da seletividade espacial e turística da rede seus fluxos costumam interconectá-los. Isso porque, quem frequenta a Praia do Murubira, em geral frequenta a Praia do Paraíso e as trilhas ecológicas. Em outras palavras, o olhar dos turistas entrevistados não é inerte mas também varia muito. O olhar do turista contribui, na perspectiva de Tuan (1980), na organização do local visitado por possibilitar visão sob ângulos diferentes de quem mora nesse local.

Tal acepção aponta para uma abordagem do turismo a partir da rede que engendra a possibilidade de entender a organização espacial gerada por essa prática analisando as perspectivas e olhares em múltiplas escalas geográficas ou transescalar e, portanto, incidir sobre a convivência com a diferença que, para Massey (2000), é essencial para o entendimento dos

lugares contemporâneos, em que novas formas e usos lhes denotam um sentido global de lugar e não a sua degradação. Luchiari (1999) também concorda com essa perspectiva de abordagem do turismo. Para ela os lugares turísticos são configurados por uma urbanização turística que é produto de um diálogo entre o novo e o velho.

No caso de Mosqueiro, esse diálogo entre o novo e o velho denotou características da área das trilhas que levaram os moradores locais a se reconhecerem diante do encontro com outros grupos sociais como os turistas nacionais que, ao visitar a trilha, sempre perguntavam sobre o artesanato local. Isso proporcionou o ressurgimento da confecção de artesanatos, como a varinha do amor, um artefato muito utilizado no início do século passado na ilha, mas que havia sido esquecido pelos grupos sociais locais. Além disso, a fala dos visitantes sobre a área fez com que esses grupos locais se vissem como parte de “algo muito importante” (Morador local, trabalho de campo, Mosqueiro, out. 2005), bem como modificou a visão de vários dos visitantes de segunda residência sobre a Ilha de Mosqueiro, já que muitos dos entrevistados tinham a imagem desse local apenas como uma área de praias.

Nesse viés, a estruturação da rede turística de Mosqueiro permite entender a prática turística, a partir da metodologia de seguir os atores, em sua dimensão transescalar e concomitantemente entender os múltiplos usos turísticos da orla mosqueirense, o que levou a compreensão de que toda ação sobre o espaço turístico dessa localidade deve considerar esses diversos usos. Além disso, a análise dessa rede turística permitiu entender a construção da relação entre o local e o global na cidade de Belém, essencialmente, no que diz respeito ao continente europeu de onde se originam os fluxos turísticos mais intensos destinados a Mosqueiro.

A intensidade desses fluxos só toma sentido quando se identifica que a transescalaridade definida pela prática turística em Mosqueiro é delineada no processo contemporâneo de mobilidade sócio-espacial, em que a fluidez de coisas e pessoas aproximou relações que são em

primeira instância estruturadas em locais longínquos e distintos, mas que se interconectam em uma dada porção espacial, a qual é selecionada pelos olhares turísticos dos grupos sociais em movimento. Esses olhares turísticos são responsáveis pela seleção de usos e porções espaciais em um local, o que acaba por delimitar a existência de práticas sociais diferenciadas, as quais não podem ser consideradas fora das relações mais fixas desse local, já que são resultantes de processos sociais engendrados por técnicas de fluidez constituídas pela sociedade contemporânea presentes nesse local.

Contudo, a configuração de práticas turísticas diferenciadas na orla de Mosqueiro não deve ser confundida com o uso desigual desse espaço, isto é, um uso dado pela exclusividade turística de determinado grupo social. A organização espacial em rede constitui-se por excelência como seletiva e, portanto, essencialmente condutora de desigualdades, o que impõe um limite e um desafio à análise da rede turística: como transpor essas características intrínsecas as redes para que o encontro com a diferença, proporcionado pelas relações transescalares desenvolvidas pelas redes, possa coexistir e incidir sobre o fortalecimento dos espaços públicos como os de orlas? Isso implica dizer que a abordagem transescalar revela, também, uma necessidade e um desafio ao planejamento da organização espacial da rede turística: trabalhar com as perspectivas diversas e fluídas dos turistas, pois, só assim a prática turística pode incidir sobre a formatação de um espaço público na área das orlas da ilha.

Para Arendt (1987) e Gomes (2002), o espaço público é resultado da existência da diferença e do trabalho com os conflitos daí provenientes. Nesse sentido, os diversos fluxos turísticos conectados com a rede de Mosqueiro e seus conflitos podem proporcionar subsídios a práticas de fortalecimento do convívio com a diferença. Entretanto, as propostas de soluções aos conflitos gerados pela rede turística não têm incidido no fortalecimento desse convívio, principalmente, quando se trata das ações do Estado que, ora reforça uma prática turística e um

nóculo da rede, ora outro, intensificando o uso seletivo dos espaços conectados pela rede, tentando restringir o uso da orla a alguns grupos sociais, o que tem provocado o próprio enfraquecimento da rede turística de Mosqueiro, cuja formatação e o fortalecimento é apontado como essencial pela maioria dos moradores e comerciantes mosqueirenses entrevistados.

Tal assertiva ficou evidente nas falas dos entrevistados, como o proprietário do restaurante do Nonato, que ao se referir à trilha ecológica Olhos D'água revelava, mesmo sem ter as concepções teóricas, reconhecer a necessidade de fortalecimento da relação turística nas diversas escalas, tanto na global de onde “tem muito alemão querendo vim”, quanto na local onde é preciso se “acustumar com o negócio” (Trabalho de campo, Mosqueiro, out. 2005). Mas não são somente os agentes locais da Orla de Várzea que acreditam que a relação entre essa localidade e as diversas áreas emissoras dos fluxos turísticos, indubitavelmente, é o caminho para o fortalecimento do uso turístico e “do desenvolvimento de Mosqueiro [... que] tá no turismo, é isso que a ilha têm. O que ela tem, indústria? Só o turismo, é isso que a ilha têm [...]” (Trabalho de campo, Mosqueiro, jan. 2005).

Ora, se parte dos agentes locais reconhecem a importância da prática turística nessa localidade, ela não pode ser considerada como exterior a vivência dessa localidade, e se as orlas são consideradas legalmente em Mosqueiro como espaços públicos, seriam as articulações transescalares capazes de engendrar aproximação entre as vivências das áreas receptoras e emissoras a ponto de gerar coexistência de diferenças? Será que as análises das relações entre e dentro da rede turística podem auxiliar um processo efetivo de desenvolvimento social? A resposta a esses questionamentos exige novos trabalhos de pesquisas que sejam capazes de aprofundar as questões deixadas em aberto pelo trabalho aqui sistematizado, bem como melhorar as questões aqui apresentadas.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- AMANAJÁS, W. *Mosqueiro*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1976.
- AMAR, G. Ensaio de modelagem conceitual de uma rede de circulação. In: DUPUY, G. et. al. *Redes territoriais*. Caen: Paradigme, 1988. (tradução desconhecida)
- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- ASSIS, L. F. de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. In: *Território*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 11, 12 e 13, set.-out., 2003.
- BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BENAKOUCHE, T. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da. (Orgs.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- BENI, M. C. Políticas e estratégias de desenvolvimento regional: planejamento integrado do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRANDÃO, E. J. C. Será que roubaram os encantos de Mosqueiro? *O Liberal*, 25 jul. 1999, p. 05.
- BRAZ, V. *Condições de balneabilidade e presença de enteropatógenos em praias estuarinas do Norte do Brasil*. Belém: SEGEP, 2002.
- BOULLÓN, R. C. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru: EDUSC, 2002.
- CARDOSO, M. da P. A. *Ilha do Mosqueiro: cenário de lutas amazônicas na trilha de sua sobrevivência*. Belém: UFPA, CSE. Curso de Serviço Social, 2000.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem – Vol. II*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. *Censo demográfico: Anuários estatísticos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

CLAVAL, P. Redes territoriais e enraizamento. In: DUPUY, G. et. al. *Redes territoriais*. Caen: Paradigme, 1988. (tradução desconhecida)

COELHO, M. C. N. Reflexões sobre o ecoturismo na Amazônia. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.) *O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM – CODEM. *Informações sobre o Município de Belém*. CODEM/PMB, 2001.

CORBIN, A. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COSTA, M. A. F. Ecoturismo, reorganização espacial e desenvolvimento local: uma análise das potencialidades ecoturísticas da ilha de Mosqueiro, Belém/PA. *Relatório de pesquisa PIBIC/CNPQ-UFPA*. Belém,PA,2003.

\_\_\_\_\_. Ecoturismo, espaço vivido e desenvolvimento sócio-espacial: o caso da trilha Olhos D'água na ilha de Mosqueiro, Belém/PA. *Relatório de pesquisa PIBIC/CNPQ-UFPA*. Belém,PA, 2004.

\_\_\_\_\_. *O natural e o humano na trilha do ecoturismo: apontamentos sobre a Ilha de Mosqueiro*, Belém/PA Belém: UFPA/DEGEO, 2005. (Trabalho de Conclusão de Curso)

COSTA, M. A. F.; TAVARES, M. G. da C. Redes turísticas, tecnicização do território e desenvolvimento sócio-espacial: uma análise do sistema de esgotamento sanitário da Ilha de Mosqueiro, Belém/PA. VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 2005, Fortaleza. *Anais Fortaleza*, 2005.

CRUZ, R. de C. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2002.

DADIDOCICH, Fani Considerações sobre a urbanização no Brasil in: BECKER Berta K. et all (orgs) *Geografia e meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.

DE LA TORRE, Ó. *El turismo – fenómeno social*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

DERRUAU, M. *Geografia humana II*. 3 ed. Lisboa: Presença, 1982.

DIAS, L.C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

\_\_\_\_\_. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da. (Orgs.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

EMBRATUR. *Programa Nacional de Municipalização do Turismo*. Brasília, DF, 1994.



\_\_\_\_\_. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília, DF: MICT, IBAMA, 1995.

DUPUY, G. Emergência das redes. In: DUPUY, G. et. al. *Redes territoriais*. Caen: Paradigme, 1988. (tradução desconhecida)

FENELL, D. A. *Ecoturismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002.

FERREIRA, R. Hotel Paraíso ganha mirante e quadras. *Gazeta Mercantil*, Belém, 06 fev. 2001. Turismo, p. 06.

FERRARA, L. d'A. Os lugares improváveis. In: YÁZIGI (Org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

FIEL, A. F. S. *A pesca artesanal da ilha de Mosqueiro: a comunidade do Igarapé do Cajueiro (estudo de caso)*. Belém, UFPA, DEGEO, 1984. (Trabalho de Conclusão de Curso)

FIGUEIREDO, L. A. V. de. Ecoturismo e participação popular no manejo de áreas protegidas. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e Ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FRIEDMANN, G. *7 estudos sobre o homem e a técnica*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

FUNDAÇÃO PARQUES E ÁREAS VERDES DE BELÉM- FUNVERDE; COMPANHIA DE TURISMO DE BELÉM- BELEMTUR. *Inventário Florístico da Trilha "Olhos D'água": Comunidades do Caruaru e Castanhal do Mari-Mari, Distrito de Mosqueiro-Belém/Pa*. Belém, 2002.

GEORGE, P. *A ação do homem*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

\_\_\_\_\_. Problemas, doutrina e método. In: GEORGE, P; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. *A geografia ativa*. 5 ed. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

GUILLERME, A. A emergência do conceito de rede. In: DUPUY, G. et. al. *Redes territoriais*. Caen: Paradigme, 1988. (tradução desconhecida)

GRUNEWALD, R. de A. Turismo e o 'resgate' da cultura pataxó. In: BANDUCCI JR., A.; BARRETO, M. (Orgs.) *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papirus, 2001.

GOMES, K dos S. *Especulação imobiliária e reordenamento espacial: uma análise da orla da Praia do Paraíso, Distrito de Mosqueiro, Belém/PA*. Belém: UFPA/DEGEO, 2005. (Trabalho de Conclusão de Curso)

GOMES, P. C. da C. A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

\_\_\_\_\_. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

KNAFOU, R. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: Rodrigues, A. B. (Org.) *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

LA BLACHE, V. de. *Princípios de geografia humana*. 2 ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LEONY, A. Circuito do diamante: uma abordagem do ecoturismo na Bahia. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e Ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LIMA, F. M. da S. A invasão dos farofeiros. *A Província do Pará*, Belém, 08 dez. 2000. Política, p. 04.

LIMA, R. R.; TOURINHO, M. M.; COSTA, J. P. C. da. *Várzeas flúvio-marinhas da Amazônia brasileira; características e possibilidades agropecuárias*. Belém: FCAP. Serviço de Documentação e Informação, 2001.

LUCHIARI, M. T. D. P. *O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba – SP*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999. (Tese de Doutorado)

MACEDO, S. S. Paisagem, turismo e litoral. In: YÁZIGI, E. (Org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

MACHADO, L. O. Sistemas “longe do equilíbrio” e reestruturação espacial na Amazônia. In: *Cadernos do IPPUR*, ano IX, n. ¼, jan./dez. 1995.

MACHADO, I. Coliformes fecais ameaçam Murubira. *O Liberal*, Belém, 07 fev. 2001. Painel, p. 05.

MARCELINO, N. B. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

MARTIN, J. P. A análise das redes em geografia. Estudo de caso. In: DUPUY, G. et. al. *Redes territoriais*. Caen: Paradigme, 1988. (tradução desconhecida)

MARTINS, L. S. *Espaços de lazer e de turismo no noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (Org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.

MCGRATH, D. Biosfera ou biodiversidade: uma avaliação crítica do paradigma da biodiversidade. In: XIMENES, T. (Org.) *Perspectiva do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

MEIRA FILHO, A. *Mosqueiro: ilhas e vilas*. Belém: Grafisa, 1978.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-ABRASCO, 1992.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Projeto Orla: Plano de gestão integrada do projeto orla do município de Belém, 2007.

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. In: *Ciência Geográfica*, Bauru, n. 6, 1998.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

MOSQUEIRO oferece repouso no feriado. *O Liberal*, Belém, 06 nov. 2000. Atualidades, p. 07.

NIETO, M. P. *Manual de direito aplicado ao turismo*. São Paulo: Papuris, 2001.

NOBREGA, W. *Turismo: planejamento e políticas públicas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Ed. E-parps, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *Introducción al turismo*. Madrid: OMT, 1998.

PRAIAS de Mosqueiro escapam da contaminação. *O Liberal*, Belém, 3 de mar. 2002, p.5.

PREFEITO anuncia novo tempo. *Diário do Pará*, Belém, 9 de maio de 2005, p. S/I.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – PMB. *Plano Diretor do Município de Belém: lei n. 7603 de 13 de janeiro de 1993*. Belém: CEJUP, 1993.

\_\_\_\_\_. *Estudo preliminar para a municipalização nas regiões das ilhas*. Belém: SEGEP/PMB, 1994.

\_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico do Município de Belém 1999/2000*. Belém: SEGEP/PMB, 2000.

\_\_\_\_\_. *Plano de revitalização da Trilha Olhos D'água, Mosqueiro*. Belém: BELEMTUR/PMB, 2002.

\_\_\_\_\_. *Plano de Desenvolvimento Local Sustentável – PDLS - de Mosqueiro*. Belém: SEGEP/PMB, 2002.

\_\_\_\_\_. *Relatório anual*. Belém: SEGEP/PMB, 2005.

\_\_\_\_\_. *Relatório técnico de pesquisa de demanda turística*. Belém: BELEMTUR, 2006.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL – PROECOTUR. *Resolução sobre o Proecotur Amazônia Legal*. Companhia Paraense de Turismo – PARATUR/ Ministério do Meio Ambiente – MMA, Belém, 2002.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A. B. *Geografia e turismo– Notas introdutórias*. Revista De Geografia, SP, 1992.

\_\_\_\_\_. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Turismo local: oportunidade para inserção. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003.

RIBEILL, G. A rede utópica na época da revolução ferroviária. In: DUPUY, G. et. al. *Redes territoriais*. Caen: Paradigme, 1988. (tradução desconhecida)

RIBEIRO, W. de O. *Ilha de Mosqueiro: sobre autonomia político-administrativa e desenvolvimento sócio-espacial*. Belém: UFPA/DEGEO, 2005. (Trabalho de Conclusão de Curso)

RIBEIRO, W. de O.; TAVARES, M. G. da C. Práticas turísticas e mobilidade territorial: uma análise do uso praias da orla oeste de Mosqueiro, Belém/PA. In: VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 2005, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2005.

RUSCHMANN, D. V. M. Planejamento e ocupação do território através da expansão da atividade turística: condicionamentos básicos a partir da questão ambiental. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e Ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. *Por uma geografia nova*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: espaço e tempo; razão e emoção*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 4 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

SECRETARIA DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE BELÉM – SESAN. Revitalização balneária e ambiental de Mosqueiro. *Relatório técnico*. Belém, 2002.

SERPA, A. A paisagem periférica. In: YÁZIGI, E. (Org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. A. (Org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.

SOUZA, M. L. de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (Org.) *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

TAVARES, M. G. da C. *A dinâmica da rede de distribuição de energia elétrica no Estado do Pará (1960 – 1996)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. (Tese de Doutorado)

TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

TULIK, O. Residências secundárias no Estado de São Paulo: identificação de centros emissores de demanda. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Orgs.). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Diagnóstico sócio-econômico e ambiental da Zona Rural do entorno do Parque Ambiental da Ilha de Mosqueiro*. Belém: UFPA, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ /ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS E MORADORES DE MOSQUEIRO. *A Ilha do Mosqueiro ( Paraíso ecológico no contexto do Turismo Amazônico)*. Mosqueiro, Belém, Pará, 1994.

URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel/ SESC, 1996.

VIANA, J. M. R. *Um estudo geográfico do turismo na praia do Paraíso, Ilha do Mosqueiro, Belém/Pa*. Belém, UFPA, CFCH, DEGEO 2001.

VAINER, C. B. As escalas de poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2001.